

ORGANIZADORES

THIAGO CEDREZ DA SILVA
ELVIS SILVEIRA SIMÕES

HISTÓRIA DO BRASIL EM FOCO

COLETÂNEA DE
ARTIGOS ACADÊMICOS

EM ANEXO

ANAIS DO 3º CICLO DE PALESTRAS
ONLINE SOBRE HISTÓRIA DO BRASIL

De 25 a 29 de Outubro de 2021

ORGANIZADORES
THIAGO CEDREZ DA SILVA
ELVIS SILVEIRA SIMÕES

HISTÓRIA DO BRASIL EM FOCO

COLETÂNEA DE
ARTIGOS ACADÊMICOS



incluídos os
Anais do 3º Ciclo de Palestras on-line sobre História do Brasil
de 25 a 29 de outubro de 2021.



Porto Alegre
2021

Copyright ©2021 dos organizadores

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à Editora Mundo Acadêmico.



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional
(CC BY-NC-ND 4.0)

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral estão disponíveis em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Expediente:

Capa e diagramação:
Thiago Cedrez da Silva

Editor:
Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial Casaletas

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPEL)
Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)
Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)
Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)
Profª Drª Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)
Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H67399 História do Brasil em foco (inclui Anais do 3º Ciclo de Palestras on-line sobre História do Brasil - de 25 a 29 de outubro de 2021 / Thiago Cedrez da Silva e Elvis Silveira Simões (orgs.). [Recurso eletrônico] Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2021.

155p.
Bibliografia
ISBN: 978-65-89475-22-4

1. História - 2. História do Brasil - I. Da Silva, Thiago Cedrez - II. Simões, Elvis Silveira - III. Título.

CDU: 94(81)0.66

CDD:981



EDITORA MUNDO ACADÊMICO

Um selo da Editora Casaletas

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa
Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103
+55 51 3013-1407 - contato@casaletras.com
www.casaletras.com/academico

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: DISCUSSÕES, REFLEXÕES E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS SOBRE HISTÓRIA DO BRASIL

Thiago Cedrez da Silva; Elvis Silveira Simões.....	5
1. NAS ENTRELINHAS DE MACHADO: UMA ANÁLISE DO CONTO DE ESCOLA	
Cristina Pasquetti Massutti	8
2. PELOS CANTOS DE SIMÃO DIAS: VIAJANDO POR SUA ARQUITETURA ATRAVÉS DO SEU PATRIMONIO MEMORÁVEL	
Daniell Alves Loiola Santana.....	18
3. JOÃO CABANAS – UM DOS PIONEIROS DA GUERRA PSICOLÓGICA NO BRASIL E SUA AÇÃO NA REVOLTA TENENTISTA DE 1924, EM SÃO PAULO: UMA HISTÓRIA PECULIAR	
Francisco Moacir Assunção Filho.....	48
4. TRANSVERSALIDADE E LITERATURA: UMA CONFLUÊNCIA HUMANÍSTICA EM SALA DE AULA	
Gabriel Lucas da Silva Santos.....	59
5. GUERRAS E A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ: ESTUDO SOBRE CONFLITOS ARMADOS QUE CONTARAM COM A PARTICIPAÇÃO DA GLORIOSA PMPR.	
Gerson de Jesus Monteiro Junior.....	69
6. CENÁRIO POLÍTICO E ECONOMICO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1928 A 1934: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	
Jeferson Cararo; Adriana Ribas Adriano Cararo.....	79
7. EXPANSÃO URBANA SOBRE ÁREAS ÚMIDAS: CONCEITOS E ALTERAÇÕES AMBIENTAIS DE ORDEM ANTROGEOMORFOLÓGICA	
Jorge Cedrez Verneti; Thiago Cedrez da Silva.....	94
8. DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA	
José Arthur Sedrez.....	102
9. DA PENA À RUA: REDES DE INFORMAÇÃO NO BRASIL NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA OBRA DE CIPRIANO BARATA (1823 – 1831)	
Luiz Carlos Ferraz Manini.....	115
10. NEGACIONISMO, REVISIONISMO HISTÓRICO E O ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.	
Marcel Oliveira de Souza; Ilisabet Pradi Krames.....	130

APRESENTAÇÃO: DISCUSSÕES, REFLEXÕES E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS SOBRE HISTÓRIA DO BRASIL

Olá, caro leitor. Sejam bem-vindo(as) a obra História do Brasil em Foco. Ela, constitui-se de um compilado de artigos de diferentes autores, oriundos de áreas do conhecimento distintas, que se dedicaram e contribuíram para lançar interpretações acerca do Brasil, através de seus estudos.

O livro História do Brasil em Foco tem como importante objetivo apresentar diversas pesquisas que discutam, revisem e problematizem as diferentes temáticas, contextos e momentos históricos da história nacional. Assim, a obra traz como perspectiva ampliar e dar visibilidade aos diferentes olhares históricos e sociais que permitem lançar luzes sobre a compreensão mais aprofundada do passado brasileiro.

A autora Cristina Pasquetti Massutti, em seu artigo intitulado **“NAS ENTRELINHAS DE MACHADO: UMA ANÁLISE DO CONTO DE ESCOLA”** traz uma reflexão sobre a escola da educação básica retratada pelo olhar do escritor Machado de Assis, a partir da análise de *Conto de Escola*. Conforme a autora, a partir desse conto, é feita uma análise histórico-cultural em que são verificados três aspectos: o do ambiente da sala de aula e suas características; a figura do professor enquanto autoridade em sala de aula, e, por fim, o corpo discente e suas peculiaridades.

O pesquisador Daniell Alves Loiola Santana discorre que a cultura patrimonial do município de Simão Dias desperta interesse entre sua história. Em seu artigo **“PELOS CANTOS DE SIMÃO DIAS: VIAJANDO POR SUA ARQUITETURA ATRAVÉS DO SEU PATRIMONIO MEMORÁVEL”**, o autor apresenta a análise de que o patrimônio material e imaterial simaodiense conduz o elo entre a memória e cultura possibilitada pelo lugar, por seu povo e por suas práticas culturais manifestadas pela oralidade e pelo patrimônio arquitetônico da cidade.

No artigo **“JOÃO CABANAS – UM DOS PIONEIROS DA GUERRA PSICOLÓGICA NO BRASIL E SUA AÇÃO NA REVOLTA TENENTISTA DE 1924, EM SÃO PAULO: UMA HISTÓRIA PECULIAR”**, o autor Francisco Moacir Assunção Filho, descreve e contextua a trajetória e a ação tática de João Cabanas, um tenente da Força Pública Paulista (antecessora da atual Polícia Militar) que foi um dos pioneiros da guerra psicológica no Brasil ao usar técnicas desse tipo de estratégia para iludir e derrotar tropas legalistas do Exército na região da Mogiana e Campinas durante a Revolução de 1924, garantindo, assim, a retirada dos militares e civis revoltosos que se deslocavam de São Paulo para a região de Foz do Iguaçu, no Paraná, onde fariam junção com os revoltosos gaúchos do Exército, liderados pelo capitão Luiz Carlos Prestes.

O autor Gabriel Lucas da Silva Santos, em seu artigo intitulado **“TRANSVERSALIDADE E LITERATURA: UMA CONFLUÊNCIA HUMANÍSTICA EM SALA DE AULA”**, realiza uma pesquisa que trata sobre a diversidade humana de etnia, sexualidade e gênero, além da literatura, considerando sua soma, algo possível para ser concretizado na educação. O pesquisador justifica seu estudo diante as exigências contidas na BNCC e nos PCNs, além do contexto empírico e discriminatório referente à diversidade. Assim, seu objetivo geral é expor como é possível a unificar os temas citados, já os específicos são conhecer à diversidade, promover o respeito e debater à literatura. Para esse estudo, empregou um método qualitativo por meio de bibliografias.

No artigo **“GUERRAS E A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ: ESTUDO SOBRE CONFLITOS ARMADOS QUE CONTARAM COM A PARTICIPAÇÃO DA GLORIOSA PMPR”**, o autor, Gerson de Jesus Monteiro Junior, traz um relato breve demonstrando a participação da polícia militar do estado do

Paraná em conflitos armados, sendo eles a guerra do Paraguai, a Guerra do contestado e a Revolução Federalista. Para a construção de sua pesquisa, foi realizada uma revisão de literatura, relativo aos artigos relacionados com o tema, bem como uma pesquisa bibliográfica em material disponível tanto pela Polícia militar do Paraná em seus veículos de comunicação digital, juntamente com a pesquisa da participação de integrantes e egressos da força policial estadual também foi dado destaque para alguns nomes em especial.

Os autores Jeferson Cararo e Adriana Ribas Adriano Cararo, na pesquisa **“CENÁRIO POLÍTICO E ECONOMICO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1928 A 1934: UMA ABORDAGEM TEÓRICA”**, propõe realizar uma reflexão sobre o cenário econômico vivenciado no Brasil, principalmente no período que vai de 1928 a 1934, abordando os aspectos políticos e econômicos decorrentes da política do café, da crise de 1929 e da transição da política vigente, que culminou com a ruptura da oligarquia e a ascensão de Vargas ao poder. Conjuntamente, buscam retratar o movimento de mobilização nacional por uma nova constituição, que assegurasse direitos políticos, melhorias sociais e de condições de trabalho.

Os pesquisadores Jorge Cedrez Verneti e Thiago Cedrez da Silva, discutem que os estudos em Geomorfologia reconhecem o ser humano como um agente modelador do relevo através das atividades econômicas, sobretudo pelos processos de urbanização que se desenvolvem sobre sistemas ambientais complexos. Dentre esses sistemas ambientais, as Áreas Úmidas sofrem com intervenções urbanísticas cada vez mais intensas que comprometem sua função ambiental e influenciam em sua morfologia. Diante do exposto, seu artigo, intitulado **“EXPANSÃO URBANA SOBRE ÁREAS ÚMIDAS: CONCEITOS E ALTERAÇÕES AMBIENTAIS DE ORDEM ANTROGEOMORFOLÓGICA”**, pretende apresentar as diferentes conceituações sobre Áreas úmidas, sua importância ecológica e as consequências da expansão urbana sobre estes ambientes a partir da perspectiva da Geomorfologia Antropogênica

No artigo **“DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA”**, o autor José Arthur Sedrez, apresenta que o advento da Constituição Federal de 1988 significou a oitava constituição vigente na relativamente curta história do Brasil enquanto país independente. Cada um destes textos constitucionais trouxe uma abordagem própria para os Direitos Fundamentais: ao mesmo tempo que deixaram marcas características das condições políticas que culminaram em sua promulgação, podemos perceber ao longo dos textos um certo caminhar crescente de ampliação e introdução de novos Direitos Fundamentais, o que associa-se ao amadurecimento do Brasil enquanto Estado Democrático de Direito.

O pesquisador Luiz Carlos Ferraz Manini, em seu trabalho intitulado **“DA PENA À RUA: REDES DE INFORMAÇÃO NO BRASIL NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA OBRA DE CIPRIANO BARATA (1823 – 1831)”**, objetiva compreender, a partir da obra do jornalista Cipriano Barata, como a imprensa se desenvolveu no Brasil nos primeiros momentos de sua história no país. Discute o autor que, surgidos a partir da vinda da família real portuguesa, os jornais tiveram papel fundamental na vida política do país naquele momento, embora se tratasse de uma sociedade majoritariamente analfabeta. Assim, compreender o papel que a imprensa desenvolve neste tipo de cenário requer o entendimento de que as informações circulavam por diversos meios entre a população, e que os jornais se inseriram neste circuito de trocas culturais.

Por fim, conforme os autores Marcel Oliveira de Souza e Ilisabet Pradi Krames, contemporaneamente é visível a escalada dos discursos negacionistas e revisionistas que se propagam em esfera global. Tais discursos são disseminados nas mais diversas esferas sociais, políticas, econômicas e culturais. Como eles nascem e por

que ganham espaço à medida que símbolos são sequestrados, a ciência é desqualificada e relegada a segundo plano? Desta forma, seu estudo nomeado **“NEGACIONISMO, REVISIONISMO HISTÓRICO E O ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS”**, objetiva problematizar os conceitos de negacionismo e revisionismo histórico delineando suas características contemporâneas e suas implicações para a educação brasileira, particularmente para o ensino de História.

Desta forma, em nome da comissão organizadora, desejamos a todos(as) votos de boas leituras, que a obra seja proveitosa, e cumpra suma missão: ampliar e iluminar o debate acerca da história do Brasil.

Os Organizadores
Thiago Cedrez da Silva
Elvis Silveira Simões

NAS ENTRELINHAS DE MACHADO: UMA ANÁLISE DO CONTO DE ESCOLA

Cristina Pasquetti Massutti¹

RESUMO: Este artigo traz uma reflexão sobre a escola da educação básica retratada pelo olhar do escritor Machado de Assis, a partir da análise de *Conto de Escola*. Esse conto mostra a história do menino Pilar, que recebe uma moeda de prata do filho do professor para que lhe sirva como pagamento por aulas de reforço. Eles são denunciados por um terceiro colega ao mestre, trazendo à tona uma série de problemas. A partir desse conto, é feita uma análise histórico-cultural em que são verificados três aspectos: o do ambiente da sala de aula e suas características; a figura do professor enquanto autoridade em sala de aula, e, por fim, o corpo discente e suas peculiaridades.

Palavras-chave: Machado de Assis. Comportamento discente. Comportamento docente. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo traz uma reflexão sobre como era a escola da educação básica retratada pelo olhar do escritor Machado de Assis, que viveu de 1839 até 1908, através da análise de *Conto de Escola*. O objetivo é mostrar quais os aspectos característicos do ambiente escolar no recorte temporal da vida do autor foram deixados nas entrelinhas do conto, para promover uma comparação com a escola pública dos dias de hoje pelo olhar da literatura.

Os capítulos foram distribuídos da seguinte forma: no primeiro será abordado a respeito do autor, alguns de seus locais de trabalho e obras famosas. No segundo, será feito um breve panorama social do Brasil no período em que Machado esteve vivo. No terceiro capítulo, o leitor deste artigo entrará em contato com as ideias apresentadas no *Conto de Escola*, uma das histórias desse autor. Nesta análise são verificados três aspectos: o do ambiente da sala de aula e suas características; a figura do professor enquanto autoridade em sala de aula, e, por fim, o corpo discente e suas peculiaridades.

A importância deste trabalho se dá pelo fato de que há muitas releituras a respeito dos contos de Machado de Assis, mas há pouco material que mencione os aspectos escolares analisados neste artigo relacionados a esse conto com um olhar justamente voltado para a literatura. Espera-se que este artigo venha a contribuir tanto para profissionais da área da literatura, para que entrem em contato com o universo de uma sala de aula da educação básica quanto para os da área da educação ou curiosos sobre o assunto, para que possam se aproximar do universo da literatura brasileira.

2 A HISTÓRIA, A CULTURA E O ESPAÇO NA LITERATURA

Segundo Ferreira (2009, p. 67) “[...] toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos”. A escola, nesse sentido, torna-se um dos

¹ Mestra em Letras e Cultura (UCS), Especialista em Orientação Educacional (Aupex), licenciada em Letras-Inglês (UCS) e em História (Uniasselvi). Atualmente é acadêmica da Licenciatura em Geografia (UCS) e licenciatura em Letras-Espanhol (UCS).

possíveis espaços para a reconstrução de hábitos de uma sociedade, como será possível observar nos itens que seguem no decorrer do artigo.

De acordo com Sevckenko (1995) os anos que se deram entre a passagem do século XIX para o XX no caso do Brasil, acarretaram em mudanças significativas na vida dos brasileiros e que foram registradas pela literatura. A história da literatura brasileira iniciou-se buscando, justamente, uma valorização do sentimento nacionalista.

Quando se deu a separação do Brasil do comando de Portugal, sentiu-se a necessidade de criar uma cultura que fosse própria do lugar e não emprestada de Portugal, isto é, providenciar um conjunto de símbolos que valorizasse o Brasil. Um exemplo disso foi a criação de uma literatura própria. Enquanto a Europa ainda se ocupava com a ideia do cavaleiro medieval em suas histórias, muitos escritores brasileiros passaram a usar as terras de nosso país como foco de suas obras literárias e, até mesmo, em alguns casos, colocando a figura do índio como o herói nacional.

Muitos autores e obras depois, chegamos à ideia do realismo em que o sentimento nacionalista passa a se misturar com situações comuns do dia a dia da população, usando elementos do que estavam vivendo tanto no quesito das relações sociais quanto da parte da política e da cultura própria de cada época. No próximo capítulo, vamos conhecer um pouco sobre a história de vida de um deles: Machado de Assis.

Joaquim Maria Machado de Assis foi um escritor brasileiro, neto de escravos, nascido no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1839. A editora Martin Claret (1996) nos relata que ele trabalhou como aprendiz de tipógrafo em 1856 e que, nos anos seguintes, tornou-se colaborador de diversas revistas e jornais, tais como o *Correio Mercantil* (1858-1864), *Diário do Rio de Janeiro* (1860-1867) - ambos fazendo crônicas sobre assuntos da semana, além de textos literários (com ênfase política ou não); e *Jornal das Famílias* (1863), com publicações mensais. Uma curiosidade a respeito do autor é que ele nem sempre, assinava seus textos usando o próprio nome.

Em 1881, ele escreveu o livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, uma obra muito estudada até os dias atuais. Em 1882, publicou *Papéis avulsos* e, em 1884, *Histórias sem Data*, ambos livros de contos. Em 1897 tornou-se presidente da Academia Brasileira de Letras e em 1899, publicou *Dom Casmurro*, outro livro de bastante lembrado dele na atualidade.

O autor foi casado entre os anos de 1869 até 1904 com Carolina Augusta Novais, que veio a falecer neste último ano. Após a morte da esposa, os anos que se seguiram foram, para Machado, muito solitários pois ele estava acostumado a cuidar da esposa sempre doente. Assim ele passou, então, a dedicar-se inteiramente à sua paixão pela literatura, envolvendo-se com a escrita de mais algumas obras. O autor faleceu em 29 de setembro de 1908, quase quatro anos depois.

Há ainda muitas dúvidas sobre as histórias de Machado quanto ao período literário a qual ele se encaixa. Alguns estudiosos a respeito da obra dele dizem que elas pertenceriam ao período do romantismo, outros dizem que elas pertenceriam ao do realismo. De qualquer forma, é importante destacar que o século XIX, tanto para a literatura quanto para a história, ele teve uma participação significativa através do seu legado literário.

Segundo Burke (1997, p.111-112) os autores ajudam “[...] a reconstruir o espírito de uma época, suas convenções culturais[...]”, ou seja, conectando essa afirmação às obras de Machado, o leitor pode perceber que esse autor consegue capturar momentos/situações importantes que ajudam a pessoa que está lendo a obra dele a ter uma melhor compreensão da história do Brasil em cada recorte de tempo escolhido por ele para compor as suas histórias.

Para Gotlib (2002), Machado de Assis consegue colocar em seus contos várias ambiguidades, numa relação entre a realidade e o não-dito, promovendo um diálogo em cada uma das situações por ele contadas. É como se todas as informações que esse escritor brasileiro quisesse que o leitor percebesse estivessem ali, mas escondidas nas entrelinhas.

Gledson (2006) comenta que Machado escreveu aproximadamente duzentos contos iniciando em 1858 até 1907, sendo que grande parte das histórias foram publicadas em jornais e revistas. E é em meio a esses cenários que nosso autor criou seu legado. Para ele (2006, p.101) “[...] as histórias de Machado costumam inserir detalhes políticos e históricos [...] cujas peças o leitor tem de juntar e montar, frequentemente contra o sentido da narrativa, pelo menos como o narrador compreende [...]”. A partir dessa citação de Gledson é que nos propomos, a partir de agora, a analisar um dos muitos contos que Machado escreveu, o *Conto de Escola*.

Os temas que ocupam a maioria dos contos de Machado, segundo Gledson (2006), envolvem as mulheres, a escravidão, a vida do autor e os seus amores e as diferentes classes sociais. Neste artigo, vamos conhecer ou lembrar a história do *Conto de Escola*, publicado, inicialmente, no jornal *Gazeta de Notícias* pelo próprio Machado, em 1884, vindo a fazer parte, juntamente, com outros quinze contos para compor o livro *Várias histórias*, publicado em 1896.

3 CONTO DE ESCOLA

Conto de Escola é uma das muitas histórias de Machado que retrata algum ponto da sociedade brasileira. O enredo se passa, literalmente, em uma pequena escola, envolvendo a vida de três estudantes, meninos: Pilar, Raimundo e Curvelo. Pilar é contratado por Raimundo, filho do professor Policarpo, para lhe ensinar a lição na qual estava tendo dificuldades. Em troca ele lhe pagaria uma moeda de prata. Curvelo, colega deles, os descobre e os denuncia ao mestre, que castiga os dois alunos envolvidos no negócio do reforço escolar e, ainda, atira pela janela a moeda do pagamento da aula ganhada por Pilar.

Este decide se vingar de Curvelo, o “dedo-duro”, que não aparece na aula seguinte. Ao mesmo tempo, Pilar tenta encontrar a moeda que havia sido atirada pela janela anteriormente por seu professor enquanto os castigava com a palmatória. Enquanto isso, o menino observa um grupo de fuzileiros passar na rua e resolve “matar a aula”, acompanhando-os. A personagem ainda lembra o leitor que já havia apanhado do pai por não ter frequentado a classe em outra oportunidade, isto é, não seria a primeira vez que teria fugido da escola. O conto termina com uma reflexão de Pilar dizendo que foi graças aos seus dois colegas, que ele conheceu o significado de corrupção e delação.

4 ANÁLISE SOBRE O CONTO DE ESCOLA

4.1 A POLÍTICA NO BRASIL

Para situarmos o leitor deste artigo, vamos nos remeter aos acontecimentos históricos e situações culturais mais específicas entre 1839 e 1908 na história do Brasil, que é o período de vida de Machado de Assis. Quando esse autor escreveu o conto na qual estamos analisando, ele retratou o momento em que nosso país estava se encaminhando para o final do período regencial (1831 a 1840), especificamente o ano de 1840, em que houve a ascensão de D. Pedro II ao poder (iniciando em 1840 até 1889, quando ocorreu a proclamação da república).

O espírito nacionalista brasileiro estava fragilizado pois o jovem herdeiro do trono do Brasil ainda estava longe de completar os dezoito anos para assumir o posto de monarca. Sabe-se que ele assumiu através do “Golpe da Maioridade” em 23 de julho de 1840, na qual D. Pedro II torna-se o imperador do Brasil com, então, 14 anos, pois o país se via em uma série de conflitos espalhados pelas mais diferentes províncias, fruto de um governo regencial, historicamente retratado como abalado pela saída de D. Pedro I.

Para que se chegasse a tal ponto de aplicar esse golpe, os homens brancos, livres, e, de preferência, trabalhadores e com um bom posicionamento financeiro, começaram a se manifestar sobre os rumos políticos do país. Fosse em conversas diárias com conhecidos ou lendo sobre o assunto em jornais de grande circulação, a política era um assunto corriqueiro na época, cujos escândalos do governo e as tomadas de posições de influenciadores contra ou a favor do império causavam alvoroços por onde passavam, como mostra o trecho (1), em que mostra que o professor Policarpo lê o jornal na parte da política, com grande interesse:

(1) *E daí, pode ser que alguma vez as paixões políticas dominassem nele a ponto de poupar-nos uma ou outra correção. (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 137)*

É possível perceber que Policarpo lê o jornal com tal concentração que não corrige os alunos, mas, ao mesmo tempo, ele não manifesta para a turma a sua preferência política, de forma específica. Mesmo assim, os alunos conseguem notar o interesse do professor de uma maneira sutil.

No período regencial havia três grupos políticos que se destacavam. O primeiro eram os restauradores, que queriam a volta de D. Pedro I ao poder; o segundo era o grupo dos liberais exaltados, que eram favoráveis a república; e o terceiro grupo era dos liberais moderados, que defendiam a monarquia desde que houvesse uma limitação do poder do imperador. Porém, nem todas as pessoas deixavam claro o seu posicionamento político, como podemos ler no trecho (2):

(2) *Não esqueçam que estávamos então no fim da Regência, e que era grande a agitação pública. Policarpo tinha decerto algum partido, mas nunca pude averiguar esse ponto. (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 137)*

Para Gledson (2006, p.101):

O trabalho de detetive que tem que ser feito para descobrir as opiniões de Policarpo não tem por objetivo dar ao leitor um quebra-cabeça para resolver: é uma função daquelas mesmas opiniões, e do contexto em que encontravam uma expressão, por mínima que fosse.

Esses casos como o de Policarpo que, apesar do conto não deixar margem de que sua participação fosse ativa e sim passiva, devia-se, talvez, a preservação de seu emprego. Até os dias de hoje, há a ideia de que os professores, em sala de aula, não podem estar a favor ou contra um determinado partido político, mantendo, assim, o que se chama de “escola laica” para evitar desentendimentos.

4.2 OS PROFESSORES E A ESCOLA

A partir do *Conto de Escola*, é possível termos uma ideia de como eram esses estabelecimentos de ensino brasileiros no século XIX. Para Brandão (2007), muitas vezes o espaço pode ter duas linhas de análise, uma para a tendência naturalista, em que o espaço é visto como um simples cenário, e uma para a linha em que se

encaixam abordagens subjetivas, em que o espaço carrega o que o autor chama de atmosferas, vistas através de personagens ou narradores, como expectativas, anseios ou impressões.

Partiremos, então, da abordagem subjetiva para a análise desse conto. A primeira situação que nos chama a atenção, a partir da ideia de Brandão sobre o espaço é o do narrador-protagonista, dentre os vários detalhes que ele vai comentando sobre o local de estudo, não menciona meninas frequentando aquela classe. Isso pode ser comprovado através dos trechos (3) e (4) a seguir:

(3) *A ESCOLA era na Rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 135)*

(4) *[...] os meninos, que se conservaram em de pé durante a entrada dele, tornaram a sentar-se. (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 135-136)*

Nessa época o ensino era diferenciado para os dois sexos porque a sociedade tinha um olhar diferenciado para aqueles que frequentavam a escola. Os meninos aprendiam a ler, escrever e fazer cálculos. Os mais avançados ainda tinham aulas de geografia e idiomas. Stein (1984, p.24) reconhece essa situação ao escrever que isso acontecia desde o período colonial, com os jesuítas, no século XVIII: “[...] concentravam-se, sobretudo, na alfabetização dos meninos, reservando às meninas mais uma orientação moral e religiosa”.

Stein (1984, p.25) complementa ao nos informar que “[...] para a menina, bastava o aprendizado de conhecimentos condizentes com seu futuro papel de mãe e esposa”, ou seja, o estudo era voltado apenas para os meninos, que, em seu futuro, assumiriam determinadas profissões, por exemplo, as que já eram herdadas de família ou que eram escolhidas pelos pais, como aparece no trecho (5). Nessa situação, Pilar relata algo similar a isso ao leitor do conto, quando se refere aos planos do pai para ele:

(5) *Sonhava para mim uma grande posição comercial, e tinha ânsia de me ver com os elementos mercantis, ler, escrever e contar, para me meter de caixeiro. Citava-me nomes de capitalistas que tinham começado ao balcão. (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 135-136)*

Isso significava que, para esses meninos, havia a necessidade de frequentar a escola porque lá eles entrariam em contato com uma aprendizagem que não poderiam encontrar fora dela, ou seja, nem na rua, nem em casa. O pai até poderia citar nomes de pessoas como um exemplo para Pilar, mas era na escola que o filho iria aprender a ler, escrever e contar.

Mizukami (1986) traz algumas ideias a respeito disso. A primeira coisa que a estudiosa enfatiza é em relação à sociedade e a *cultura* presentes na época em que o ensino era considerado de abordagem tradicional, teoria introduzida nas escolas no século XIX, em que acontece a história desse conto. Ela diz que o homem era um receptor passivo que aprenderia o necessário para repetir aos outros o que eles não haviam aprendido. O fato do pai de Pilar pertencer ao arsenal de Guerra, como o próprio filho conta na primeira página da história, abre um espaço para o leitor refletir se de fato o pai possuía algum conhecimento escolar já que tanto insistia ao filho para que fosse à escola.

Mizukami (1986) ainda nos informa que, a partir da abordagem tradicional de ensino, todas as formas de aprender focam-se na figura do professor como o detentor do conhecimento, a partir das disciplinas e do programa da escola. Cabe mencionar que na história havia um professor e não uma professora naquela sala de aula

frequentada por Pilar, Raimundo e Curvelo. Para complementar as ideias sobre a figura do professor, Stein (1984) salienta que, por uma questão cultural da época, os mestres só podiam ministrar aulas em classes com meninos, enquanto as mestras deveriam ministrar classes somente para meninas, por uma questão de ética e moral da época. A educação mista só foi permitida nas escolas primárias em 1879.

No caso do professor Policarpo (lembrando que ele também era pai do aluno Raimundo), alguns comportamentos pedagógicos do docente são apontados por Machado, que eram comuns, mas, se comparados aos dias de hoje, seriam inadequados ou proibidos. Vejamos alguns exemplos:

(6) *Naquele dia, ao menos, pareceu-me que lia as folhas com muito interesse[...]* (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 137)

(7) *[...] levantava os olhos de quando em quando, ou tomava uma pitada, mas tornava logo aos jornais, e lia a valer.* (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 137)

Pudemos verificar que nos anos de 1840, o docente, desde que mantivesse a turma ocupada com atividades e com bom comportamento, conseguia aproveitar o tempo na sala de aula para fazer outras atividades, sendo que as “redes sociais” da época resumiam-se a ler o jornal com o objetivo de informação pessoal e não para usá-lo como instrumento pedagógico (6). No segundo caso, no trecho (7) vemos que o professor, além de ler o jornal, podia fumar dentro de sala de aula, isto é, ainda não haviam leis que proibissem o ato dentro de estabelecimentos de ensino e/ou locais públicos.

4.3 UM OLHAR SOBRE O CORPO DISCENTE DE ESCOLA

Os meninos descritos em *Conto de Escola* são muito parecidos com os de hoje, em certos aspectos. Muitos professores, colegas de profissão, relatam que em cada novo ano letivo, parece se formar nas salas de aula um certo padrão de alunos: os que são rápidos e conseguem entender o conteúdo sem muitas explicações e aqueles que demoram mais para assimilar as informações. Assim, vamos ler em (8) a descrição que Pilar faz de si mesmo como aluno e em (9) e (10) a descrição que ele faz de seu colega Raimundo, o filho do professor:

(8) *Custa-me dizer que eu era dos mais adiantados da escola; mas era. Não digo também que era dos mais inteligentes [...]* (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 136)

(9) *Raimundo gastava duas horas em reter aquilo que a outros levava apenas trinta ou cinqüenta minutos; vencia com o tempo o que não podia fazer logo com o cérebro [...]* (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 136)

(10) *Sentia-se que despendia um esforço cinco ou seis vezes maior para aprender um nada; mas contanto que ele escapasse ao castigo, tudo iria bem.* (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 139)

Mizukami (1986, p.10) nos traz algumas reflexões para compararmos a descrição de Pilar sobre Raimundo em (8). Para a autora, na abordagem tradicional de ensino, a tarefa do ser humano “consistia em acumular / armazenar informações [...] o quais devem ir da mais simples a mais complexa [...] adquirido por meio de transmissão [...] da educação formal”, o que explica o porquê o fato de Raimundo ter dificuldades em reter o conteúdo no cérebro chamava tanto a atenção do colega, pois “todos” sabiam que a aprendizagem ocorria quando o conteúdo era “decorado”; isto é, se não soubesse de cor, não teria aprendido a lição. A parte intelectual de Raimundo descrita em (9) e (10) ainda acompanha o trecho (11), quando Pilar

comenta que o mestre Policarpo era mais severo com o filho do que com os outros alunos. Isso significa que, sendo o filho do professor, Raimundo deveria ser um exemplo para o restante da turma:

(11) Reunia a isso um grande medo ao pai. Era uma criança fina, pálida, cara doente; raramente estava alegre. Entrava na escola depois do pai e retirava-se antes. O mestre era mais severo com ele do que conosco. (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 136)

Partindo do princípio de que o filho do mestre deveria ser o mais inteligente justamente pelo fato de ser “o filho do mestre” é que faz com que Raimundo fique com medo do pai. Ou seja, se o próprio professor não consegue ter um filho inteligente, que resultados atingirá ensinando os filhos de outrem?

Ainda nessa passagem (11), Pilar, por ser uma criança, não consegue demonstrar no texto do conto um motivo que explicasse a última frase do trecho. Mas chama atenção a personagem o fato de Raimundo, por ser fino, magro, pálido e com cara de doente, na opinião dele, ser a justificativa para que o colega não fosse tão bem na escola. Se comparado a Pilar, cuja descrição física não consta na história, dá margem ao leitor concluir que ele seria saudável, ou seja, com características físicas opostas às do companheiro de classe, justificando ali, o fato dele ser mais inteligente. Há algumas décadas atrás, também por uma questão cultural, acreditava-se que crianças bem alimentadas (que não fossem magras) poderiam aprender de uma maneira mais fácil e rápida do que alunos que aparentavam desnutrição.

Até o momento, comentamos a respeito de Pilar e Raimundo. Agora, vamos incluir o terceiro colega chamado Curvelo, responsável por denunciar os dois colegas ao mestre:

(12) Esse Curvelo era um pouco levado do diabo. Tinha onze anos, era mais velho que nós. (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 136)

O fato de ter um aluno mais velho na turma nos traz a possibilidade de várias interpretações, por exemplo, que Curvelo poderia ser um aluno que precisou repetir de ano. Mizukami (1986) comenta sobre a reprovação, que, na abordagem tradicional, representava que o aluno não havia conseguido reproduzir nas provas e avaliações orais a exatidão das informações proferidas pelos mestres.

Atualmente, o fato de ter um aluno em sala de aula com um ano a mais do que o recomendado para uma determinada série/ano é embasado em outras justificativas, não necessariamente que venham a concluir que o discente possa ter reprovado de ano. Ele poderia simplesmente ter feito aniversário no decorrer do ano letivo e ter atingido a idade correspondente ao que se deveria ter no ano posterior, ou ter sido um aluno que ficara um tempo longe da escola e que retomara os estudos naquele ano.

Pilar conta aos leitores, ainda tomando como referência o ano de 1840 em que se passa o conto, que ele conhecia uma série de meninos que estavam fora da escola, e que afinal, para ele, não era fácil perder momentos de brincadeiras para ficar dentro de uma instituição de ensino, enquanto os demais se divertiam no lado de fora, como pode ser lido no trecho (12):

(12) Com franqueza, estava arrependido de ter vindo. Agora que ficava preso, ardia por andar lá fora, e recapitulava o campo e o morro, pensava nos outros meninos vadios, o Chico Telha, o Américo, o Carlos das Escadinhas, a fina flor do bairro e do gênero humano. (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 136)

O morro, segundo Gledson (2006) seria morro do Livramento, no Rio de Janeiro, local próximo de onde Machado nascera. Nos dias de hoje a abstenção dos alunos passa longe do simples fato de escolher entre ficar brincando no campo ou no morro.

Há alunos que precisam ajudar em casa e começam a trabalhar; há aqueles que entram em depressão por conta de não se sentirem bem na escola e não querem mais estudar; há aqueles que não tem vontade de estudar e preferem sair com os amigos e aproveitar a adolescência como se fosse uma releitura mais atualizada do que faziam alguns amigos de Pilar, mas agora passeando nos *shoppings*, e há os envolvidos com entorpecentes, que, diante de todos os casos citados, raramente concluem a escola e seguem alguma profissão.

Não estamos negando que as possibilidades acima citadas não existissem na época do conto, apenas o que queremos fazer aqui é uma comparação entre duas realidades históricas diferentes, um presente (2019) e um passado (1839 até 1908, talvez até alguns anos mais para frente) com base em situações corriqueiras/gerais, sem adentrar em casos específicos.

4.4 A PALMATÓRIA

O fato de Pilar não se arriscar a sair da escola para acompanhar outros meninos “vadios”, segundo a escrita do próprio Machado, era por causa do que o pai lhe planejava para o futuro, como foi lido no trecho (5). Ou seja, a presença familiar em sua vida fora, até este momento da história, um fator decisivo para o comportamento dele.

Outra situação que contribuía para que Pilar pensasse duas vezes em ficar na escola era o que ele mesmo chamava de “sova” do pai. Esse termo, raramente utilizado nos dias hoje, significaria que o filho apanharia bastante, principalmente da figura paterna.

Na escola, o castigo comum era a palmatória do período histórico do conto. Era um instrumento usado para bater, feito de madeira similar ao tamanho da palma da mão e com cinco furos no centro, acompanhado de um cabo de cerca de 30 centímetros. Leiamos as descrições (13) e (14) a respeito do objeto:

(13) *O pior que ele podia ter, para nós, era a palmatória. E essa lá estava, pendurada do portal da janela, à direita, com os seus cinco olhos do diabo. (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 137)*

(14) *Aqui pegou da palmatória. — Perdão, seu mestre... soluzei eu. — Não há perdão! Dê cá a mão! Dê cá! Vamos! Sem-vergonha! Dê cá a mão! — Mas, seu mestre... — Olhe que é pior! Estendi-lhe a mão direita, depois à esquerda, e fui recebendo os bolos uns por cima dos outros, até completar doze, que me deixaram as palmas vermelhas e inchadas. Chegou a vez do filho, e foi a mesma cousa; não lhe poupou nada, dois, quatro, oito, doze bolos. (ASSIS; PROENÇA FILHO, p. 140)*

Enquanto que na época em que se passa o conto os professores podiam castigar fisicamente os alunos, nos dias de hoje vemos os processos totalmente invertidos: são os professores que sofrem a violência, seja ela física ou moral. Quase todos dias é possível ler notícias que abordem essa situação de violência contra um professor. Não vamos entrar na ideia dos castigos realizados pelos pais para com os filhos, mas, o que queremos demonstrar aqui é que houve uma certa inversão de valores no sentido professor e aluno. De nenhuma forma queremos que o leitor pense que os castigos corporais eram eficazes. Pelo contrário, queremos mostrar que a escola hoje, procura tratar dos problemas do dia a dia da melhor forma possível

através do diálogo e que nem sempre ela é compreendida. Somente com uma parceria forte entre a escola, os familiares e os alunos é que o ambiente de ensino se torne mais leve e prazeroso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil possui uma história muito rica em detalhes que nem sempre são encontrados em livros de História Geral. Podemos comprovar, neste artigo, que é possível utilizar a literatura como uma aliada à História para saber mais a respeito das relações culturais de um determinado lugar. Neste caso, utilizamos para mostrar, uma análise das pistas deixadas por Machado de Assis, de como era a escola brasileira no período regencial e no segundo reinado do nosso país. O âmbito da escola, como vimos, passou por inúmeras mudanças, assim como o corpo docente. O mesmo não se pode dizer sobre o corpo discente, na qual, ainda hoje, são encontradas algumas similaridades com os alunos do passado.

A literatura vem, então, para mostrar-nos que os aspectos históricos não são somente encontrados em livros da disciplina de História de uma sala de aula, mas, também, podem ser encontrados nas entrelinhas de textos literários demonstrados por autores que possam ter usado, dependendo da época que nasceram, elementos de seu próprio momento de vida em uma determinada época e em uma determinada sociedade. Há, ainda, os autores que fazem pesquisas pessoais a respeito de um determinado período e que acrescentam esses aspectos pesquisados em suas histórias e que conseguem, através disso, ampliar o conhecimento histórico de seus leitores por meios de suas obras.

Os aspectos culturais apresentados, a partir disso, corroboram para o entendimento da sociedade de uma determinada época ou do uso de um determinado espaço em um determinado recorte histórico como, por exemplo, o que foi salientado a partir da análise desse conto, a escola e seus componentes humanos.

Pelo escopo do artigo, não foi possível nos aprofundarmos em outros assuntos como as relações familiares do passado e do presente e, também, em como os sistemas educacionais foram evoluindo até chegarmos na escola de hoje; apenas selecionamos os aspectos que consideramos mais relevantes para demonstrar as conexões possíveis da literatura brasileira para com a sua história, deixando aquelas como dicas para que os pesquisadores/leitores possam dar continuidade à esse estudo em um outro momento.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. PROENÇA FILHO, Domício. *Os melhores contos Machado de Assis*. 12.ed. São Paulo: Global, 1997.
- BARROS, José D'Assunção. *A expansão da história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRANDÃO, Luis Alberto. *Espaços literários e suas expansões*. Aletria: Minas Gerais, v. 15, p. 207-220, dez./2005.
- BURKE, Peter. *As fronteiras instáveis entre história e ficção*. In: AGUIAR, Flávio et al. (Org.). *Gêneros de fronteira: cruzamento entre o historiográfico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.
- CHARTIER, Roger. *Por uma sociologia histórica das práticas culturais*. In: *A História Cultural – entre prática e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- EDITORA MARTIN CLARET. *Machado de Assis: vida e pensamentos*. São Paulo: M. Claret, 1996.

GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GOTLIB, Nádya Battella. *Teoria do conto*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

STEIN, Ingrid. *Figuras femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda, 1984.

PELOS CANTOS DE SIMÃO DIAS: VIAJANDO POR SUA ARQUITETURA ATRAVÉS DO SEU PATRIMONIO MEMORÁVEL

Daniell Alves Loiola Santana²

RESUMO: A cultura patrimonial do município de Simão Dias desperta interesse entre sua história. As construções arquitetônicas, as ruas, os estabelecimentos comerciais e culturais proporcionam a mudança dos períodos em diferentes localidades despertando a memória coletiva e a identidade cultural daqueles moradores da cidade, além dos visitantes de outros municípios. O patrimônio material e imaterial simaodiense conduz o elo entre a memória e cultura possibilitada pelo lugar, por seu povo e por suas práticas culturais manifestadas pela oralidade e pelo patrimônio arquitetônico da cidade.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Fontes históricas. Cultura material. Simão Dias.

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural material de um determinado lugar proporciona aspectos envolventes entre a identidade, cultura e memória, todavia os agentes possibilita a propagação de sentimentos pertencentes a um povo, a uma localidade, a suas práticas culturais.

As ruas e caminhos percorridos pelos povos refletem as memórias, experiências e expectativas dos respectivos moradores. As construções arquitetônicas que as cercam, abriga os diferentes papéis compreendidos pelos fatos históricos, bem como estabelecimentos comerciais, as casas e até mesmo as antigas fábricas. Ao caminhar pelas ruas é perceptível o reconhecimento das mudanças físicas que ocorreram e as permanências de características importantes em relação aos períodos anteriores. As casas em especial mostra o comportamento social, as condições sociais familiares e a arquitetura que prevaleceu na época da construção.

A cidade interiorana do Estado de Sergipe, a bela Simão Dias localizada a 104Km da capital de Aracaju, agraciada pelo belíssimo patrimônio arquitetônico material entre os séculos XIX e XX, proporciona uma urbanização primordial e interessante. As construções espalhadas pelo município resistiram ao processo de transformação e urbanização que envolve a antiga povoação, marcada por um período de desenvolvimento econômico baseada na plantação do açúcar, traz a bagagem esplendida dos importantes personagens políticos da história municipal; além de estarem presentes em diferentes momentos históricos e memoráveis de Simão Dias.

Em 1925, surgiu a expressão memória coletiva, de acordo com Maurice Halbwachs enfatiza “demonstrar que o social inscrito na memória individual, assim como a memória está inscrita no coração da sociedade. Para ele, a memória mais individual é social, pois seus quadros são feitos de noções que refletem uma significação social e a visão de mundo de um grupo” (HORTA E DEL PRIORE, 2005, p.06).

A memória e cultura se relaciona como identidade do sujeito. A memória cujo elemento indispensável da identidade, pode contribuir para formação do sujeito e da

² Graduado em História pela Uniube e em Química pela UniAGES. Especialista em Metodologia no Ensino de História e Geografia pela UniREDENTOR. Especialista em Educação no Campo pela FAVENI. Atualmente é Professor de História e Artes. E-mail: daniell.als10@hotmail.com.

cidadania do ser. De acordo com Almeida:

A preservação da memória, dos lugares da memória e dos objetos da memória nos conecta com todos os tempos, o passado, o presente e o futuro. A preservação do patrimônio cultural é também, uma questão de cidadania – temos o dever de preservar o que os homens de outros tempos nos deixou, cuidar de tudo o que criamos e tudo o que poderemos deixar para as gerações futuras (ALMEIDA, 2010, p.19).

Pra compreender o tema citado, é eficaz a análise e mapeamento do patrimônio arquitetônico exposto no município simão-diense, com percepção das características físicas e suas funções demonstradas ao longo do tempo fazendo a relação com a memória, a coletividade cultural, os sentimentos e identidade da população simão-diense.

É notável que o patrimônio cultural simão-diense enfrenta alguns problemas com a ausência da preservação política do Estado e a falta de conscientização por parte da população, especialmente por alguns proprietários dos bens em relação ao valor histórico e importante do patrimônio material. Muitas arquiteturas não existem mais, pois ao longo do tempo, foram modificadas por imóveis mais modernos, mas em algumas ruas é perceptível claramente a distorção do conjunto arquitetônico patrimonial.

Foi utilizado como método de pesquisa a coleta de dados nas construções residenciais localizadas nas ruas da cidade; além da pesquisa bibliográfica nos livros de Carvalho Déda e Jorge Barreto que mostra os aspectos importantes da historicidade do município simão-diense com a observação das fachadas nas residências como exemplo de estilo arquitetônico artístico e possíveis datações que destinam as construções.

O método iconográfico foi utilizado para analisar as fotografias pertencentes ao século XX, onde é perceptível as modificações do estilo arquitetônico da cidade ao longo dos anos. Utilizarei uma linguagem qualitativa no decorrer do trabalho para a compreensão da relação entre o patrimônio cultural arquitetônico e a historicidade local.

HISTORICIDADE SIMÃO-DIENSE: CULTURA PATRIMONIAL

A localidade da cidade de Simão Dias que se encontra hoje, foi a séculos passados uma povoação indígena pertencentes das expedições colonizadoras do governador do Norte, Luís de Brito. No momento da conquista sergipana por Cristóvão de Barros, grupos de índios fugiram para as terras litorâneas, fixando no interior do território. Os índios tapuias se estabeleceram nas proximidades do rio Caiçá, sendo batizado por cujo nome devido a caçara³ erguida por índios, de acordo com a escrita do livro de Carvalho Déda em seu memorável Simão Dias: Fragmentos de sua história.

Os índios tapuias permaneceram ali até que acontecesse a invasão holandesa, o proprietário baiano Braz Rabelo possuidor das terras da atual cidade de Itabaiana resolveu esconder seu gado, ordenando ao vaqueiro Simão Dias a levar o rebanho de gado para as matas a beira do Rio Caiçá. Segundo Carvalho Déda, o vaqueiro seria o responsável por surgir as primeiras edificações que originou a cidade. Assim, construindo uma espécie de vendola, servindo de acomodação para os visitantes que passaram por ali, mas não há fontes que evidenciam essa construção. “Simão Dias

³ Paliçada em torno de aldeia indígena, para proteção contra inimigos ou animais.

morreu na obscuridade, sem descendentes; não se sabe como e onde” (DÉDA, 1967, p.30).

O nome do referido município foi uma homenagem ao vaqueiro, embora algumas fontes históricas mostram controvérsias do seu sobrenome, pois alegam que o Simão Dias Fontes foi o semeiro das terras; enquanto outras apontam a permanência de um Simão Dias sem sobrenome. Com toda essa divergência, o fato histórico aponta que o vaqueiro Simão Dias deu início ao processo histórico e desenvolvimento da cidade como ressalta Feliberto Freire “Os terrenos onde está edificada hoje (1891) a Vila de Simão Dias foram doadas a Simão Dias Fontes, Cristovão Dias e Agostinho da Costa” (FREIRE, 1997, p.32).

O território de Simão Dias, foi constituído como Freguesia, pela Lei de 6 de Fevereiro de 1835, desmembrando-se da Freguesia de Lagarto, a quem era dependente. Assim, foi criada a capela em 1655, conforme defendido por historiadores. De acordo com o avanço progressista da Freguesia, o governo provincial baixou em 15 de março de 1850, o referido decreto elevando a freguesia a categoria de vila com nome de Senhora Sant’Ana de Simão Dias.

Em 12 de junho de 1890, passou de categoria de Vila para Cidade, por decreto do presidente estadual Felisberto Freire, com argumento que o território possuía população de 10.984 pessoas consideravelmente grande para época, tinha um comércio com prosperidade e uma comarca recém criada. Contudo, baseado nos argumentos de Vila, sendo emancipada e desmembrada do município lagartense.

PATRIMÔNIO SIMAODIENSE E MUITAS HISTÓRIAS

Ao longo do processo e desenvolvimento histórico-cultural as vias ou passagens de Simão Dias transformou-se de acordo com cada época. Todavia, as ruas ainda guardam as consequências deste processo de transformação, oferecendo uma bela vista arquitetônica com os casarões oriundos dos séculos XIX e XX. Nesse sentido, algumas foram preservadas e outras sofreram com as ações do tempo e abandono do homem. Apesar da falta de trabalhos contendo o patrimônio cultural material é perceptível os traços históricos nítidos nas construções.

No século XVIII, surge nas terras do Caiçá, um engenho de açúcar do proprietário Sr. Geraldo José de Carvalho nas terras do seu pai Manuel de Carvalho Carregosa. Segundo menciona DÉDA:

O novo engenho, favorecido pela situação geográfica, pois situado na boca do sertão, atraía os sertanejos para o comércio do açúcar, o que assegurava a prosperidade. A influência dos sertanejos conduziu Domingos José de Carvalho a abrir, perto do engenho, uma casa de negócio, com sortimento de utilidades. Constituiu grande atração. Uma feira semanal passou a funcionar debaixo de um frondoso gameleiro. Era o nascimento da cidade que não quis ficar engenho (DÉDA, 1967, p.33).

O casal e pais de Geraldo, eram muitos religiosos, principalmente sua mãe, pois sentia a necessidade de seus familiares ficarem próximos da religião, tendo a finalidade da construção da Capela. Nesse sentido, a doação das terras e gado foram feitas com o propósito da construção da capela em homenagem a Senhora Santana, pois era a santa de muita devoção de Ana Francisca de Menezes, com a capela concluída em 1785.

Em 1870, no lugar da capela, foi construída a Igreja Matriz de Senhora Santana tendo ajuda do governo da Província. Não foi possível encontrar fontes que registram as características dimensionais que a Igreja obteve nesta época. Entretanto na Figura

01, demonstra o que seria uma parte desta igreja com traços simples e estilo colonial predomina uma pequena torre, um sino na lateral e portas estruturalmente simples. Podemos perceber que a Praça não tinha calçamento, e o homem de preto trata-se do referido Barão de Santa Rosa.



Figura 01: Praça da Igreja , por volta de 1880.

Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 14/10/2021.

No dia 06 de janeiro de 1920, obtive a inauguração da nova Igreja Matriz, construída e doada por Cel. Sebastião Fonseca Andrade e sua esposa Dona Ana Freire de Carvalho, recebeu o título de Barão e Baronesa devido ao referido feito. A igreja obteve em sua construção arquitetônica as duas torres com estilo neoclássico e gótico, com uma nave central e duas naves laterais, explícito e demonstrado na figura 02.

A seguir é possível vê uma foto preto e branco da igreja Matriz de Simão Dias em 1920:



Figura 02: Igreja da Matriz de Simão Dias, em 1920.

Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 14/10/2021.

“A nova matriz, de bonita fachada e altos campanários, devido a erros de cálculo cometidos pelo engenheiro responsável pela edificação apresentou, poucos anos depois, entre as duas torres, enormes rachaduras” (MATOS, 2007, p.48). Com o problema das torres, o Cel. Sebastião da Fonseca Andrade preocupado no desabamento e num possível acidente, o mesmo fez mais uma doação para reforma da Igreja e com a ajuda das ofertas do governo Gracco Cardoso, mais a venda dos terrenos patrimoniais de Senhora Santana a reforma foi efetuada.

A igreja em sua arquitetura passou a ter uma nave central e uma única torre em estilo neogótico com utilização de arcos ogivais, janelas predominantes em vitrais, entre outras características. Talvez para reduzir os custos foi construída uma torre pequena na década de 50 presente até a atualidade.



Figura 03: Igreja Matriz de Senhora Santana nos dias atuais.

Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 14/10/2021.

Outras construções ou localidades foram sendo modificadas ao longo da historicidade simaodiense a fim de se adaptar pela mudança que a modernidade aponta:

Com o intuito de fazer crescer, mais a povoação, e ainda pela inconveniência da concentração nas proximidades da Capela, à sombra de um pé de gameleiro, a feira foi mudada, com o assentimento de todos, para um local mais abaixo, na direção da estrada do Tanque Novo (DÉDA, 1967, p.49).

Com a mudança da feira proporcionou transformações na freguesia, antes tinham apenas umas residências e lojas comerciais no entorno da capela, conseqüentemente passou a surgir mais ruas em direção a estrada do Tanque Novo, atualmente na rua Olimpio Campos. Nesse sentido, é provável ter construções arquitetônicas provenientes do século XIX, pois as demais foram transformadas no decorrer do tempo, sem restar resquício de edificações, com exceção do sobrado de Seu Janjão protegido pelo artigo 2º da lei municipal nº 305/04⁴. Com essa dinâmica surgiram as ruas (Rua Conego Andrade e Rua Cícero Guera) com aspectos graves como o espaçamento estreito impedindo o acesso de muitos transportes, pois no momento da construção das residências nas referidas ruas, não tinha esse tipo de pensamento. As ruas de Simão Dias foram feitas para circulação de carroças e animais.

Os vestígios da construção do sobrado de Seu Janjão possui em suas características arquitetônicas e sua localidade aspectos perceptíveis que poderia ser um estabelecimento comercial, construído na época da feira que se concentrava na mesma rua ou antes a ela. Não foi encontrado registros da datação da referida construção, mas o patrimônio arquitetônico traz memórias e vivências de lembranças e momentos inesquecíveis que os habitantes vivenciaram. A Figura 04, mostra o antigo sobrado.



Figura 04: Sobrado de Seu Janjão.

Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.

⁴ Dispõe do tombamento como Patrimônio Histórico do Município, pela Lei nº305/04, em 16 de Junho de 2004.



Figura 05: Sobrado da Rua Olímpio Campos, antigo Sobrado de Seu Janjão.

Fonte: Daniela Santos Silva.

A imagem abaixo apresenta características da construção em meados do século XX. As casas ou residências que ainda prevalece no município são relacionadas ao processo de urbanização, possuindo características num estilo colonial prevalecendo ainda aspectos arquitetônicos do século XIX.



Figura 06: Casas na Rua Cônego Andrade.

Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.

A residência de Sr. Antonio Alexandrino, um político de prestígio simaodiense, localizada na Rua Cônego Andrade, possui aspectos da arquitetura neogótica com parede frontal e janelas em formato ogivais. Construído em 1890, a referida casa possui cinco janelas com formato detalhados e talhados amadeirado e evidaçados (vidro) a moda ao seu tempo. A referida residência atualmente é a Biblioteca Municipal

de Simão Dias.



Figura 07: Casa que pertenceu ao Sr. Antonio Alexandrino.

Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.

Na Rua Conego Andrade também havia a casa do Sr, Antônio Alexandrino Filho, por volta da década de 50 funcionava como o Caiçara Clube, cuja localidade tinha festas e grandes eventos. Com o tempo foi deteriorada até ser demolida. Atualmente foi construída a Sede da Igreja Internacional da Graça de Deus.



Figura 08: Casa do Sr. Antonio Alexandrino Filho, antigo Caiçara Clube.

Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 15/10/2021.



Figura 09: Nosso Cayçara Club em sua versão mais antiga, com a portaria ainda na lateral, de frente para a Padaria de Sr. Gumercindo.

Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 15/10/2021.



Figura 10: Cayçara Club em Simão Dias, década de 50.
Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 15/10/2021.



Figura 11: Parte interior do Baile no Cayçara Clube em Simão Dias, década de 60.
Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 15/10/2021.

Em 1847 um grande movimento para mudar a feira de local. Nessa época a feira livre estava funcionando na Rua do Comércio, conhecido como Tanque Novo. Mas, o movimento liderado por Cel. Francisco Antônio de Loiola, um grande homem em frente de sua época, como ressalta o escritor Carvalho Déda em seu livro. Assim a feira simaodiense foi transferida de localidade mais uma vez, passando a funcionar nas estrada das caraíbas que hoje recebe o nome de Avenida Coronel Loiola, proporcionando que novas ruas fossem abertas a partir de surgimento de novas

residências e comerciais.

Com discussões e debates foi levado até o imperador D. Pedro II para resolver o problema. Em 1849, foi resolvido e estabelecido que a feira funcionasse na praça em frente a residência do finado Simão Correia Pimentel, na estrada das Caraíbas. Interessante pensar que a questão da economia e política envolve a mudança da feira livre, na medida que foi sendo transferida de lugar a lugar, de rua a rua, novas residências vão surgindo, sendo que uma foram mais valorizadas pela localidade enquanto que outras perderam seu valor imobiliário.

As feiras criadas pelos mercadores deste a época medieval tem uma importância grande na sociedade, pois antigamente serviam como entrepostos comerciais e para o crescimento urbano. Os mercadores, uma das classes sociais mais antigas na época medieval foram responsáveis pelas atividades comerciais que se deslocavam de uma região para outra.

Os produtos comercializados nas feiras livres, como carnes, frutas, verduras, roupas, calçados, entre outras variedades, tornaram comum no desenvolvimento das cidades, além de garantir emprego e fonte de renda para todas as famílias. Em Simão Dias não foi diferente, através da feira livre que iniciou da Praça da Capela (atual praça da Matriz), depois foi transferida para Rua do Comércio (Tanque Novo), conseqüentemente foi transferida novamente para Rua das Caraíbas (atual Rua Coronel Loiola) e atualmente no Mercado Municipal (Rua José Avelino de Oliveira) proporcionou o desenvolvimento do município, sendo muito lembrada por vivências do passado e do presente.

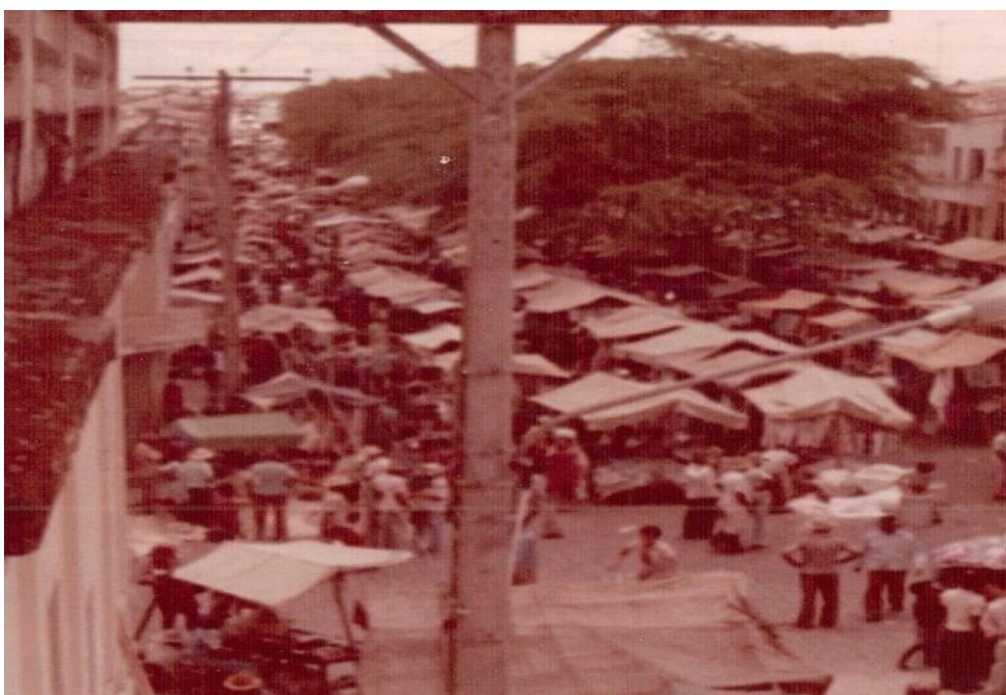


Figura 12: Feira livre na Avenida Coronel Loiola.

Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 15/10/2021.



Figura 13: Feira livre na Avenida Coronel Loiola.

Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 15/10/2021.

Outra arquitetura antiga é o Escritório dos Srs José Barreto Andrade & e Cia, sendo inaugurado em 1916 com uma variedade de produtos de tecidos e artigos correlatos que eram vendidos para população simãodiense. Segundo Jorge Barreto em sua obra ressalta:

O PRÉDIO MAIS “CHIC” E MAIS IMPORTANTE DA NOSSA URBS. Acaba de ser construído a rua Coronel Loyola o prédio de mais arte que, até hoje, vem de ser construído nesta cidade. “É ele de propriedade dos Srs José barreto &. E foi construído pelo exímio artista Sr. Pedro Piedade (MATOS, 2005, p.15).

O proprietário do escritório foi um grande homem importante dentro da história de Simão Dias, além de ser comerciante, sendo um político militante integrante do Partido Republicano Conservador de Sergipe. A arquitetura patrimonial em questão possui características artísticas esplendidas com detalhes que embeleza um estilo arquitetônico. Mas, não se encontra mais protegido por lei, estando em estado de degradação. Ao passar pela Avenida Coronel Loiola, passa despercebido sem visualizar a presente construção. No passado foi um grande prédio luxuoso da cidade e na atualidade o mais abandonado dentro outros no entorno da cidade.



Figura 14: Loja de Seu Josino, na Avenida Coronel Loiola.
Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.



Figura 15: Escritório dos Srs. José Barreto de Andrade & e Cia.
Fonte: Acervo Público do memorial de Simão Dias.

No ano de 1835, o Presidente Provincial autorizou a construção da casa da prisão na povoação de Simão Dias, sendo a única obra pública efetivada nessa época, pois a povoação antiga obteve seu desenvolvimento e crescimento a partir do interesse dos seus respectivos moradores. Nessa época não tinha o calçamento das ruas. Em 12 de março de 1835 foi inaugurado a casa da prisão tendo controle político e social; além de ter a função de cuidar da segurança dos habitantes.



Figura 16: Delegacia Municipal de Simão Dias.

Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 17/10/2021.

O antigo prédio da casa da prisão ou delegacia, posteriormente a funcionalidade jurídica foi transferida para outra localidade, e o prédio tornou-se o memorial de Simão Dias e a Biblioteca Municipal de Simão Dias.

Atualmente a construção arquitetônica patrimonial é o prédio que preserva a cultura e história sendo o Memorial Municipal de Simão Dias. O memorial de Simão Dias é um centro de documentação destinado a organizar, guardar e colocar a disposição do público a memória histórica, artística, cultural, administrativa, econômica e social de Simão Dias. Foi criado pela lei municipal nº 15/90⁵, de 18 de junho de 1990. Localizado na sede do prédio do antigo quartel da polícia, dedido pelo Estado, em regime de comodato, ao município. A nova história do memorial faz uma recomposição sobre o contexto político, social e econômico que compuseram o cenário político de Simão Dias. Possui em seu acervo fotos, livros, documentos e objetos da história de vida de Sebastião Celso de Carvalho e de Carvalho Déda; com fotografias antigas da história da cidade e de pessoas que participaram da nossa comunidade no passado; além de ter diversos tipos de arte e artesanato criado por artistas da terra. Outro ponto importante que tem no espaço memorável é toda a história da Igreja da Matriz de Senhora Santana desde quando surgiu a Capela até a construção da Matriz contada por fotografias. Ainda assim, o acervo cultural e memorável obtém livros, medalhas e fotografias que contam toda história política do nosso município.

⁵ Dispõe da instituição do memorial de Simão Dias, como centro de documentação da História, da tradição da vida do município.



Figura 17: Biblioteca Pública Municipal e Memorial de Simão Dias.
Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 17/10/2021.



Figura 18: Memorial Municipal de Simão Dias.
Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 17/10/2021.

Em 15 de março de 1850, a freguesia Simão Dias emancipou-se de Lagarto, sendo elevada a categoria de Vila. Nesta época, o território sergipano enfrentou a epidemia Cólera Morbus sendo cosntruído o cemitério em diferentes municípios, até mesmo em Simão Dias. Em 1868 que a construção do Cemitério São João Batista foi finalizada. Na imagem abaixo mostra a antiga Praça de São João, conhecida como Praça do Cemitério, com inúmeras arvores, sem nenhum calçamento e pouquíssimas

casas. Na sequência mostra a construção arquitetônica patrimonial com alguns túmulos no Cemitério São João Batista. Logo após, em 1909 houve a reinauguração do cemitério, adquirindo suas características e aspecto atual, sendo evidenciado o artista responsável Raphael Freitas.



Figura 19: Antiga Praça de São João, praça do cemitério.
Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.



Figura 20: Cemitério de São João Batista, construído em 1868.
Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.

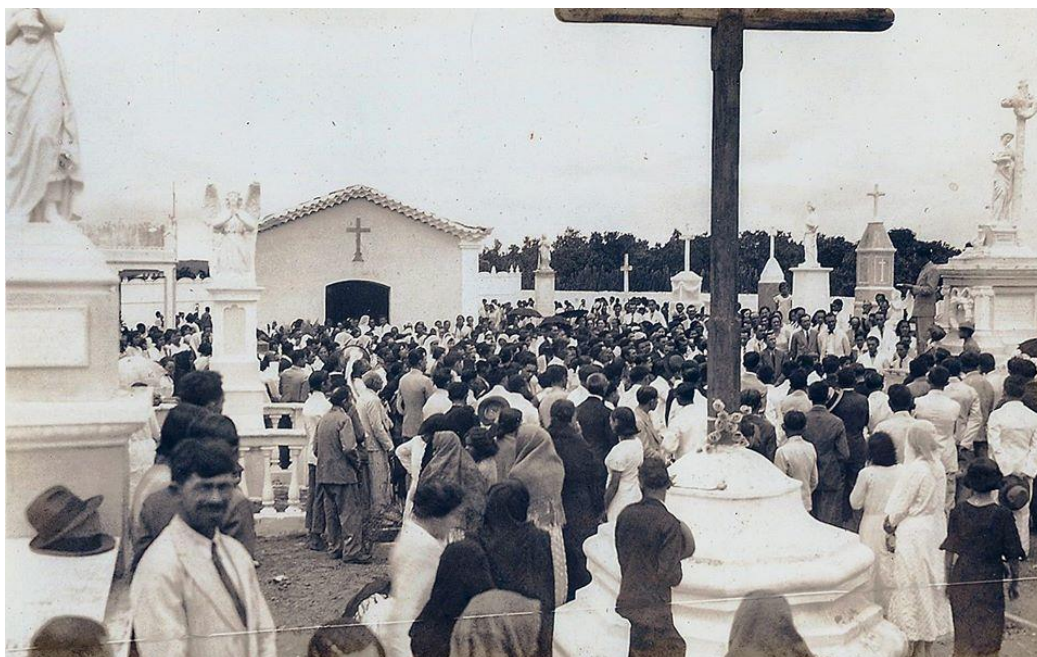


Figura 21: Cemitério de São João Batista, realização de um sepultamento.
Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.



Figura 22: Cemitério São João Batista, com arquitetura atual.
Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 17/10/2021.

Outro patrimônio cultural arquitetônico é o Mercado Municipal. Sendo situado na Avenida Coronel Loiola obtendo sua inauguração em 1880, que permaneceu no referido local até a década de 90. Na gestão de Josefa Matos Valadares (Dona Caçula) foi a construção do mercado municipal de Simão Dias na Rua José Avelino de Oliveira, permaneceu até a atualidade no qual é realizado a feira livre todas as quartas-feiras e aos sábados.

No segundo mandato de José Matos Valadares, conhecido como Zé Valadares no período entre ----- o antigo espaço do Mercado Municipal foi transformado

em um clube, cujo nome Cayçara Club em grande homenagem ao antigo clube da cidade em época anteriores. O referido local servia para a realização de eventos públicos e privados como festas de casamentos, aniversários, encontros, reuniões, entre outros. Na atualidade, o espaço serve como depósito para prefeitura guardando materiais escolares danificados, bem como outros materiais de decoração mostrando o descaso das gestões e a falta de preservação do patrimônio público cultural por parte do mesmo.



Figura 23: Antigo Mercado Municipal de Simão Dias, em 1889 na gestão do ex-prefeito Abel Jacó dos Santos (In memória).

Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 17/10/2021.



Figura 24: Atual Cayçara Club, transformado na gestão do ex-prefeito José Matos Valadares.

Fonte: <http://www.outraversao.blog.br> acessado em 17/10/2021.

Nos primeiros anos da República, aconteceu uma série de lutas políticas, contidos em atas da câmara municipal, no qual a casa do Sr. Nelson Pinto de Mendonça foi testemunha do referido acontecimento ficando conhecido como o tiroteio do sobrado, pois nessa fase republicana, as guerras políticas eram frequentes devido a diferença de pensamentos partidários. O Sr. Celso José Zacarias de Carvalho, conhecido como Zacarias, foi um chefe político com muito requinte, prestígio e temperamento forte. O mesmo, não se conformou com a exoneração do intendente Cel. Manuel da Cruz Andrade, popularmente conhecido como Manuel Munganga, seu parceiro, levou as atas para sua casa, fazendo com que seus adversários conseguissem fazer a exoneração com o requerimento judicial; mas Nonô Zacarias não se intimidou, sendo necessário a vinda da Força Federal (locais) e os calça-vermelhas fo governo, encerrando com a retirada do líder político para o famoso engenho ohos d'água ficando cercado.

A frente do sobrado ficou toda crivada de balas. Durante muitos anos, até a reconstrução pelo proprietário sucesso o Sr. João Pinto de Mendonça; a sua formatura atestava a histórica batalha (DÉDA, 1967, p. 64).

Percebe pela imagem abaixo, a atual fachada do sobrado que carrega as características da arquitetura eclética. Baseado na Figura 01, percebe-se que algumas características arquitetônicas do sobrado no periodo do tiroteio, e a Figura 26 proporciona mudanças sofridas no referido sobrado depois que foi reformado.



Figura 25: Casa do Sr. Nelson Pinto de Mendonça.
Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.

No ano de 1896, a povoação simãodiense era emancipada politicamente e recebeu uma ilustre visita não muito comum, mas tardiamente tornou-se conhecido como Antônio Conselheiro. O religioso queria celebrar uma missa, mas o vigário não permitiu sendo recebido generosamente sem nenhuma hospitalidade, seguindo viagem

em direção a Vila do Coité, no atual município de Paripiranga, no qual também não foi recebido com nenhuma hospitalidade, seguindo viagem para Bahia.

Em tempos depois, as tropas do governo chegou em Simão Dias, na atual Praça Lucila Macêdo Déda, assim, na Campanha de Canudos, o território simãodiense tornou-se entreposto comercial, oferecendo mantimentos às tropas do governo.

Atraves dos lucros provenientes da Campanha de Canudos, o Sr. Pedro Freire edificou em 1920, uma das mais belas casas da cidade em sua época e na atualidade. A construção foi inspirada em um modelo de residência que havia visto em uma das viagens a São Paulo, junto com sua esposa Dona Marrocas até que recebiam inúmeras personalidades,

tais como governadores, secretários de estado, deputados, senadores, juízes, desembargadores, intelectuais, altas patentes do Exército, bispos, monsenhores, cônegos e padres como aquele Dom Avelar Brandão Ávila Cardeal Primaz do Brasil (MATOS, 1991, p. 06).



Figura 26: Solar da Família Freire de Carvalho.

Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.



Figura 27: Residência da Família do Sr. Pedro Freire e Dona Marrocas.
Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.

A residência arquitetônica foi construída em cal e pedra, com estilo eclético⁶, possui portão lateral que direciona ao jardim, dando acesso as escadarias até a casa principal e ao escritório que está localizado ao lado esquerdo da casa com predominância de cor branca com esculturas gregas no alto da fachada.

Em meados do fim dos anos 80, foi comprado por Sr. Manuel Ferreira de Matos, conhecido por Seu Caçulo, na época que era prefeito da cidade. Na atualidade seus familiares residem na casa sendo uma das construções arquitetônicas mais bonitas que embelezam a Praça da Matriz, além de ter esculturas que chama a atenção ao público quando passam.

Erguida no início do século XX, no mesmo local onde havia um engenho de açúcar, pertencendo a Família doadora da Capela de Senhora Santana. A casa servia de residência para o Barão de Santa Rosa (Sebastião de Fonseca Andrade) e sua esposa Ana Freire de Carvalho. Apresenta em suas características arquitetônicas com piso amadeirado, alguns móveis e objetos da época, além de possuir um quadro a óleo do Barão e Baronesa de Santa Rosa. A casa foi restaurada em 2001, sendo que a referida construção foi moradia de Dr. Salustino, um grande homem que contribuiu enormemente para área da saúde. Atualmente pertence a Alberto de Carvalho.

⁶ Estilo arquitetônico vigente na época de sua construção que aflorava por todo o país.



Figura 28: Antiga residencia do Barão de Santa Rosa, atualmente pertence a Alberto de Carvalho.

Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.

O intendente Cel. José Barreto de Andrade, que residia em Simão Dias preocupado em questões estéticas modificou o estilo patrimonial arquitetônico da cidade.

Não permitiu aquelas goteiras, estilo colonial deitando água para a rua, em cima dos transeuntes enfeitando as casas, assim necessite o prédio de qualquer reparo, e o fiscal a frente, obedecendo a uma orientação segura. Dessa forma Simão Dias, hoje Anápolis, mudando de nome mudou também de vestimenta (JORNAL O “SERGIPE” – 30.10.1927).

A fundação do Grupo Escolar Fausto Cardoso traz para cidade uma valorização educacional, proporcionando o desenvolvimento do território e o incentivo ao investimento na educação. No dia 02 de Abril de 1925, inicia uma nova etapa na historicidade educacional em Simão Dias, pois em épocas anteriores os estudos eram realizados em Lagarto. No momento do processo de instalação do grupo escolar, a referida cidade era denominada de Anápolis. Apesar do jornal oficial estadual reconhecer o nome da cidade em Simão Dias, ainda assim obteve esse lamento. Baseado na monografia de Veronica Silva, enfatiza que:

Para homenagear tal personalidade, o governo tinha a intenção de dar seu nome a instituição de ensino de Anápolis. Essa deveria ser inaugurada como grupo escolar “Simão Dias”, no entanto faltando alguns meses para inauguração do grupo as autoridades envolvidas acharam por bem homenagear uma figura mais atuante na política sergipana, e assim através do ato nº8, de 10 de janeiro de 1925, o grupo escolar “Simão Dias” passou a denomina-se, Grupo Escolar Fausto Cardoso, este representada com mais clareza aos ideais republicanos (SILVA, 2009, p.16).

Como mencionado a Escola Estadual Fausto Cardoso teve sua construção em 1925 durante o governo de Mauricio Graccho Cardoso (1922-1926). Na Figura 30, percebe-se que existia duas torres laterais que foram retiradas posteriormente até reformas arquitetônicas. É possível visualizar que o antigo grupo escolar estava localizada na Praça da Matriz, antiga Praça da Capela, sendo algo parecido com um jardim. Observando a arquitetura do patrimônio cultural obtem as características da

arte neoclássica e neogótica com aspectos físicos em janelas longas e grandes com modelo ogival, com duas torres ornadas por rosáceas, utilização em vitrais, entre outros.

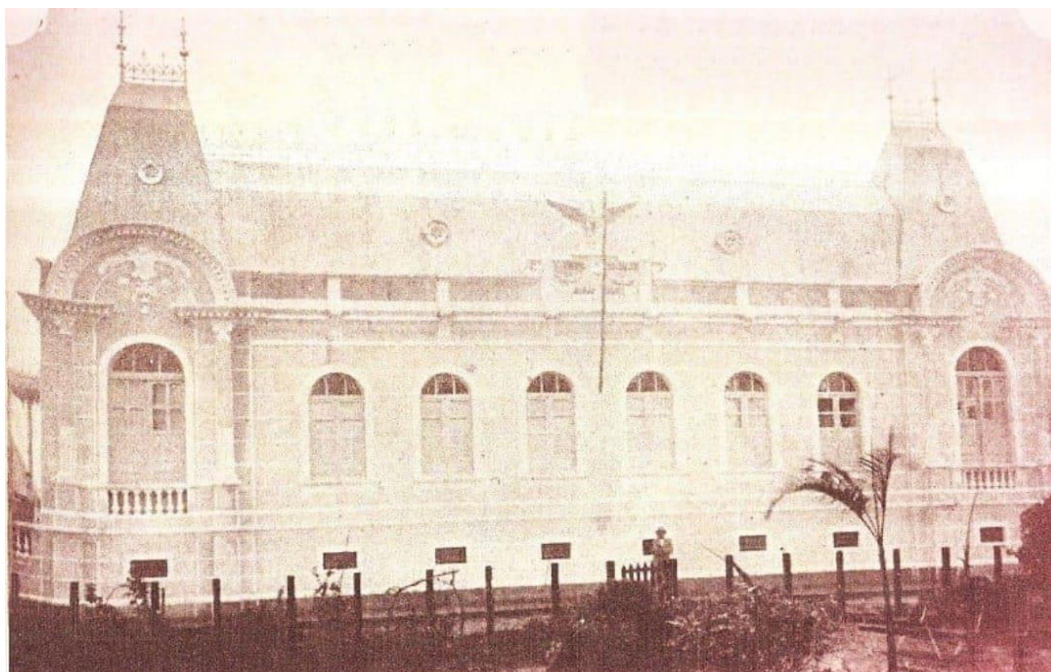


Figura 29: Escola Fausto Cardoso, em 1925.
Fonte: Daniell Alves Lioila Santana.

Observando a imagem abaixo, nota-se que a fachada do Grupo Escolar não foi transformada, resguardando a águia que era símbolo do governo Graccho Cardoso e sua cor padrão em amarelo. A partir da Figura 30, é possível entender que toda estrutura física do grupo escolar foi construída em formato C, sendo a marca do seu governo.



Figura 30: Visão aérea do Grupo Escolar Fausto Cardoso, podemos observar sua estrutura em formado de C.
Fonte: <http://marcelodomingos.com.br/antigas.html> acesso em 17/10/2021.

Em 1958, a cidade ganhou outra instituição de ensino, que predominava em sua funcionalidade o ensino primário e secundário, sendo o Colégio Cenecista Carvalho Neto que proporcionava aos jovens um ensino de qualidade e não precisavam se deslocar de sua cidade para avançar os estudos em outros municípios.



Figura 31: Pátio do Antigo Colégio Cenecista Carvalho Neto em 1985.

Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.

Outra arquitetura patrimonial importante atual é o Banco do Nordeste em Simão Dias, situado na Rua Felisberto Prata, localizado no centro da cidade. O referido prédio antigamente foi uma das primeiras prefeituras do município, com estrutura antiga e aspectos artísticos simples proporciona um estilo arquitetônico neocolonial. A funcionalidade do Banco do Nordeste e da antiga prefeitura municipal tem um ponto em comum, pois com atribuições diferentes determinadas em cada setor, traz em sua dinâmica o desenvolvimento de ambos no processo de crescimento municipal da cidade com a finalidade de decidir em mecanismo a aplicabilidade das verbas municipais que o gestor presta conta ao povo e ao tribunal de contas nas reformas/construções arquitetônicas que o município necessita.



Figura 32: Atual Banco do Nordeste.
Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.



Figura 33: Antiga Sede da Prefeitura de Simão Dias.
Fonte: <http://marcelodomingos.com.br/antigas.html> acesso em 17/01/2021.

A residência abaixo já foi a sede da Prefeitura Municipal de Simão Dias, em gestões passadas. A casa já foi residencia do Dr. Jovinião de Carvalho, passou ao município o imóvel, em 16 de março de 2005, através da Lei nº318/05⁷.

⁷ Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a adquirir ao excelentíssimo Senhor Doutor Sebastião Celso de carvalho, pelo valor de 130.00,00 (cento e trinta mil reais) a casa residencial de nº275, de sua propriedade, localizada na Praça Barão de Santa Rosa, nesta cidade, livre e desempedida de qualquer embaraço, para instalação da sede da Prefeitura Municipal de Simão Dias.



Figura 34: Antiga Sede da Prefeitura de Simão Dias, que já foi Residência de Dr. Joviniano de Carvalho.

Fonte: <http://marcelodomingos.com.br/antigas.html> acesso em 17/01/2021.

Com a edificação entre a década do século XX, preserva as características da época colonial, com várias janelas ao redor da casa, com portas arredondadas ogivais, utilização de vitrais e fachadas em revestimento de azulejaria portuguesa. O antigo e atual calçadão de Simão Dias carrega em suas estruturas arquitetônicas, casarões que foram dos séculos XIX e XX, em fotografias abaixo, mostra um época de simplicidade e glamour. Local que era a passagem da festa tradicional de Santana onde era executado o cortejo da procissão de Senhora Santana, como uma das principais ruas que direcionava até a Praça da Matriz.



Figura 35: Procissão de Senhora Santana na década de 30 no antigo calçadão da cidade.

Fonte: <http://marcelodomingos.com.br/antigas.html> acesso em 17/01/2021.

O local contemplava vários estabelecimentos comerciais e residenciais, até a atualidade. Muitas casas foram demolidas e erguidas em outros lugares com

arquitetura moderna. Porém algumas delas ainda guardam em sua arquitetura estilos ogivais; possuindo a fachada em estilo artístico chamado de Arte Nouveau, sendo a Farmácia Déda construída em meados dos anos 30 e o escritório de Dr. Roberto Carvalho.



Figura 36: Farmácia Déda, construída na década de 30.
Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.



Figura 37: Escritório de Dr. Roberto Carvalho.
Fonte: Daniell Alves Loiola Santana.

Na atual Praça Barão de Santa Rosa, ao longo da evolução da cidade, foi mudado algumas vezes sua arquitetura. Inicialmente o calçamento era de pedra. Em 1923 através do Sr. Emílio Rocha e ajuda do povo foi construído um jardim, na Praça em frente ao Grupo Escolar “Fausto Cardoso”, pois a cerca protegia devido ao hábito da população em criar animais em vias públicas. O referido jardim ganhou o nome de Pedro Barreto, cuja homenagem ao político importante local.

No ano de 1926 foi inaugurado o Jardim Graccho Cardoso, “O Sr. José barreto logo que assumiu a administração municipal mandou ajardinar a Praça Barão de Santa Rosa, transformando a capinaria num belo cartão postal para gozo da população e deslumbre dos visitnates” (MATOS, 2005, p.23). Na década de 30, o antigo coreto foi demolido, sendo construído pelo Dr. Celso de Carvalho um novo coreto em meados da década de 40, sem cobertura. No ano de 1998, mo mandato do ex-prefeito Dr. Luiz Albérico, a praça sofreu sua modificação arquitetônica, construíram um novo coreto, rodeado de jardins com bancos de madeira. A praça mudou sua imagem com aspecto atual e inovador sendo considerada uma das belas do Estado Sergipano.



Figura 38: Antigo Coreto na Praça barão de Santa Rosa, homens cosntruindo o calçamento.

Fonte: <http://marcelodomingos.com.br/antigas.html> acesso em 17/01/2021.



Figura 39: Visão aérea do Coreto se cobertura na Praça Barão de Santa Rosa, em uma das suas versões mais bonitas.

Fonte: <http://marcelodomingos.com.br/antigas.html> acesso em 17/01/2021.

O conjunto de arquitetura da Praça da matriz é compreendida por residências construídas desde o fim do século XIX a meados do século XX, que misturava as características artísticas do estilo neogótico com o eclétrico em construções feitas de cal e pedra. Tombada pela lei municipal nº305/04⁸, situa-se no local que foi construída a primeira capela em homenagem a padroeira do município, Senhora Santana.



Figura 40: Praça Barão de Santa Rosa nps dias atuais.

Fonte: <http://marcelodomingos.com.br/antigas.html> acesso em 17/01/2021.

⁸ Dispõe do tombamento como Patrimônio Histórico do Município.

O município de Simão Dias necessita de uma política educacional e patrimonial sendo o único instrumento de alfabetização cultural que proporciona aos indivíduos a viajar pelo mundo através do patrimônio de acordo com a arquitetura simaodiense, compreendendo a realidade socio-cultural do município. O patrimônio cultural e o ambiente inserido proporciona o sentimento de curiosidade através da historicidade que é provocado pelas memórias culturais e históricas envolvidos pelo conhecimento e informação arquitetônica o lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural material de um ciclo social é de extrema importância memorável que torna a arte arquitetônica um guardião das memórias passadas. A importância do patrimônio feito pela ação humana mostra que a comunidade age conscientemente em valorizar as construções arquitetônicas como patrimônio artístico cultural do município.

Em Simão Dias, é perceptível as inúmeras residências arquitetônicas erguidas no século XIX e XX. Alguns casarões antigos encontram em bom estado de conservação através dos cuidados executados pelos proprietários, enquanto outros estão em estado de abandono ou degradação.

Diante disso, o prédio que funciona o Memorial de Simão Dias é protegido por Lei Estadual desde 2000, e o conjunto de construções arquitetônicas da Praça Barão de Santa Rosa por Lei Municipal desde 2004, com a preservação de algumas construções arquitetônicas por parte da população, e outras em total estado de deterioração que alastra a cidade, proporcionando o desaparecimento de referenciais arquitetônicos tornando a história da cidade desconhecida e curiosa.

Todavia, é necessário a mobilização social da preservação cultural pela comunidade através da proteção legalizado por leis municipais e estaduais, além de inserir uma política educacional patrimonial nas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo Público do Memorial de Simão Dias.

ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. *Patrimônio Cultural*. Aracaju: UNIT, 2010.

DÉDA, Carvalho. *Simão Dias: Fragmentos de sua História*. Aracaju: Livraria Regina. 1966.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia Básico de Educação patrimonial*// Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg, Adriane Queiroz Monteiro, - Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, Museu Imperial, 1999.

HORTA, M. L. P.; PRIORI, M. Memória, Patrimônio e Identidade. In. *Memória, Patrimônio e Identidade*. Ministério da Educação. Boletim 04, p.03-11, Abril de 2005.

MATOS, Jorge Barreto. *O Intendente José Barreto de Andrade e os políticos de seu tempo*. Aracaju, 2005.

MATOS, Jorge Barreto. *Sesquicentenário do Barão de Santa Rosa 05/04/1857 –*

05/04/2007. Aracaju, 2007.

MATOS, Jorge Barreto. *Síntese de uma senhora que se chamou Maria Julia de Andrade Carvalho*. Aracaju, 1991.

SILVA, Verônica Cristina da Conceição. *Uma viagem pelas memórias do Grupo Escolar Fausto Cardoso*. FJAV: Lagarto, 2009. Monografia (Licenciatura em História).

SOUZA, Marcelo Domingos de. *História de Simão Dias*. Outra versão, 2018. Disponível em: <https://outraversao.blog.br/>. Acesso em 15/10/2021.

JOÃO CABANAS – UM DOS PIONEIROS DA GUERRA PSICOLÓGICA NO BRASIL E SUA AÇÃO NA REVOLTA TENENTISTA DE 1924, EM SÃO PAULO: UMA HISTÓRIA PECULIAR

Francisco Moacir Assunção Filho⁹

“A guerra se baseia no engano, se faz pelo ganho e se adapta pela divisão e combinação”, Sun Tzu

RESUMO: O presente artigo descreve e contextua a trajetória e a ação tática de João Cabanas, um tenente da Força Pública Paulista (antecessora da atual Polícia Militar) que foi um dos pioneiros da guerra psicológica no Brasil ao usar técnicas desse tipo de estratégia para iludir e derrotar tropas legalistas do Exército na região da Mogiana e Campinas durante a Revolução de 1924, garantindo, assim, a retirada dos militares e civis revoltosos que se deslocavam de São Paulo para a região de Foz do Iguaçu, no Paraná, onde fariam junção com os revoltosos gaúchos do Exército, liderados pelo capitão Luiz Carlos Prestes. Com apenas 95 homens, armados com pistolas e fuzis, Cabanas conseguiu fazer as tropas legalistas, muito mais numerosas, comandadas pelo general Martins Pereira, acreditarem que combatiam um número muito superior de rebeldes. Cabanas, que tivera participação importante durante a tomada de São Paulo e em sua defesa contra o general legalista Tertuliano Potiguara, usou uma série de ardis, típicos da guerra psicológica, em que se incute pavor no adversário antes do combate, para impor o pavor e derrotar os inimigos. Viajando em trens, Cabanas apelidou seu pequeno regimento de Coluna da Morte, nome pelo qual ficou conhecido. Na frente do vagão em que viajava, colocou vários troncos de árvores pintados de preto, ao lado de rodas de carroça e de várias caixas vazias, que simulavam caixas de munição espalhadas. O tronco havia sido pintado por um funcionário da ferrovia, a pedido do oficial rebelde. De longe, a impressão era de que dispunha de vários e poderosos canhões, com muita munição. Para aumentar ainda mais o pavor dos inimigos, em uma estratégia que se revelou vitoriosa, despachava telegramas para assustados chefes de estação nos quais fazia requisições de comida e cavalos para um exército de 5 mil homens quando contava com menos de cem. Tomava o cuidado de destruir os fios de telégrafo para evitar que alguém fosse confirmar o número de soldados de que dispunha. Ao mesmo tempo, ordenava a seus soldados que, ao chegar nas estações, fizessem o máximo de barulho possível, disparando suas armas, gritando, e fazendo arruaça, enquanto cantavam o “Pé espalhado”, uma canção muito popular na época. Ao ouvir aquela gritaria e os sons de muitos tiros, os pobres ferroviários efetivamente acreditavam que havia milhares de homens armados com armas de grosso calibre circulando naqueles trens. E essa crença chegava aos oficiais legalistas e a seus soldados, fazendo com que muitos desertassem.

Palavras-chave: guerra psicológica, Cabanas, Revolução de 1924, Coluna Prestes

⁹ Francisco Moacir Assunção Filho (Moacir Assunção) é jornalista profissional formado pela Universidade Braz Cubas de Mogi das Cruzes em Comunicação Social e em História pela Fundação Claretiano. É pós-graduado em Ciências Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Feesp) e mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atua como professor no curso de Jornalismo da Universidade São Judas Tadeu, de São Paulo, e tem passagens, como jornalista, pelos jornais O Estado de S.Paulo, Jornal de Brasília e Diário Popular. É autor ou co-autor de 12 livros, dois dos quais Os homens que mataram o facínora – a história dos grandes inimigos de Lampião (2007) e São Paulo deve ser destruída – a história do bombardeio à capital na Revolta de 1924 – foram finalistas do Prêmio Jabuti. O livro sobre a Revolta de 1924 foi fruto do seu mestrado na PUC-SP, sob a orientação da professora Estefânia Knotz Canguçu Fraga cujo título é “Delenda São Paulo”.

Introdução

João Cabanas, um tenente da Força Pública (antecessora da atual Polícia Militar paulista) marcou época no evento conhecido como Revolução de 1924, ocorrida naquele ano em São Paulo, que se constituiu como a segunda rebelião tenentista após a Revolta dos 18 do Forte, que havia se dado dois anos antes, em 1922, no Rio de Janeiro, então capital federal.¹⁰ O militar foi “capturado” para a rebelião que teve como um dos epicentros o Regimento de Cavalaria, do qual era oficial, por influência do então major fiscal, Miguel Costa, por quem tinha grande admiração. O próprio Cabanas, em sua obra autobiográfica, *A Coluna da Morte sob o comando do Tenente Cabanas*, explica como se deu essa “conquista”:

(...) Seriam 6 horas da manhã quando transpus o portão principal do quartel e notei, logo, surpreendido, um desusado movimento no pátio interno, apresentando o aspecto de uma tropa que está em preparativos de guerra. Desconfiado e sob a influência dessa surpresa, deparei com o Major Miguel Costa, fiscal do regimento, que pondo-me o revólver ao peito, perguntou-me, nervoso:

- Você é brasileiro?
- Sou
- Então tem que aderir à revolução

Sem titubear, de acordo com minhas ideias, inspirado na confiança absoluta que sempre nutri pelo major e prescindindo de explicações que o momento não comportava, respondi afirmativamente. E, concentrando-me um pouco ante o grave passo que ia dar na vida, senti, no meu íntimo a revelação de uma força nova, capaz de todas as audácias, de todo sacrifício em prol da minha pátria querida que, segundo meu modo de ver, necessitava de um movimento armado para nela ser implantado o verdadeiro sistema republicano tão essencial ao desenvolvimento e grandeza moral do país.¹¹

Dali, o militar já partiria, sob o comando de Miguel Costa, um dos principais líderes do movimento rebelde, para conquistar a Estação da Luz, e garantir que os revoltosos não fossem atacados pela retaguarda. Depois de fazer isso, seria ainda responsável pela tomada do palácio presidencial, no bairro dos Campos Elíseos, onde vivia o presidente (cargo equivalente ao de governador), Carlos de Campos, e posteriormente, garantir a posse do Cotonifício Crespi, no bairro da Mooca, na época a maior indústria têxtil do Brasil, onde suas tropas duelaram com as tropas legalistas do general cearense Tertuliano Potiguara, um dos principais responsáveis pela vitória do Exército nacional no evento conhecido como Contestado, que ocorreu entre os anos de 1912 e 1916, em uma região que ficava entre os atuais Estados de Santa Catarina e Paraná e que foi considerado uma espécie de Canudos do Sul. Apesar desse currículo, Potiguara não conseguiu se apossar do prédio, um ponto estratégico, que ficou sob o controle dos comandados de Cabanas.

O militar ainda seria responsável por muitos feitos na cidade, durante os 23 dias em que os revoltosos – soldados e oficiais do Exército e da Força Pública –

¹⁰ A Revolta de 1924 em São Paulo se iniciou em 5 de julho daquele ano, quando oficiais do Exército e da Força Pública se revoltaram e tomaram vários quartéis da cidade, entre outros locais de interesse estratégico. Comandada pelo general da reserva Isidoro Dias Lopes e pelo capitão do Exército Joaquim Távora, a revolta se iniciou a partir de oficiais que tentavam derrubar o então presidente da República, Arthur Bernardes. O então presidente (cargo equivalente ao de governador do Estado), Carlos de Campos, chegou a ser expulso do Palácio e os rebeldes sublevaram a maior parte dos quartéis da cidade, mas acabaram abandonando a cidade e se deslocando para o Interior do Estado onde, tempos depois, formariam a Coluna Miguel Costa-Prestes, que percorreu todo o Brasil, em protesto contra o presidente, internando-se, em 1926, na Bolívia.

¹¹ Op cit, p. 7

permaneceram em São Paulo, bombardeada por tropas federais que atiravam com os mais modernos canhões da época, quase todos de procedência francesa. Participou de muitos combates contra as tropas legais, que deslocavam-se a partir da Penha, então um bairro periférico de São Paulo, em direção à região central, nos quais quase sempre levou a melhor, e chegou a ser ferido em um combate na região do Belenzinho, zona leste da cidade, quando tentava conter soldados legais que se aproximavam das linhas rebeldes. Na tentativa de tomar a Usina Paula Souza, ocupada por um grupo de soldados legais da Força Pública, acabou desistindo depois de várias tentativas frustradas. Foi uma de suas poucas derrotas. Descobriria, depois, que o líder da resistência na usina era o seu melhor amigo da Força Pública, o major Júlio Salgado, do Regimento de Cavalaria.

Foi na região da Mogiana, uma linha ferroviária entre as cidades de Campinas e Mogi Mirim, entretanto, que ele construiu sua fama. Usando técnicas da guerra psicológica¹² baseadas na premissa do general chinês Sun Tzu (544-496 a.C) segundo o qual a melhor batalha é aquela que não se combate¹³, conseguiu um feito militar de grande importância que ajudou a demonstrar seu gênio estratégico: impedir que os rebeldes tenentistas que se deslocavam de São Paulo para o Paraná fossem aniquiladas pelas tropas do Exército comandadas pelo general João Batista Martins Pereira, veterano da Guerra de Canudos. Sob ordens de Miguel Costa, por quem tinha grande apreço, ele organizou a retaguarda para impedir um ataque dos soldados legalistas.

Usando ardis como troncos de árvores pintado de preto na frente da locomotiva, que levava o apelido de Coluna da Morte, com caixas de madeira vazias ao lado e rodas de carroça aos seus pés que simulavam enormes canhões e caixas carregadas de granadas e munição, em parte cobertos de lona, conseguiu convencer os legalistas, que só o viam de longe, que viajava com enormes canhões e quantidade incontável de granadas e munições. Ao mesmo tempo, pedia que seus soldados – apenas 95, armados com fuzis e revólveres – fizessem um enorme estardalhaço quando se aproximassem da estação, com tiros para cima, gritos e todos os sons possíveis, de forma a aparentar serem muito mais numerosos do que realmente eram.

E não era só isso. O oficial, de forma inusitada, mandava telegramas a partir do telégrafo das estações para as estações vizinhas, requisitando comida, cavalos e munição para grupos que variavam entre 2 mil e 5 mil soldados, embora contasse com menos de cem. Depois de passar os telegramas, destruía os aparelhos, para evitar espionagem, e seguia viagem. Ao receber os telegramas, os assustados telegrafistas mostravam o documento para os chefes da legalidade. Estes, sem terem certeza do que havia no texto, preferiam deserdar a enfrentar tantos rebeldes que imaginavam dispor de um grande poder de fogo. Assim, o caminho ficava livre para Cabanas e seus homens, que se caracterizaram por cantar o *Pé Espalhado*, uma canção popular famosa na época, e que, muitas vezes, nem precisavam enfrentar as tropas legais que debandavam para não enfrentar os rebeldes. O uso de espões que o mantinham

¹² Segundo MOTTA (2013) guerra psicológica ou guerra de nervos e, ainda conquista de corações e mentes, referem-se a várias técnicas de combate usadas para influenciar, sem o uso da força, os valores, crenças, motivações, raciocínio ou comportamento de uma ou mais pessoas, visando objetivos estratégicos, policiais, de guerra ou políticos. Tais técnicas costumam ser usadas para induzir confissões ou reforçar atitudes e comportamentos esperados. Às vezes são combinados com operações de guerra não convencional.

¹³ A frase de Sun Tzu é a seguinte: ‘A suprema arte da guerra é derrotar o inimigo sem lutar. Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas’. Em outro momento, ele diz: “A guerra se baseia no engano, se faz pelo ganho e se adapta pela divisão e combinação.” TZU, S. A arte da guerra (tradução de André da Silva Bueno). Editora Jardim dos Livros: São Paulo, 2008, p. 112

muito bem-informado, ajudava a completar o clima de vitória que cercava as ações dos homens da Coluna da Morte e espalhavam o desânimo entre as tropas legais.

Para garantir ainda mais facilidades para seus soldados, diante de atônitos governistas, que muitas vezes desertavam para evitar o combate ou eram facilmente batidos por seus homens, Cabanas utilizava até sua figura física como arma. Magro e alto, com cerca de 1,85 metro, gostava de usar um grande chapéu de vaqueiro, um chicote e uma capa preta sobre os ombros. Às vezes, ostentava um boné militar enterrado nas orelhas e um enorme revólver à vista. Com a continuação, depois de se tornar uma espécie de lenda entre os militares rebeldes e legais, haveria quem afirmasse que havia ganhado aquela capa preta do próprio demônio que o teria presenteado com o objeto, uma simples capa de pelerine usada para enfrentar o frio daquele mês, que seria invulnerável e impediria que balas e o aço das facas o atingissem. Temido pelos legais, que fugiam ao ouvir o grito “Cabanas vem aí”, teve estipulado pelo governo um prêmio de 50 mil réis, uma fortuna para a época, por sua captura.

O resultado dessa estratégia é que Cabanas, efetivamente, obteve o seu intento: evitar que as tropas legais barrassem o avanço dos rebeldes em demanda do Paraná onde, depois, se encontrariam com os rebeldes gaúchos, comandados pelo então capital Luiz Carlos Prestes, constituindo a Coluna Miguel Costa-Prestes, que passaria mais dois anos percorrendo todo o País numa extensão de 25 mil quilômetros, combatendo tropas legais, jagunços e até cangaceiros, em uma impressionante epopeia militar até se internar, em 1926, na Bolívia, sem sofrer uma derrota sequer. Claro, não existe a palavra “se” em História, mas poderíamos imaginar que talvez a Coluna Prestes não existisse se sua retaguarda não tivesse sido garantida por Cabanas e seus soldados.

SANTOS (2013) considera que sua ação tática na região da Mogiana obteve êxito completo. Em suas palavras:

A ação tática de João Cabanas no eixo da Mogiana frustrou o avanço dos legalistas mineiros para Mogi Mirim e Campinas, como também a tomada dessa região breiou os governistas do Sul, que já haviam conquistado Sorocaba. Os governistas fugiram com o grito: Cabanas vem aí!

Essa guerra psicológica permitiu que os revolucionários de 24, comandados pelo general Isidoro Dias Lopes e major Miguel Costa, em trens da Paulista e Sorocabana, atingissem o Rio Paraná, descendo até Foz do Iguaçu, ponto de partida da Divisão Revolucionária, que percorreu 30.000 quilômetros pelos afastados rincões da pátria, perseguidos pelos legalistas, realizando a maior marcha militar do planeta que suplanta Alexandre O Grande e os generais Amílcar e Aníbal nas Guerras Púnicas.

O próprio Miguel Costa referiu-se a ele, também, de maneira bastante elogiosa, ao lembrar que o comandante supremo da revolução, o general Isidoro Dias Lopes, havia solicitado que ele determinasse a um “oficial ousado e valente” que protegesse a retirada das tropas da capital, de forma a garantir que não fossem atacados pelos legais pela retaguarda. Segundo o líder rebelde,

(...) Cabanas, que de nada sabia, não vacilou, estava satisfeito; parecia haver encontrado o seu verdadeiro ambiente. Portou-se com bravura nos combates para a conquista da cidade e durante os dias trágicos de sua defesa. Por isso mesmo, quando Isidoro me pediu um oficial audacioso para enfrentar a concentração que o governo federal, sob o comando do General Martins Pereira, organizava na zona de Eleutério, ameaçando a Mogiana e Campinas,

retirei Cabanas das trincheiras do Brás, apesar de ferido, e com um braço na tipóia, lutava heroicamente, enviando-o para aquele setor.¹⁴

Por sua vez, MARTINS considera que seria “pouco provável” que a Coluna Miguel Costa-Prestes existisse se não fosse a ação de Cabanas naquela região do Estado. Em suas palavras,

João Cabanas livrou no campo de batalha uma eficaz guerra imaginária. E foi vitorioso, mesmo em fuga: cumpriu sua missão de retardar os perseguidores e assegurar que os perseguidos chegassem livres à fronteira. A Coluna Prestes, que se formaria ao fim da perseguição, foi, de fato a Coluna Miguel Costa, um major da Força Pública de São Paulo. Mas sem João Cabanas é pouco provável que tivesse existido – ele era aquele típico soldado da retaguarda que assegura as medalhas dos vitoriosos, da turma lá na frente.¹⁵

O próprio Cabanas conta, em sua obra autobiográfica, como criou o artilheiro que iludiu os militares governistas, criando claros em suas tropas. De acordo com ele, tudo foi pensado para criar a ilusão de um exército imbatível, muito bem armado, embora seus homens – que estavam recebendo reforços – não passassem de 180 naquele momento.

(...) Requisitei máquinas, vagões e gôndolas na estação local. Atendida a requisição, organizei com os elementos à minha disposição dois grandes e aparatosos comboios de guerra. Nas gôndolas, coloquei madeiros roliços à guisa de peças de artilharia, montadas em armões fabricados com velhas tábuas e pedaços de carroça. Alguns bambus cobertos de lona eram as metralhadoras. Caixotes vazios dispostos aqui e ali, em pilhas simétricas, eram a munição. Na primeira gôndola erguia-se, ameaçador e terrível, um canhão 155, fabricado pelos meus soldados nos arsenais da estação de Mogi Mirim com a melhor peroba do solo paulista, enegrecida com algumas pinceladas de piche, gentileza de um crioulo, pintor de postes telegráficos.¹⁶

Não foi a primeira vez que usou ardis semelhantes para enganar os inimigos. Pouco tempo antes, havia usado a estratégia dos telegramas para se contrapor à força do general Martins Pereira, que dispunha de aproximadamente mil soldados, ou seja, o equivalente a cerca de dez vezes o seu contingente. Outros 2 mil homens estavam na retaguarda, o que elevava as tropas do oficial para 3 mil soldados, boa parte da Polícia Militar mineira. De acordo com o próprio Cabanas,

Telefonei para Ribeirão Preto, dizendo que tinha à minha disposição mil homens e 6 peças de artilharia, que diante disso o comandante Inocêncio aderisse à revolução porque a vitória era certa. Para outros pontos telegrafei e telefonei verdadeiras fantasias das quais o major Amaral tomava conhecimento em Mogi Mirim, levando-as a sério. Depois de fazer correr pelos fios todo o meu exército e apetrechos de guerra, fechei o telégrafo e a estação telefônica, proibi terminantemente a saída de qualquer pessoa da cidade e, ante os grupos de curiosos, no meio dos quais forçosamente haveria alguns espíões, contava as maiores patranhas e com a máxima arrogância dava conhecimento de que

¹⁴ SANTOS. A ação tática de João Cabanas no Eixo da Mogiana em 1924. Academia de História Militar Terrestre do Brasil, São Paulo, 2013, p. 11

¹⁵MARTINS, J.S. A coluna da morte e sua circunstância. Prefácio de A Coluna da Morte sob o comando de João Cabanas, Unesp Editora, São Paulo, 2012.

¹⁶ CABANAS, J. A Coluna da Morte sob o comando do Tenente Cabanas. Libreria Internacional, Assunção, Paraguai, 1925, p. 74

ia atacar o inimigo nos pontos mais fortes. Estas coisas eram transmitidas ao major Amaral por meios ocultos, aos quais eu mesmo não era estranho.¹⁷

Os telegramas enviados por Cabanas aos chefes de estação e líderes políticos do interior têm um tom triunfalista e grandiloquente. Procuram passar a ideia de um exército invencível e muito bem armado, pronto para dominar qualquer tipo de inimigo, baseado, inclusive, em sua moral elevada. O tenente do Exército Luiz Cordeiro de Castro Afilhado deixou um exemplo, descrito abaixo em suas palavras:

“Seguimos madrugada, dois mil homens, vinte canhões, oitenta metralhadoras. Providenciai urgência, instalação tropas ahi. Pelo trem duas horas tarde seguirão mais quinhentos homens, dez peças artilharia pezada Caso necessidade mais reforços, toda conveniência estar linha desimpedida, passar novas tropas prontidão. Situação capital inteiramente nossa. Forças legalistas fugindo dominadas pânico. Povo confraternizando nossas forças. Tudo pelo nosso grande chefe e pelos ideaes nova República! Cabanas.”¹⁸

A origem da Coluna da Morte

A fama de Cabanas foi construída, principalmente, a partir de Espírito Santo do Pinhal, quando sua Coluna da Morte, cujo nome ia grafado a giz na locomotiva do trem em que viajavam seus soldados, passou a ter grande participação na proteção à retaguarda dos rebeldes. Em São Paulo, entretanto, ele tinha tomado medidas que contribuíam para aumentar sua fama. Em várias ocasiões, mandara executar pessoas que acusava de serem “traidores da pátria”. Ainda na capital paulista, determinou que seus soldados “passassem pelas armas”, ou seja, fuzilhassem sem piedade saqueadores que atacavam mercados da cidade, em plena revolta. Esse padrão se repetiu em várias ocasiões. A fama da Coluna da Morte passaria, aos poucos, a preceder os seus integrantes.

Crimes foram atribuídos pelos legalistas à Coluna mesmo quando ela não estava mais na região e aquele grupo de soldados viu sua imagem entrar no imaginário popular ora como um grupo de justiceiros ou de saqueadores de acordo com a preferência política de cada observador. Anos depois, a epopeia da Coluna chegaria ao cinema, com a atriz Olga Navarro, que foi casada com Cabanas, no filme *O Trem da Morte*.

Execução de saqueadores e rebeldes

Em alguns casos, ele próprio conta, em sua obra autobiográfica, que determinou a execução de saqueadores e, em algumas situações em que desistiu do castigo somente por razões estratégicas. Logo no início da Revolta, organizou uma força de 60 homens que encarregou de policiar as ruas para impedir saques. Segundo ele,

Em flagrante delito de roubo com arrombamento foram presos dois malfeitores os quais, para que o castigo servisse de exemplo a outros dei ordem para que fossem imediatamente fuzilados, ordem essa que foi cumprida sem vacilações.¹⁹

¹⁷ CABANAS, J. A Coluna da Morte sob o comando do Tenente Cabanas. Libreria Internacional, Assunção, Paraguai, 1925, p. 61

¹⁸ PINHO, C.L. Cabanas. Gregory, 2015, p. 24

¹⁹ CABANAS, J. A Coluna da Morte sob o comando do Tenente Cabanas. Libreria Internacional, Assunção, Paraguai, 1925, p. 28

Rebeldes que cometessem crimes também eram “passados pelas armas” ou, eventualmente, recebiam duros castigos para que não fizessem mais isso. Um cabo rebelde, José de Souza, integrante da Coluna da Morte, foi chicoteado em frente à tropa e outro soldado, o corneteiro Ary Rosa só não sofreu o mesmo destino porque estava muito machucado. A história é inusitada. Ambos tentaram estuprar uma sertaneja, nos arredores de Indiana. O interessante é que ela, que vivia com a mãe septuagenária e tinha robustez de atleta, reagiu aos dois atacantes e os dominou a murros, desarmando-os e levando-os à presença de Cabanas, que convidou a moça a voltar no dia seguinte para ver o castigo que seria aplicado ao cabo. Quanto ao corneteiro, foi levado ao hospital de sangue de Santo Anastácio porque não estava em condições de ser castigado, já que havia sofrido ferimentos muito graves na luta contra a moça.

Em outro caso, mais grave, não houve piedade. Dois rebeldes, bêbados e armados, investiram contra o casebre dos colonos Antônio Turman e Rosalina Meneghete e mataram o homem, que tentou defender a mulher de sua sanha. Ela foi estuprada por eles. Em seguida, depois de cometerem os crimes, voltaram para o meio dos soldados, como se nada tivesse acontecido. Ao ser informado do que havia acontecido, Cabanas fez com que fossem levados à sua presença e sumariamente executados diante da tropa formada, de forma a deixar bem claro que atitudes como aquelas não seriam mais toleradas.²⁰

Façanhas como estas faziam crescer o mito diante do homem. Moradores das regiões atacadas pela Coluna da Morte começaram a criar histórias sobrenaturais para explicar as vitórias de um simples tenente da Polícia, ou “meganha” como os chamavam os militares do Exército, de forma pouco prestigiosa, contra oficiais tarimbados como o general Martins Pereira, que havia enfrentado os fanáticos de Canudos. De acordo com PINHO (2015), as histórias eram as mais disparatadas possíveis:

lam ainda mais longe os comentários ao dizer que o comandante revoltoso, além de matar pessoas, ainda bebia seu sangue e devorava crianças, chegando ao cúmulo de se afirmar que ele tinha feito um pacto com o demônio que, inclusive, o presenteara com uma capa escura que deixava o rebelde invulnerável aos tiros de seus adversários. Dizia-se, também, que à noite, seus olhos brilhavam como brasas e, graças a isso, guiava seus homens pela mata, em plena escuridão. Ou seja, na credence popular, Cabanas era a própria encarnação do mal, uma espécie de Gengis Khan do século XX. Ante uma propaganda desse naipe, a última coisa que uma pessoa desejava que ocorresse era um encontro com o revolucionário e seus homens.²¹

No inquérito policial que se fez após a Revolução de 1924, o nome de Cabanas é um dos mais citados entre os rebeldes. Em alguns casos, mais até que os líderes de maior patente como o general Isidoro Dias Lopes, o capitão Joaquim Távora e o major Miguel Costa. Nos documentos consta o seguinte:

(...) Tenente da Força Pública do Estado, foi um dos mais temíveis elementos da revolução. Sem escrúpulos algum praticou os atos mais indignos que registrará a história do período revolucionário.

(...) Aderindo à revolução, praticou os maiores assaltos e depredações no interior do Estado.

(...) Foi a sinistra figura da retirada. Comandando o último comboio das forças em fuga – que ficou alcunhado “o trem da morte” – ia praticando danificações na linha, com objetivos militares, mas, sobretudo, ia cometendo as maiores

²⁰ PINHO, C.L. Cabanas. Gregory, 2015, p. 24

²¹ PINHO, C.L. Cabanas. Gregory, 2015, p. 66

depravações e extorsões e incitando o grupo de soldados que guiava a praticar toda a espécie de selvagerias. É o autor de incêndios e roubos verificados em Manduri; foi o condutor dos danos vultuosos levados a efeito em Cardoso de Almeida. Em Santa Lina, chegou ao assassinato e às maiores indignidades contra os lares dos colonos, esse grupo assolador. As referências registram a espantosa atuação desse grande delinquente. Por isso, ascendeu rapidamente de posto, pois já aparece em Presidente Prudente com as insígnias de major.²²

Ao que parece, essa não era a opinião de seus soldados. Durante o período das trincheiras no Alto Paraná, pouco antes de se formar a Coluna Prestes, correu um boato entre a tropa de que ele havia morrido. Os soldados, conta TABAJARA (1924) recusaram-se a continuar lutando, tal era o apreço que dedicavam ao seu líder. “Tornou-se preciso que Cabanas fizesse visita pessoal a cada setor para reestabelecer o ardor da tropa”. Aparentemente, ele era amado por seus soldados, uma das maiores virtudes de um comandante militar.

Uma crítica que se faz a Cabanas é a sua falta de modéstia e um certo exagero nas descrições de suas ações. Um colega, o também tenente César Honório de Campos, merece apenas uma menção em seu livro, mas foi um dos seus principais oficiais da Coluna da Morte. No entanto, é praticamente esquecido nos vários combates em que o grupo de militares se salientou. O fato é que não se pode negar que o tenente da Força Pública paulista foi o cérebro por trás da ação da pequena coluna que levava o seu nome. No entanto, apesar dos serviços prestados à revolta, Cabanas não se integrou à Coluna Miguel Costa-Prestes que, após chegar ao Paraná, com a junção da coluna paulista, de Miguel Costa, com a gaúcha, de Prestes, se tornaria um grupo armado que levou muita preocupação ao governo federal, que fez de tudo, até oferecer uma patente militar e o perdão dos crimes a Virgulino Ferreira, o bandido Lampião (1898-1938) para combater a Coluna Prestes, que só cessaria sua ação ao se internar na Bolívia após a posse do novo presidente, Washington Luiz, no governo.

Missão cumprida

Se havia problemas na atuação de Cabanas, não se pode negar que ele obteve grandes vitórias na sua atuação na área da Mogiana. Com isso, todo o exército rebelde, formado por cerca de 2 mil homens, pôde se retirar para a região do Paraná. OLIVERA (1924) considera que sua ação foi decisiva para garantir a retirada da maior parte do exército rebelde. Em suas palavras,

(...) A retirada era viável porque João Cabanas, em triunfal expedição pelo interior, afastara o inimigo numa grande zona e havia pelo menos um itinerário seguro: Campinas Itirapina e Bauru. Cabanas recebeu ordens para manter o inimigo a distância e exatamente a 27 de julho, vinte e dois dias depois de iniciada a revolta, as suas forças se deslocavam para o interior do Estado, rumo a Bauru. Ia operar-se um dos maiores milagres da história militar brasileira, pois na retirada não se levariam apenas soldados, mas todo armamento, munição, artilharia, cavalaria, abastecimento, ambulâncias, Estado Maior e os sistemas de diferentes serviços de administração e retaguarda. Isso tudo com o inimigo à ilharga e penetrando região se não hostil pelo menos ocupada por governistas, inclusive diversos batalhões patrióticos organizados por Fernando Prestes, Vergueiro Lorena, Ataliba Leonel, Castilho Cabral e outros.²³

²² Denunciado n.º 85 do Processo da Revolução de São Paulo, in SOARES, J.C.M, Justiça, Editora do Autor, pág. 506 e Polícia de São Paulo – Movimento subversivo de Julho, p. 114, 132, 229 e 254.

²³ OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. 1924, a revolução de Isidoro. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1924, p. 99

Seus detratores, por outro lado, o tinham em conta como uma espécie de duende ou demônio, sempre prono para atacar e destruir o inimigo. COSTA E GÓES (1924) o viam de uma forma pouco comum. Na descrição dos escritores Cyro Costa e Eurico de Góes, autores de *Sob a metralha*, um clássico da crônica do período, o tenente rebelde é descrito como uma espécie de monstro. Costa e Góes demonstram em sua obra que são partidários da legalidade e, por essa razão, tinham muitos motivos para detestar Cabanas. Em suas palavras, o oficial era

(...) Diriam que sua cabeça é oca e atarrachada por dentro, como os bonecos de Nuremberg. Para a execução dos planos sinistros e instantâneos que idealiza todos os meios lhe servem. Ainda está para ser inventada a válvula de segurança capaz de contê-lo.

Debaixo do quepe que lhe sombreia a fronte e que usa enterrado até as orelhas, como que rufam em latas velhas, trejeitando gaifonas, sacis vermelhos e diabinhos azuis...é espetaculoso como um pé de vento, espocando e estonteando qual uma girândola, teimoso e estridente como uma corneta na boca de Gravoche... na desgnerência estouvada, alia à audácia petulante do viver, a aspereza, ora bem ora mal-humorada, de quem quer tudo na vida aos trancos e aos empurrões. Toda a sua figura revela o impulso galhardo de um herói-bandido. Aplauda-lhe a galeria. Se a vida é um cinema, Cabanas é um Tom Mix fardado!²⁴

Exílio no Paraguai e Argentina

Se foi um dos responsáveis pela sobrevivência e organização da Coluna Miguel Costa-Prestes, Cabanas não participou dela. Alegou que estava doente e fragilizado para continuar na luta e, a exemplo de outros líderes da revolta, exilou-se, inicialmente no Paraguai, onde lançou seu livro, e na Argentina. Em 1.º de abril de 1925, o oficial rebelde embarcou no vapor Bell em direção à cidade de Encarnación, na Argentina. Quase foi reconhecido por oficiais do Exército que subiram a bordo, mas conseguiu chegar à cidade argentina. Em Buenos Aires, posteriormente, demonstrou grande desgosto com a recepção aos brasileiros no país vizinho.

Em Buenos Aires, qualquer estrangeiro, com exceção do brasileiro, vive como na própria pátria. O brasileiro é o único que se sente estrangeiro, sendo como tal tratado. A todo momento soam-lhe nos ouvidos frases de desprezo para o Brasil e os conceitos mais absurdos para a sua gente.²⁵

Os últimos momentos de Cabanas

Em 24 de junho de 1927, Cabanas, que havia voltado ao Brasil, foi preso em uma pensão na qual estava hospedado, no Rio de Janeiro. Havia vindo do Uruguai, onde estava vivendo. Também foi preso na ocasião o irmão dele, Arthur. O ex-rebelde foi levado ao presídio da Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, local em que ficaram confinados os revoltosos. Posteriormente, foi solto, mas continuou sob severa vigilância da polícia política. Dois anos depois, seria preso na Fortaleza de Santa Cruz, no Estado do Rio. Com a vitória de Getúlio Vargas na Revolução de 1930, os revolucionários de 1922 e 1924 foram anistiados. Cabanas, enfim livre, pediu sua reintegração nos quadros da Força Pública no posto de capitão, mas como major em comissão. Foi enviado pelo governo à Europa e, em 1932, surpreendentemente, foi

²⁴ Op cit, p. 379

²⁵ CABANAS, p. 266

reformado (passou para a reserva) sob alegação de problemas de saúde que impediriam sua reintegração à Força Pública.

No retorno de Vargas ao governo, Cabanas, que o havia apoiado, foi nomeado assistente militar do chefe de Polícia do Distrito Federal. Assumiria, posteriormente, o cargo de deputado. Em 27 de janeiro de 1974, aos 79 anos, o tenente Cabanas morreu em São Paulo, por problemas de saúde. Seu enterro, no Cemitério de Congonhas, foi acompanhado por amigos, parentes, e ex-rebeldes que foram lhe prestar as últimas homenagens. Lembrariam, então, das palavras de Miguel Costa que, ao conquistar o apoio de Cabanas durante a Revolução de 1924, assim o descreveu:

Cabanas, moço irrequieto, depois de sair da Escola de Oficiais, pouco parava nos corpos. Não era propriamente um indisciplinado, mas sim um revoltado contra tudo e contra todos. Encarnava, talvez sem o perceber, o espírito da revolta contra as injustiças humanas. Certo dia, transferiram-no para o meu Regimento, não com a nota de “a bem da disciplina” em seu ofício, mas com esta intenção. Dotado de boa conformação para cavaleiro, entrou logo para o picadeiro e depois de várias quedas de cavalo, conformou-se com a disciplina do Regimento entrosando-se na maravilhosa camaradagem que reinava entre os oficiais. A disciplina era dura, mas exercida com toda a humanidade pelo Regimento inteiro – afora o comandante que vivia no mundo da lua – era uma família só. Prova isto o fato de no alvorecer de 5 de julho o Regimento formado, com quinhentos homens a cavalo no pátio do quartel, poder eu apontar o revólver ao peito do comandante e o recolher à prisão. Falei então à tropa, explicando o que se passava, recolhi à prisão os oficiais sobre cujo procedimento suspeitava e assumi o comando do Regimento.²⁶

REFERÊNCIAS:

- AQUINO, L.C. Os “tenentes” estrangeiros – a participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo, Editora UFPB, João Pessoa, 1998
- ASSUNÇÃO, M. São Paulo deve ser destruída – a história do bombardeio à capital na Revolta de 1924: Record: Rio de Janeiro/São Paulo, 2015
- BOSI, E. Lembranças de Velhos – memória e sociedade, T.A. Queiroz, 1979
- CABANAS, J. A Coluna da Morte sob o comando do Tenente Cabanas, Libreria Internacional: Assunção, Paraguai, 1926
- CARNEIRO, G. História das revoluções brasileira, Record: Rio de Janeiro/São Paulo, 1989
- COHEN, I.S. Bombas sobre São Paulo – a Revolução de 1924, Editora Unesp, 2007
- CÔRREA, A.M.M. A rebelião de 1924 em São Paulo, Hucitec: São Paulo, 1976
- COSTA, C. & GOES, E. Sob a metralha – história da revolta em São Paulo, 5 de julho de 1924, Companhia Gráfica Monteiro Lobato, São Paulo, 1924
- DÓRIA, P. Tenentes – a guerra civil brasileira, Record: Rio de Janeiro/São Paulo, 2016
- DUARTE, P. Agora nós, Fundap – Imprensa Oficial, São Paulo, 2007
- GENEEN, H. Aventuras de uma família durante a Revolução de 1924, Seção de Obras de O Estado de S.Paulo,
- LIMA, L.M. A Coluna Prestes – marchas e combates, Alfa Omega, 1979
- MALTA, O. Os ‘tenentes na revolução brasileira, Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1969
- MARCIGLIA, L. Férias de julho, Oficinas profissionais do Lyceu Coração de Jesus: São Paulo, 1927
- MARTINS, J.S. A coluna da morte e sua circunstância. Prefácio de A Coluna da Morte sob o comando de João Cabanas, Unesp Editora, São Paulo, 2012

²⁶ SANTOS, p. 22/23

MEIRELLES, D. As noites das grandes fogueiras – uma história da Coluna Prestes. Record: Rio de Janeiro/São Paulo, 1995

MOTA, E.P. As Operações Psicológicas no desenvolvimento de uma mentalidade de defesa: Rio de Janeiro, ESG, 2013.

NORONHA, A. Narrando a verdade – contribuição para a história da revolta de São Paulo: Editora do Autor: São Paulo, 1924

OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. 1924, a revolução de Isidoro. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1924

PEREIRA, D.P. 1924, O Diário da Revolução – os 23 dias que abalaram São Paulo: Imprensa Oficial: São Paulo, 2010

PINHEIRO, P.S. A estratégia da ilusão – a revolução mundial e o Brasil (1922-1935): Companhia das Letras, São Paulo, 1991

PINHO, C.L, Cabanas. Editora Gregory: São Paulo, 2012

SANTOS, H.S, A ação tática de João Cabanas no eixo da Mogiana em 1924. Clube de Autores, Academia de História Militar Terrestre do Brasil: São Paulo, 2013

SERPA, B. A Verdun paulista – episódios da defesa do 4.º Batalhão da Força Pública durante a Revolução de Julho de 1924, Biblos Editora: São Paulo, 1962

SILVA, H. 1926, a grande marcha, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971

SOARES, G.M. A acção da Marinha na Revolução Paulista de 1924, Editora Guanabara: Rio de Janeiro, 1924.

TRANSVERSALIDADE E LITERATURA: UMA CONFLUÊNCIA HUMANÍSTICA EM SALA DE AULA

Gabriel Lucas da Silva Santos²⁷

Resumo: O presente artigo, trata de uma pesquisa sobre a diversidade humana de etnia, sexualidade e gênero, além da literatura, considerando sua soma, algo possível para ser concretizado na educação. A justificativa para esse estudo, se dá diante das exigências contidas na BNCC e nos PCNs, além do contexto empírico e discriminatório referente à diversidade. O objetivo geral, portanto, é expor como é possível a unificar os temas citados, já os específicos são conhecer a diversidade, promover o respeito e debater a literatura. Para esse estudo, empregou-se um método qualitativo por meio de bibliografias.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Transversalidade. Humanização. Sala de Aula.

INTRODUÇÃO

A escola diante das discussões educacionais contemporâneas do século XXI, é tida como um espaço de trocas de conhecimentos, experiências, com produções científicas, afim de contribuir para o desenvolvimento da comunidade em que está inserida. Para se concretizar essas compleições, é importante um bom vínculo ser fruído no convívio entre os sujeitos da escola, todavia existe na educação formal um fator que prejudica essa relação, o bullying por meio do preconceito e discriminação, em especial por motivos de etnia, sexualidade e gênero.

A psicologia nos mostra que os prejuízos ocasionados pelo bullying no ambiente educativo são inúmeros, tendo a capacidade de ampliar índices de deficit de aprendizagem, depressão e suicídio. De acordo com a pesquisa realizada pelo PISA (Programa Internacional de Avaliação e Estudantes) publicada em 2015, 1 em cada 10 estudantes é vítima desse mal no Brasil, sendo o país classificado pela OCDE (Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico), como detentor de um índice que ultrapassa a média internacional. Além disso, tais práticas ocorrem for a dos espaços formais de ensino, como no lar familiar, ambiente de trabalho, locais de vivência... dentre outros ambientes.

Por isso, os temas transversais são temáticas que devem estar presentes na educação básica segundo a legislação educacional atual, sustentada pelo artigo nº 206 parágrafo III da Constituição Federal vigente, além de estarem de acordo com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e BNCC (Base Nacional Curricular Comum).

Dentre as heteróclitas formas de se abordar essas temáticas na sala de aula com os sujeitos da escola, a literatura se destaca devido agregar discussões desse viés na sua estilística literária abstrata e lúdica, em âmbito local, regional, nacional e global, podendo ser uma mediadora no processo de emancipação para a diversidade humana a partir das discussões na educação formal sobre o tema (COSSON, 2009).

Partindo desses pressupostos, esse artigo científico tem como objetivo geral expor aos docentes, coordenadores pedagógicos e diretores, que as abordagens no que tange a transversalidade, podem ser materializadas a partir da literariedade,

²⁷ Gabriel Lucas da Silva Santos – licenciado em geografia na UNINTER e em letras/português através da Faculdade AGES – especialista em direito ambiental e sustentabilidade na Faculdade FAEL.

contribuindo para os saberes acerca da diversidade humana de gênero, etnia e sexualidade na escola, além de ter os propósitos específicos de conhecer à diversidade, fomentar o respeito e analisar à literatura como referencial sócio-humanístico.

1.0 DESENVOLVIMENTO

1.1 Definindo diversidade

Diversidade é um termo oriundo da palavra latina “diversitas”, que significa variedade, baseando se nesse termo, as ciências humanas a empregou para agregar à soma das diferenças entre os sujeitos, seja ela por etnia, gênero e sexualidade.

Dentre os ramos de estudos dessas ciências, à literatura com seu abstrato e ludicidade, realiza uma abordagem única sobre a diversidade, com um modelo distinto se comparado a outros ramos das ciências humanas que emprega uma linguagem objetiva e com enfoque científico. Mas por que usar à literatura nos estudos transversais na rede básica de ensino? Para responder a esse questionamento, vamos realizar uma breve sapiência acerca da origem da diversidade humana no Brasil, o porquê de a transversalidade ser exigida nas discussões educacionais formais, compreender parte do método ativo e da aprendizagem significativa, e os fundamentos teóricos da literatura.

1.2 Formação étnica brasileira e desafios atuais

Historicamente as diferenças no que tange a cor e cultura (doravante etnia) existem no Brasil desde o período pré-cabraliano, pois apesar de ainda não ter tido miscigenação e contato com à cultura africana e europeia, segundo Gonçalves (2012) os povos indígenas já habitavam o país, cada tribo com práticas específicas de sua cultura, em especial no que se refere a religião, tendo cada comunidade crenças absolutamente opostas de uma tribo para com à outra. Com a chegada dos portugueses no Brasil em 1500 no século XV, através da expedição liderada por Pedro Álvares Cabral, o país sofreu um processo de exploração de matéria-prima para enriquecer, acompanhado de catequização dos povos nativos afim de fortificar à igreja católica no período que enfrentava à reforma protestante na Europa, essa época é conhecida como período colonial. Para realizar as explorações comerciais em terras brasileiras, empregaram mão de obra escrava, comprando negros e os traficando da África, além de obrigar os indígenas, povos nativos do país, a trabalhar em favor de seus objetivos econômicos, matando os que resistiam ao serviço escravo, nesse contexto, tanto os negros como os indígenas tiveram não só as liberdades trabalhistas retiradas, mas culturais também por contrariar à igreja católica na época. Mediante essas premissas, o Brasil obteve transformações profundas nas relações sociais e políticas, que afetaram à diversidade humana na fase pré e pós-colonial (COSTA, 2016, p. 33-65).

A partir da lei nº 2.040 (Lei do Ventre Livre) criada pela bancada conservadora do partido Restaurador, onde postula à liberdade para crianças nascidas de pais escravos em 1871, originou se à Lei Áurea, em que da a libertação dos cativos de modo geral, sancionada em 1888 pela princesa Isabel, dando fim à escravatura no Brasil. Apesar do regime escravista ter tido fim, Salaini (2012) explana que as etnias não europeias continuaram a sofrer repulsa, sendo vistas como inferiores, estabelecendo inúmeras justificativas afim de fundamentar tal oposição. Ainda conforme Salaini (2012), a principal era a de supremacia branca, onde a cor dos

sujeitos definia o nível intelectual e de habilidades técnicas, quanto mais clara à pele e desconexa da matriz africana e indígena fosse, mais inteligente o sujeito seria. Um dos precursores dessa teoria no Brasil, foi Nina Rodrigues no seu livro intitulado “Os Africanos no Brasil” e Silvio Romero, que traz como solução as migrações europeias para o país, afim de eliminar a miscigenação e embranquecer a nação. Entretanto, com as concepções do sociólogo, antropólogo e historiador Gilberto Freyre, essas justificativas que inferiorizam negros e indígenas, passam a sofrer desconstrução mediante seus livros “Casa Grande” e “Senzala”.

Figura 1 – Gilberto Freyre



Fonte: Wikipédia

Infelizmente, as teorias de supremacia branca se enraizaram em algumas pessoas no Brasil, mesmo com todo o arcabouço teórico e jurídico desenvolvido contrário a essas ideias no país, à prova disso, são os recorrentes casos de racismo como o ocorrido em 2018 com o ativista Fernando Holiday. Lamentavelmente, até mesmo alguns sujeitos pertencentes as etnias vítimas de racismo e que o condena, formam grupos atacando pessoas da cor branca, sem se dar conta de que estão fazendo o que tanto criticam, é o caso da jovem com leucemia Thauane Cordeiro, abordada no metrô por mulheres negras, devido ter pele clara e está usando turbante no ano de 2017.

1.3 Orientação sexual e identidade de gênero

A orientação sexual, isto é, a quem o sujeito sente atração sexual ou deixa de sentir, existe em diversas formas desde as primeiras civilizações, todavia algumas mais respeitadas socialmente e outras tratadas de modo mais preconceituoso. Das

inúmeras que pode-se listar, temos: heterossexuais, homossexuais, bissexuais, panssexuais e assexuais. Iniciando com a heterossexualidade, é definida como aquele em que a atração ocorre somente para o sexo oposto: homem com mulher. Na homossexualidade já se tem o contrário, a atração se dá com pessoas do mesmo sexo: homem/homem e mulher/mulher. Na bissexualidade encontra-se uma abrangência maior, podendo o sujeito se relacionar com ambos os sexos, tanto homem como mulher. Alguns teóricos defendem que tal desejo não parte da vontade do sujeito, considerando uma orientação e não opção.

A orientação sexual, aqui entendida como a seta ou direção para onde aponta o desejo erótico de cada pessoa, pode ser homossexual, quando se deseja alguém do mesmo sexo, bissexual, quando se desejam ambos os sexos, ou heterossexual, quando o objeto do desejo é do outro sexo. A orientação sexual é uma atração espontânea e não influenciável que só pode ser conhecida plenamente pelo indivíduo que a vivencia. É, portanto, um equívoco dizer que se trata de uma opção sexual, pois não depende de escolhas conscientes nem pode ser aprendida (BRASIL, 2010, p. 17).

Quando já se fala em panssexualidade, muitas pessoas confundem com a bissexualidade, mas não são a mesma coisa. De acordo com Medeiros e Barbosa (2015), a panssexualidade se caracteriza por se relacionar com gêneros binários, que se identificam como homem ou mulher, e ao mesmo tempo com os não-binários, e até mesmo com outras identidades de gênero, enquanto que os bissexuais se relacionam apenas com gêneros binários, seja homem ou mulher.

Se tratando da assexualidade, de modo geral se conceitua como uma orientação que sente pouco ou nenhum desejo sexual por nenhum gênero (ANDREA; ROMAGNOLI, 2018). Classifica-se os assexuais em três tipos: demissexuais, que sentem desejo sexual através do estabelecimento de alguém vínculo afetivo. Os grey-assexuais desenvolvem raramente desejo (ANDREA; ROMAGNOLI, 2018, apud SCOTTI; DAWSON, 2015). E por fim, os restritos, que nunca sentem atração sexual, embora possam se relacionar, mas sem prática sexual.

Figura 2 – Jovem segurando a Bandeira LGBTQIA+



Fonte: Freepik.

Como dito antes, nem todas as orientações sexuais são respeitadas, nem mesmo no século XXI, em que apenas a heterossexualidade é vista como respeitável. Um exemplo de tal conjuntura, ocorreu em novembro de 2010 na cidade de São Paulo, em que devido a orientação sexual, jovens agrediram com lâmpadas um grupo de amigos. Mas antes desse contexto atual, à situação era pior, pois na década de 60 foram declarados como doentes pela “ciência”, sendo torturados pela antiga União Soviética (JESUS, 2010), sem direito a voto em alguns países da América e empregos negados.

Todavia, com a “Rebelião de Stonewall” em 1969, direitos foram sendo conquistados (ROMÃO; CAVALCANTE, 2017, p. 4 Apud CALIXTO, 2015, p. 17-18), se refletindo no Brasil, a ponto de se ter um artigo constitucional em 1988 promovendo respeito a esses grupos LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais, Assexuais...). Porém o preconceito ainda é latente na sociedade brasileira.

Figura 3 – Rebelião de Stonewall



Fonte: Hypheness

Algo que as pessoas também confundem, é sexo biológico e identidade de gênero. Sexo biológico são as características naturais do sujeito, se diferenciando de gênero que é uma identidade pessoal de cada um (BRASIL, 2010). Tem-se como exemplo os transexuais, que biologicamente são do sexo masculino ou feminino, mas podem se identificar de outra forma na massa social.

1.4 Teoria da literatura e diversidade

Quando falamos de literatura no sentido conceitual e sua contribuição, temos que ter em mente, que existem diversas correntes teóricas que abordam tal temática, cabendo ao pesquisador optar por determinado vié para sistematizar o conceito e a importância da literatura, além de saber que o significado do termo assim como a importância que o mesmo trás, varia de acordo com a sociedade e seu contexto histórico, bem como contemporâneo.

Para a definição de literatura, empregamos a proposta por Culler (1999), onde postula o que seria literatura, a partir das características gerais que essas obras têm, independente da sociedade em que se fazem presente. Logo, em sua visão, literatura seria obras textuais cuja a linguagem imaginativa existe, em que se tem ficção, licença estética para a escrita incomum, empregando a comunicação informal, trazendo reflexões e intertextualidade.

É tentador desistir e concluir que a literatura é o que quer uma dada sociedade trata como literatura – um conjunto de textos que os árbitros culturais reconhecem como pertencentes à literatura. Essa conclusão é completamente insatisfatória é claro. Ela simplesmente desloca ao invés de resolver a questão: em vez de perguntar “o que é literatura?”, precisamos perguntar “o que faz com que nós (ou alguma outra sociedade) tratemos algo como literatura?” (CULLER, 1999, p.29).

Agora, tratando da importância da literatura, Compagnon (2009, p. 19) é muito feliz ao dizer que:

Sem desconhecer a tensão secular entre criação e história entre texto e contexto ou entre autor e leitor, por minha vez, proporei a sua conjugação, indispensável ao bem-estar do estudo literário. Talvez porque eu tenha vindo a este inocentemente e por vias insólitas, sempre resisti a esses dilemas e recusei as exclusões mútuas que pareciam fatais à maior parte dos meus contemporâneos. O estudo literário deve e pode consertar a fratura da forma e do sentido, a inimidade factícia da poética e das humanidades.

Segundo essa citação, a literatura tem como importância, ajudar no processo humanizador do sujeito, permitir que a partir da leitura de um texto, o indivíduo se coloque no lugar do outro, e perceba a dinâmica que gira em torno deste. Por exemplo, o livro “Os Sofrimentos do Jovem Werther” publicado em 1774 por Johann Wolfgang Von Goethe, sendo o marco do romance alemão, onde aborda o suicídio de um jovem triste devido um amor proibido, após o seu lançamento, grande parte do público que lia, se entristecia, foi o efeito literário sob as emoções e sentimentos humanos, as pessoas se colocaram no lugar dele e refletiram sobre a história, amor e a vida. Outro exemplo, é a obra “Diário de Bitita” publicado em 1977 pela escritora

brasileira Maria Carolina de Jesus, em que explana a dificuldade do negro em um país racista e de poucas oportunidades de mobilidade social, sua obra despertou a sensibilidade humana e valorização do negro, apontando para a escritora ter seu nome respeitado na academia. Por fim, temos a composição “O Casal que Mora ao Lado” de Shari Lapena, expondo através do suspense, o que o ser humano é capaz de fazer por dinheiro.

Com bases nesses pressupostos, as temáticas de etnia, sexualidade e gênero, podem ser trabalhadas pela literatura em sala de aula, acompanhadas com teóricos diversos, além dos trabalhados nessa pesquisa, respeitando a idade dos alunos e os princípios familiares de cada indivíduo.

1.5 Literatura em sala de aula

Quando fala-se “metodologia”, estamos nos referindo ao método, que é a forma na qual iremos realizar algo, porém, para que um método seja concretizado, precisa-se de técnica, que já agrega os elementos que ajudarão na aplicação de determinado método, p.ex.: quando alguém irá realizar um bolo, segue os procedimentos, que no caso é a metodologia, mas para aplicar os procedimentos, é necessário o uso de batedeiras, que as torna algo técnico.

De semelhante modo, é o ensino da literatura para abordar a diversidade, é preciso utilizar uma didática efetiva para que os alunos compreendam a relação do texto literário com as vivências sociais. Nos estudos pedagógicos, temos duas grandes propostas metodológicas de ensino, a de John Dewey e David Paul Ausubel.

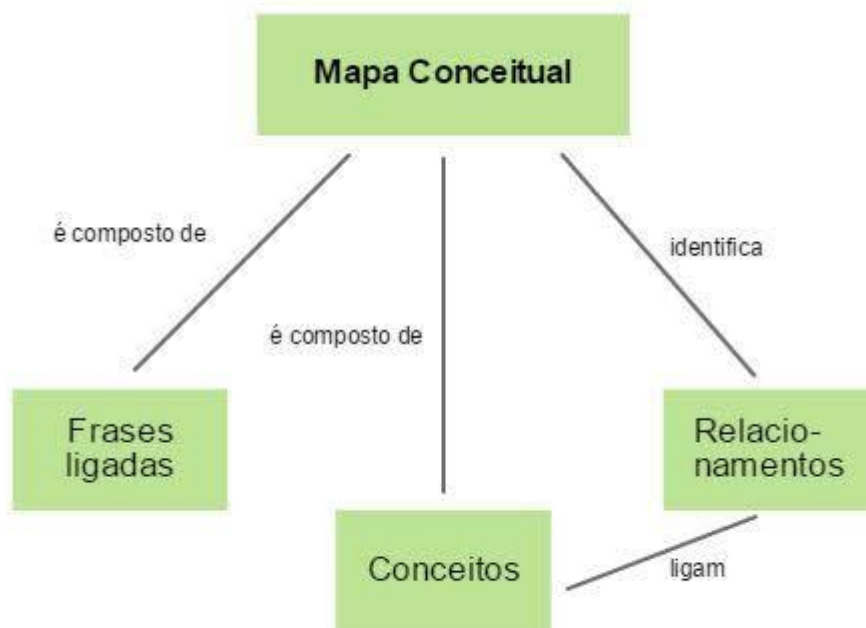
Para Dewey, o ensino deve ser baseado na experiência social do sujeito com enfoque prático, para isso, ele sistematiza o ensino por meio de cinco etapas (CORDEIRO, 2017), são elas:

1. Atividade – abordar os saberes prévios do aluno;
2. Problema – estabelecer um problema durante a abordagem;
3. Dados – os discentes (geralmente em grupo), vão em busca de dados que possam servir de base para a resolução do problema;
4. Hipótese – com base na coleta de informações, os estudantes passam a deduzir sobre como solucionar a problemática;
5. Experimentação – aplica-se à hipótese, a fim de sanar o obstáculo apresentado.

Pense que você é um professor de geografia, em que está trabalhando o conteúdo de geografia do Brasil, na aula poderá questionar aos alunos sobre o que seria racismo para eles, em seguida exibe uma notícia ou estudo de caso, cuja a pessoa foi atacada por ser negra, logo em seguida, poderá pedir que eles pesquisem sobre os fatores que favorecem tal situação ocorrer no Brasil e como pode ser solucionada. Com o término da pesquisa, eles precisarão pensar em uma solução e materializar a mesma, expondo o porquê de ser a proposta ideal.

Se tratando de Ausubel, ele postula que o ensino deve considerar a realidade dos alunos, devendo os conteúdos terem relação com a vida cotidiana. Uma das formas de trabalhar isso é utilizando os mapas conceituais, no qual o docente emprega um determinado conceito abrangente e em diálogo com a classe, vai criando o mapa, relacionando conteúdo e vivência (NOGUEIRA; LEAL, 2018).

Figura 4 – Exemplo de estrutura de mapa conceitual



Fonte: Significados

Aplicando as citadas metodologias, o aluno compreenderá a diversidade de modo ativo e significativo, visualizando as relações existentes entre diversidade e a sua vida cotidiana.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Cordeiro, Molina e Dias (2014), temos três tipos de conhecimento, o empírico baseado nas experiências cotidianas de cada indivíduo e especulativo; O religioso, cuja as explicações são elaboradas partindo de princípios teológicos; O filosófico, em que a razão é o centro do saber, mas não vai a comprovação do que foi pensado; E o científico, um conhecimento em que a razão é o centro do processo, porém, diferente do filosófico, vai a comprovação.

Finalmente, o conhecimento científico é real (factual) porque lida com ocorrências ou fatos, isto é, com toda "forma de existência que se manifesta de algum modo" (frujillo, 1974:14). Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida através da experiência e não apenas pela razão, como ocorre no conhecimento filosófico. É sistemático, já que se trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de idéias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos. Possui a característica da verificabilidade, a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência. Constitui-se em conhecimento falível, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final e, por este motivo, é aproximadamente exato: novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 80).

Conhecendo os tipos de conhecimento, usou-se o saber científico para esta produção, pois trabalha com dados comprovados, e o ato educativo, assim como as pesquisas educacionais, não são sistematizadas com base do senso comum. Porém, cabe ressaltar, que o conhecimento científico tem diversos encaminhamentos metodológicos para prosseguir, ou seja, diversas maneiras de ser praticado, sendo os principais deles: quantitativo, baseia-se em valores numéricos. Qualitativa, prioriza à sensação e percepção sobre o objeto pesquisado. Descritiva, visa descrever de forma minuciosa a coleta de dados e os resultados obtidos. Já os procedimentos de pesquisa podem ser bibliográficos, muito comuns em especial na educação formal, aplica-se pelo uso e leitura de produções bibliográficas, como artigos científicos e livros. E por fim, o de campo, em que o pesquisador vai de encontro presencial ao objeto de estudo. Mas qual o método e procedimento ideal usado nessa pesquisa?

Quando observamos a prática científica concreta, o que nos parece de forma mais evidente é a aplicação de atividades de carácter operacional técnico. Uma infinidade de aparelhos, desenvolvem-se variados procedimentos de observação, de experimentação, de coleta de dados, de registros de fatos, de levantamento, identificação e catalogação de documentos históricos, de cálculos estatísticos, de tabulação de entrevista, depoimentos questionários e etc... Mas todo esse sofisticado arsenal de técnicas não é usado aleatoriamente. Ao contrário, ele segue um cuidadoso plano de utilização, ou seja, ele cumpre um roteiro preciso, ele se dá em função de um método (SEVERINO, 2007, p. 100).

A escolha do método deve ser cautelosa e pensada segundo os objetivos da pesquisa, pois o método irá contribuir conforme o tipo de pesquisa. Mediante esses pressupostos, o método optado foi o qualitativo, pois forneceu uma conjuntura teórica para debater, conhecer e refletir conceitos sobre práxis pedagógica, estudos sociais, históricos e culturais dos temas pesquisa, entretanto o procedimento bibliográfico foi o mediador nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões concretizadas na pesquisa, é notório que o preconceito e a discriminação fazem parte da história do Brasil, seja no âmbito étnico, de gênero ou sexualidade, mesmo não se tendo base científica e social. Devido à escola ser um espaço social, agregando diversos sujeitos, é preciso a conceber como um ambiente emancipatório da diversidade humana.

Por isso, considera-se que à transversalidade nos PCNs é de suma importância para se debater em sala de aula no Brasil atual, pois agrega saberes referentes ao ser humano enquanto ser pessoal e coletivo, contribuindo por meio de tais conhecimentos, o estabelecimento do respeito para com as diferenças étnicas, de gênero e sexualidade.

A literatura por apresentar em sua conjuntura aspectos humanísticos e sócio-críticos, pode ser uma forte aliada nesse processo, mas por meio do ensino ativo e significativo.

REFERÊNCIAS

ANDREIA, L.S.D. ROMAGNOLI, S.C. DESLOCANDO SOBRE O ARCO-ÍRIS COM TONALIDADES CINZA E PRETO: ASSEXUALIDADES EM TRÂNSITO. **Revista Ártemis**, vol. XXV nº 1; jan-jun, 2018. pp. 219-239.
BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEEF, 1997.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Diversidades Sexuais**: Adolescentes jovens para a Educação Entre Pares. Brasília, Ministério da Saúde, 2010.

CARVALHO, Ana Paula Comin de et al. **DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

COSTA, Marcos. **A HISTÓRIA DO BRASIL PARA QUEM TEM PRESSA**: Dos bastidores do descobrimento à crise de 2015 em 200 páginas. Rio de Janeiro: Valentina, 2016.

COSSON, Rildo. **LETRAMENTO LITERÁRIO**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2009.

CORDEIRO, Gisele do Rocio; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori. **Orientações práticas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária**: uma introdução. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

CORDEIRO, Jaime. **DIDÁTICA**. São Paulo: Contexto, 2017.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Constituição histórica da educação no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes; LEAL, Daniela. **Teorias da aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico**. Curitiba: Intersaberes, 2018.

SEVERINO, A.T. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**. São Paulo: Cortez, 2007.

ROMÃO, L.D, CAVALCANTE, J.V.S. Stonewall: imagens que pertencem à ordem das coisas vivas. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Fortaleza - CE – 29/06 a 01/07/2017.

GUERRAS E A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ: ESTUDO SOBRE CONFLITOS ARMADOS QUE CONTARAM COM A PARTICIPAÇÃO DA GLORIOSA PMPR.

Gerson de Jesus Monteiro Junior²⁸

RESUMO: O presente artigo traz um relato breve demonstrando a participação da polícia militar do estado do Paraná em conflitos armados, sendo eles a guerra do Paraguai, a Guerra do contestado e a Revolução Federalista, foi abordado a revisão de literatura relativo aos artigos relacionados com o tema, bem como uma pesquisa bibliográfica em material disponível tanto pela Polícia militar do Paraná em seus veículos de comunicação digital, juntamente com a pesquisa da participação de integrantes e egressos da força policial estadual também foi dado destaque para alguns nomes em especial.

Palavras-chave:Guerras, Policia Militar, Paraná, conflitos armados.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar um pouco da valorosa história dos militares estaduais da polícia militar do paraná em conflitos armados, como a guerra do Paraguai, a revolução federalista em especial se atendo apenas ao cerco da Lapa, e a revolução federalista, ainda fazendo uma pequena alusão aos militares da força policial do estado, denominando alguns nomes dessa História.

A metodologia de pesquisa adotada foi a revisão bibliográfica, de artigos científicos da área da historia militar, bem como materiais de arquivo público digitais do estado do Paraná, acervos científicos publicados em periódicos oriundos das pesquisas de militares da ALMEPAR (Academia de Letras dos Militares do Estado do Paraná), e livro também da Almepar, intitulado Antologia Literária, obra de notório impacto científico realizado pelos militares do Paraná para conhecimento da comunidade Acadêmica.

A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.

O Policial e pesquisador (JÚNIOR, 2020 p.61) “A Polícia Militar do Paraná foi criada pela Lei n.º 7, de 10 de agosto de 1854 com a designação de “Companhia de Força Policial”, sendo considerada a primeira organização Policial Militar do Paraná”, teve diversas outras denominações, em 1874, recebeu a nomenclatura de “Corpo Policial da província do Paraná”, e 17 anos depois foi chamada de “Corpo Militar de Polícia do Estado do Paraná”, no ano seguinte em 1892 foi chamada de “Regimento de Segurança do Estado do Paraná”, e em 1917 era a então “Força Militar do Estado do Paraná”, posteriormente chamada de “Força Pública do Paraná” em 1932, em 1939 recebeu a denominação de “Força Policial do estado do Paraná” e apenas após o decreto lei nº 544 de 17 de dezembro de 1946, passou a ser denominada Polícia Militar do Estado do Paraná e é assim chamada até os dias atuais.

A PMPR NA GUERRA DO PARAGUAI

²⁸ Policial Militar Do Paraná, Especialista em Segurança Pública (Faculeste). Formado em Segurança Privada (Cruzeiro do Sul). Graduando de História (Católica Paulista). Graduando de Geografia (UFPR). E-mail gersonmonteirojunior@hotmail.com

Quando em estado declarado de guerra, em questão no período da guerra do Paraguai, houve então uma convocação para que todos os brasileiros entre 18 e 50 anos se alistassem no exercito brasileiro, para compor as forças das guardas nacionais e reforçar o país na guerra, ainda se tratando do Brasil império, quem decretava a convocação era o excelentíssimo ministro da guerra, que era na época Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan, o qual assinou o decreto um mês que antecede sua saída do ministério.

Convocara os militares estaduais que já tiveram dado baixa do serviço, para se juntar aos milicianos federais, e assim constituir a guarda nacional e assim obter todas as prerrogativas legais que a eles coubessem.

O Governo Imperial no dia 07 de janeiro de 1865 baixou o Decreto nº 3.371, criando extraordinariamente os corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 anos e menores de 50 anos, que voluntariamente quisessem se alistar. Na parte relativa às policias militares, esse ato dispunha em seu art. 13 que as praças dos Corpos de Polícias do Império e os indivíduos que já tiveram obtido baixa desses corpos e dos de 1ª linha, terão todas as vantagens concedidas aos voluntários das guardas nacionais. (JÚNIOR, 2020, v. 01, p. 60).

Com a Guerra do Paraguai sendo o conflito armado mais sangrento e violento da História do nosso País no século XIX, vários oficiais e praças da força estadual do Paraná se alistaram e foram voluntários da Pátria para integrar o exército nacional e servir ao Brasil nos mais diversos conflitos armados que figuraram a Guerra do Paraguai.

Conforme contido nos arquivos do site da Polícia Militar do Estado do Paraná as baterias de **Itapiru**; do Passo da Pátria ao Estero **Belaço**; de **Tuiuti** as linhas de **Pequiricy**; do estabelecimento a Huamaitá; de **Itororó** a **Havaí**; de **Vileta** a **LomasValentina**, de Augustura a Assunção; de Escurra a Perbebui; de **Campo Grande** a **Caacupe**; na esteira dessas etapas gloriosas vencidos pelas tropas brasileiras, através de mil perigos e sacrifícios, seguem igualmente os policiais-militares, sagrados heróis, entre inúmeras vitórias conquistadas. (PMPR, 2019 p.04).

Ainda localizado nos arquivos publicados no endereço eletrônico da Polícia Militar do Paraná alguns nomes de destaque da então “Força Policial” que outrora seria a nossa policia militar, nomes estes que combateram na guerra do Paraguai e serão lembrados por sua bravura por toda eternidade.

- **Francisco Alves Pereira Martins**: galgou o posto de Tenente no 13.º CVP e em 20 de março de 1966 obteve baixa do serviço e foi dispensado da comissão do posto por haver adquirido moléstia em campanha.
- **Manoel José da Costa**: pela sua bravura foi nomeado Tenente em comissão por Decreto de 19 de agosto de 1867, sendo que no dia 20 de março de 1868 foi agraciado como Cavaleiro da Ordem da Rosa pelo Imperador.
- **Manoel Nascimento e Silva**: destacou-se com abnegação e bravura em vários combates.
- **Antônio José de Almeida Bicudo**: foi incorporado como 2.º Sargento no 16.º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, tendo saído ferido no combate travado no dia 19 de fevereiro de 1868 como integrante do 31.º Corpo de Voluntários da Pátria.
- **Caetano José Gonçalves**: ferido no combate do dia 2 de maio.
- **Antônio José Rodrigues**: ferido no combate travado no dia 17 de abril de 1866, nas margens do Rio Paraná. Promovido a 2.º Sargento, tombou morto no combate de 22 de setembro de 1868.

- **Manoel Jacinto Pinheiro:** morto no combate do dia 07 de outubro de 1867, no bombardeio de linhas avançadas, pertencia ao 29.º Corpo de Voluntários.
 - **Manuel dos Santos:** ferido no combate de 16 de julho de 1866, sendo soldado do 25.º Corpo de Voluntários.
 - **Bento Luciano da Silva Cordeiro:** galgou o posto de Tenente em comissão no 25.º Corpo de Voluntários, sendo que pela ordem-do-dia n.º 443, de 21 de abril de 1865 do Ministro da Guerra, foi designado para servir na província de Mato Grosso.
 - **Amâncio José da Luz:** consta na ordem-do-dia n.º 534, de 16 de novembro de 1866, que obteve baixa do 25.º Corpo de Voluntários e passou adido à companhia de inválidos da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.
 - **João Batista de Oliveira:** ferido no combate de Curupaiti, conforme ordem-do-dia n.º 88, de 10 de outubro de 1866.
 - **João Antônio da Luz:** conforme a ordem-do-dia n.º 517, de 07 de junho de 1866 integrava a tropa que ocupou a ilha paraguaia em frente ao forte de Itapiru, na margem direita do Alto Paraná.
 - **Manoel Marcelino:** ferido no combate de 25 de dezembro de 1868, em LomasValentinas.
 - **Antônio Joaquim Santana:** cabo ferido no combate de 25 de dezembro de 1868, em LomasValentinas.
 - **Antônio José de Lima:** ferido no combate do dia 18 de julho de 1866 e reformado pela ordem-do-dia n.º 619 de 1868 em consequência de ferimento recebido em combate.
 - **Francisco Antônio de Oliveira:** cabo ferido no combate do dia 18 de julho de 1866, sendo que pela ordem-do-dia n.º 618 de 1868, foi promovido ao posto de Alferes do Exército pelos relevantes serviços prestados na guerra contra o governo do Paraguai e no dia 31 de julho de 1868 foi investido no cargo de ajudante de ordens do Presidente da Província da Paraíba.
 - **Bento José Vieira:** ferido no combate do dia 18 de julho de 1866.
 - **Antônio Roberto:** Seguiu para a guerra como corneteiro destacando-se com bravura em todos os combates. Foi um dos primeiros brasileiros a adentrar ao palácio do ditador Solano López em Assunção
 - **Clarimundo José da Silva:** Foi um dos primeiros voluntários a seguir para o Paraguai. Com a ausência de corneteiros no batalhão de Voluntários da Pátria
 - **Fidêncio Lemos do Prado:** 25 de janeiro de 1865, apresentou-se como voluntário com destino ao Paraguai, sendo a 08 de março, incorporado na 4ª Cia., do 27º Corpo de Voluntários da Pátria.
 - **João José Pichet:** No mês de fevereiro de 1865, foi formada a 1ª Cia., de Voluntários paranaenses. Em 27 de fevereiro de 1867, o alferes da Força Policial foi incorporado nessa Cia., como Voluntário da Pátria. No dia 03 de março de 1865, essa Cia., seguiu para os campos de batalha
 - **Vicente Nery Pereira:** Soldado, nasceu em Rancho Alto, lugarejo da antiga Província de Minas Gerais em 1834. Seus pais eram escravos numa mina de ouro das alterosas. Até os vinte e poucos anos de idade, viveu na escravidão, obtendo a concessão de liberdade em 1858, dado os seus dotes de homem íntegro e comportado. Veio para o Paraná. Aqui, a 13 de janeiro de 1859 prestou o juramento aos “Santos Evangelhos” e ingressou nas fileiras da Companhia da Força Policial, como voluntário por quatro anos.
- Organograma retirado dos arquivos .(PMPR, 2018 p.03)**

“A Guerra do Paraguai tem seu final com a morte de Francisco Solano López, em 1º de março de 1870, pelo cabo de cavalaria José Francisco Lacerda, na região de Cerro Corá”(PMPR, 2018 p.04), Conforme relatou o site da Polícia militar do estado do Paraná, a guerra do Paraguai chegou ao fim quando fora recuperada a bandeira brasileira que estava de posse do general Solano López, e de forma a desrespeitar e

macular a imagem do nosso país utilizava-se, do pavilhão nacional como se tapete fosse, estendida ao chão, porém militares da força policial paranaense da época demonstraram seu valor, e recuperaram esse símbolo nacional que hoje é idolatrada com tanto carinho pelos brasileiros mais patriotas.

Em Assunção, onde era usada como tapete, em frente à sua cadeira (IBID.). O pavilhão havia sido tomado, junto de outro igual, do Vapor Marquês de Olinda. Atualmente, integra o acervo do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. A outra bandeira tomada do Marquês de Olinda também fora destinada a tapete, no Quartel General do Humaitá (NETO, 2020, p. 99).



IMAGEM 01:Bandeira Nacional Brasileira recuperada no palácio de Solano Lópes, **FONTE:** Site PMPR.

A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA EM ESPECÍFICO NO CERCO DA LAPA

Após a Proclamação da república em 15 de novembro 1889, o Brasil tornou-se uma república de fato, porém no período de 1893 até 1895 ocorreu uma das mais sangrentas e intensas conflitos armados da história do nosso país, chamado de “A revolução Federalista”.

A revolução consistia no descontentamento com a forma em que o presidente da então república governavam, Marechal Deodoro da Fonseca, e seu sucessor Marechal Floriano Peixoto, atuavam de forma soberana sobre todos os estados brasileiros, e os federalistas defendiam uma maior descentralização do poder presidencial, afim de garantir maior autonomia aos estados de governar separadamente sem a interferência ou com menor interferência da união.

Júlio de Castilhos foi eleito Presidente (governador), do Rio Grande do Sul, os federalistas não aceitavam a forma com que ele fora eleito em 1893, devido esse descontentamento os federalistas liderados por Gaspar Silveira Martins, se rebelaram contra o governo.

Instada pela crise política gerada pelos federalistas, grupo opositor que pretendia libertar o Rio Grande do Sul da governança de Júlio de Castilhos, então presidente do Estado, e também conquistar uma maior autonomia e

descentralizar o poder da então recém-proclamada República. Empenharam-se em disputas sangrentas que acabaram por desencadear a luta armada, que durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895 e foi vencida pelos seguidores de Júlio de Castilhos (JÚNIOR, 2019, v. 8, p. 30).

A Armada como era chamada na época a Marinha do Brasil, também em sua maioria estava descontente com a governança federal e se rebelaram, vendo que a ideia de descentralização de poder defendida pelos federalistas, muitos militares da Armada saíram do Rio de Janeiro com destino ao Rio Grande do Sul afim de se aliar aos “Maragatos” e reforçá-los na luta pela revolução.

(Leoni) recrutou para o seu batalhão toda a corja de comunistas que, reunidos, formavam a célebre Colônia Santa Cecília e que infestavam, como bandidos e salteadores, toda a região, vivendo exclusivamente à custa das outras colônias que dilapidavam. O General Pinheiro Machado, em cujas mãos foram cair, contou-me que não escapou um só desses homens, nenhum voltando à colônia que, assim, desapareceu.(MURICY, 1946).

O CERCO DA LAPA.

Agora já exposto alguns aspectos fundamentais para entender o motivo e a forma com que a revolução federalista deu-se, vale ressaltar que em território paranaense, ocorreram diversos conflitos dentro da revolução.

Dessa maneira, quando os Federalistas chegaram a Curitiba não enfrentaram resistência militar federal ou estadual, ficando a cargo do primeiro Presidente da Associação Comercial do Paraná (Barão do Cerro Azul) a incumbência de negociar a pacificação com o Maragato Gumercindo Saraiva. (JÚNIOR, 2019, p. 32).

A exemplo do que acontecera na tentativa de reconciliação e negociação afim de evitar uma guerra civil, o governo republicano tentava pedir a rendição e a desistência dos federalistas porém eles se mostravam irredutíveis, e o que ocorreu foi que mais conflitos ocorreram, Conforme JÚNIOR, 2019, p.33 “Na noite do dia 19 de novembro de 1893, os federalistas (maragatos) tentaram tomar a passagem do Rio Negro, contudo foram impedidos pelas tropas legalistas (pica-pau).” Os soldados Republicanos eram popularmente chamados de “Pica-Paus” devido a sua roupa de cor azul e vermelha assemelhando-se as cores do pássaro da região, e os federalistas eram popularmente chamados de “Maragatos”, um termo que na época significava “grupo de mercenários”



IMAGEM 02: A esquerda roupa utilizada pelos federalistas e a direita fardamento utilizado pelos militares republicanos: “pica-paus”. Fonte: Museu UFPR.

Enquanto Silveira Martins articulava-se com Custódio de Mello e os governantes do Desterro, Gumercindo Saraiva sustentava a Revolução no Paraná. Em janeiro de 1894, a tomada de Tijucas, praça fortemente guarnecida por modernos canhões Krupp, marcou o ponto alto da contenda, num combate encarniçado. Sobreveio a conquista da Lapa, dramaticamente sitiada durante quase um mês. Os defensores apenas se renderam quando morreu o seu Comandante, General Gomes Carneiro, com vontade de ferro para a resistência. (LACERDA, 1985).

O cerco da lapa foi a tentativa de guarnecer a cidade, os federalistas estavam acampados próximos a Rio Negro, e a cidade Lapeana foi sitiada por quase 30 dias, foi uma das mais sangrentas batalhas da revolução federalista, que teve por vencedores os Maragatos, diversos militares oriundos da Polícia militar do Paraná perderam suas vidas no cerco da lapa.

Um desses militares que cabe ressaltar hoje é homenageado ao nomear o Regimento de Polícia Montada, RPMon, no estado do Paraná, ganhou a denominação histórica de REGIMENTO CORONEL DULCÍDIO” em homenagem ao Coronel Cândido Dulcídio Pereira, que faleceu às 10 horas do Dia 08 de fevereiro de 1894, devido a complicações de um disparo que teria levado, no Cerco da Lapa, no dia anterior a sua morte.

Conforme JÚNIOR, 2019 p.37 “Na noite de 26 para 27 de janeiro, os maragatos colocaram no cemitério um de seus canhões e atacaram o flanco esquerdo com 300 homens, ocupando o Alto da Cruz, ficando a uma distância de 300 a 400 metros das tropas legalistas” Comandados pelo então General Carneiro, o efetivo que encontrava-se na cidade da lapa decidiu montar uma defesa na cidade da lapa e resistir até que os reforços da cidade de São Paulo chegassem, porém os milicianos morreram no Cerco da lapa e seu reforço nunca chegou.

O fim da revolução federalista, deu-se no estado do Rio Grande do Sul quando as tropas do Governo federal dizimou os federalistas que restavam aproximadamente 400 homens, comandado pelo Almirante Saldanha da Gama, lutaram contra as tropas do governo até a morte.

Depois de seis horas de pugna, as baixas foram enormes de ambos os lados. Com cerca de 800 mortos, foi um dos mais renhidos enfrentamentos da Federalista. Gumerindo só não foi esmagado, porque Menna Barreto e Arthur Oscar nunca chegaram. O General Lima organizou suas forças em quadrados, que não foram rompidos pelas cargas de Gumerindo, mas também não pôde perseguir o inimigo por falta de cavalaria. Com sua força enfraquecida, Gumerindo foi atacado pela Divisão do Norte no Carovi, em 10 de agosto, quando pereceu varado por uma bala. Sua sepultura foi violada, suas orelhas cortadas, salgadas e entregues numa caixa de brinde a Castilhos em Porto Alegre. Segundo outros relatos, teria sido a própria cabeça de Gumerindo entregue nesta caixa. (LIMA, 1906).

Após a vitória sangrenta do governo federal, quando os “Pica-paus” sobrepujaram os “Maragatos”, não restou outra opção ao governo do Rio Grande do Sul a não ser assinar um acordo de paz, TAVARES, 2004 assinala que o General Galvão de Queiroz, em conferência no dia 11 de julho de 1895, com o General Tavares, exigiu como condição para o acordo que se lavrasse uma ata, consignando-se que a “revolução nunca atentara contra o Governo da União”. Castilhos, por sua vez, fora obrigado a aceitar a paz e a anistia aos revoltosos.

A PMPR E A GUERRA DO CONTESTADO

A Guerra do Contestado foi um conflito na divisa dos estados do Paraná e Santa Catarina em meados de 1912 e 1916, teve início devido a região ser muito rica, em erva-mate, madeira e outros seguimentos da agricultura.

A fim de construir uma estrada de ferro pela empresa *Brazil Railway Company*, provocou a desapropriação de diversas famílias em uma área de aproximadamente 30 quilômetros de extensão, as famílias que ali residiam, não possuíam documentação de suas casas, e por tratar-se de “posseiros” foram expulsos das terras onde viviam.

A extrema pobreza e falta de perspectiva de evolução desses agora sem terras, juntamente com o fanatismo religioso dessas pessoas fez com que elas acreditassem que enfrentavam uma guerra santa, e fomentou a revolta popular contra o governo dando assim início ao conflito.

Não prosperando as tentativas de arbitramento, mais atritos ocorreram, exigindo a presença de forças policiais, como na invasão de terras nos campos de Palmas, ocorrida no início do ano de 1898, quando efetivo sob o comando do Alferes Cândido Cabonosa entraram em choque com grupo armado, o que resultou na morte do Sargento Manoel do Prado Galvão e na captura de invasores e feridos, tendo sido interpretado como ação policial de rotina. (BUSSMANN, 2013, p. 353).

Como apresenta o pesquisador BUSSMANN, 2013: “[...] Atendido o pleito catarinense, o governo federal designou o 37º Batalhão de Infantaria, sob o comando do Capitão Ignácio Gomes da Costa, para patrulhar a região entre Timbó e Canoinhas, sendo mais tarde substituído pelo Capitão Duarte de Aleluia Pires”, aproximadamente 8.000 (oito mil) pessoas foram mortas do lado dos grupos armados que enfrentavam o poder público, porém diversas mortes ocorreram dos soldados que enfrentavam os grupos armados, como por exemplo em 1898 o Sargento Manoel do Prado Galvão foi morto nos campos de palmas.

Denúncia do fazendeiro José Bueno de Camargo, apresentada a autoridade policial de União da Vitória em 29 de agosto de 1900, motivou a missão a cargo do Alferes Estevam Alves de Lima, do Regimento de Segurança do Paraná. Os líderes das desordens, Francisco “Cristo” e Álvaro Madalena, com pessoal muito bem armado, realizando invasões de terras e rapinagem, não relutaram em enfrentar os milicianos, o que resultou na morte do Cabo Galdino Alves de Paula, e exigiu reforços, solicitados pelo Alferes Estevam, com a consequente fuga dos desordeiros, posteriormente relacionados com iniciativa de representantes de Santa Catarina, sempre com base no pretenso argumento do “UTI-possidetis”, com o objetivo de dar cobertura à ação a ser protocolada no Supremo Tribunal Federal a 6 de outubro de 1900. (BUSSMANN, 2013, p. 353).

Aproveitando-se da fé dos revoltados, Francisco “Cristo” e Álvaro Madalena, encabeçaram um grupo armado que mais parecia com o grupo de Lampião, denominando-se como monge, e angariando seguidores fanáticos.

Após a morte do monge José Maria de Agostini que era realmente um monge italiano, ocorreu que José Maria de Santo Agostinho, se auto denominava reencarnação do monge, diversos de fanáticos o seguiram e acreditavam em suas palavras cegamente, ele pregava revolta contra o estado brasileiro e contra o governo, porém o nome verdadeiro deste era Miguel Lucena de Boaventura, um desertor da Polícia Militar do Estado do Paraná, foi morto em 1912 em Banhado Grande.

Desde então os revoltados acreditaram que o espírito do monge os protegeriam nas batalhas o que criou um conceito de guerra santa e fazendo com que eles guerreassem com muito mais afinco.



IMAGEM 03: Guerra do Contestado (Combate do Irani) 1975, **FONTE:** Museu da Polícia Militar do estado do Paraná.

Dentre os mortos no contestado destaca-se que diversos militares estaduais que fizeram parte da guerra do contestado, contra os fanáticos, que dentre os policiais que tomaram em combate na defesa de nossa pátria destaca-se o Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, que como contam os historiadores, o Coronel tombou após sua metralhadora *Maxim*, “engasgar”, onde uma falha na alimentação do armamento ocasionou em pane mecânica o tornando inútil.

Muitos historiadores e pesquisadores costumam ressaltar o descaso atribuído aos governantes do Paraná, em relação aos milicianos sacrificados na inglória missão, cujo ápice ocorreu a 22 de outubro de 1912, quando, na sequência do combate, foi resgatado o cadáver do pranteado comandante do Regimento de Segurança do Paraná, Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, e recuperada a fatídica metralhadora Maxim, hoje exposta no Museu da Polícia Militar, situado na Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais. Tombaram no combate do Irani os seguintes milicianos: Segundo 365 Sargento Joaquim Virgílio da Rosa, Segundo Sargento Luiz Pinto de Macedo, Cabo Marciliano Gonçalves Cordeiro, Cabo Abel de Jesus Marques, Anspeçada João Benedito Pereira da Silva e soldados Romão dos Santos, Afonso Amâncio de Oliveira, João Abló e João Moraes. (BUSSMANN, 2013, p. 364).

Após a Batalha do Irani, ocorrida em Santa Catarina, que vitimou diversos militares paranaenses, foi necessária outra missão para resgatar o corpo do coronel João Gualberto bem como a metralhadora que estavam de posse dos revoltados, e hoje ela pode ser visitada no Museu da Polícia Militar do Estado do Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a Própria letra da canção 10 de Agosto, do Hino da Polícia Militar do estado do Paraná, composta por Rubens Mendes de Moraes, na estrofe onde diz: “Milicianos! Se às Armas, O chamado da Pátria ocorrer, em combate pela honra do Brasil não importa morrer [...]”, relata exatamente a audácia, coragem e a honra dos heróis que já partiram, e o presente estudo só engrandece a memória dos nossos heróis mortos em combate, lutando pela honra do Brasil e os resultados das pesquisas bibliográficas nos permite verificar, que milicianos oriundos da companhia de força Policial, hoje a Polícia militar do Estado do Paraná fizeram parte da guerra do Paraguai, guerra do contestado e revolução federalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUSSMANN, Janary M. **A Polícia Militar do Estado do Paraná no Contestado**. Memorial Ministério Público de Santa Catarina, Florianópolis/SC, p. 351-368, 2013. Disponível em: https://pt.slideshare.net/Ministerio_Publico_Santa_Catarina/100-anos-docontestado-memria-histria-e-patrimnio. Acesso em: 29 set. 2021.
- JÚNIOR, J.C.T. A participação da Polícia Militar do Paraná no cerco da **Lapa**. UNISANTA - : Law and Social Science, Santos/ SP, v. 8, ed. 1, p. 28-41, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/index.php/lss/article/view/2040/1549>. Acesso em: 29 set. 2021.
- JÚNIOR, J.C.T. **A participação da Polícia Militar do Paraná na Guerra do Paraguai**. Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná, Curitiba/PR, v. 01, ed. 1, p. 60-72, 2020. Disponível em: https://www.almepar.com.br/_files/200000131-14fbb14fc0/ANTOLOGIA%20Liter%C3%A1ria%20ALMEPAR%202020-9.pdf?ph=77ddb6374c. Acesso em: 30 set. 2021.
- LACERDA Francisco Brito de. **Cerco da Lapa: do começo ao fim**. Curitiba: LíteroTécnica. 1985.
- LIMA, José Carvalho. **Narrativas militares da Revolução no Rio Grande do Sul**.

Período de 1893 a 1895. Belém do Pará: Typografia da Casa Editora Pinto Barbosa, 1906;

MURICY, Gal. José Cândido da Silva. **A Revolução de 1893 nos Estados de Santa Catarina e Paraná (memórias)**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2ª ed., 1946.

NETO, José E. R. Militares estaduais do Paraná e a Força Expedicionária Brasileira:: de 1942 a 1951. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, ano XI, ed. 27, p. 96-112, 27 maio 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luiz-Rossi-6/publication/344954453_Pax_assyriaca/links/5f9aef36299bf1b53e4fc5bc/Paxassyriaca.pdf#page=96. Acesso em: 2 out. 2021.

PMPR, Polícia. Guerra do Paraguai. **Portal da Polícia Militar do Estado do Paraná**, Curitiba, v. 1, p. 01-12, 4 dez. 2018. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Guerra-do-Paraguai>. Acesso em: 30 set. 2021.

CENÁRIO POLÍTICO E ECONOMICO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1928 A 1934: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Jeferson Cararo²⁹
Adriana Ribas Adriano Cararo³⁰

RESUMO: O presente artigo propõe realizar uma reflexão sobre o cenário econômico vivenciado no Brasil, principalmente no período que vai de 1928 a 1934, abordando os aspectos políticos e econômicos decorrentes da política do café, da crise de 1929 e da transição da política vigente, que culminou com a ruptura da oligarquia e a ascensão de Vargas ao poder. Retratará também o movimento de mobilização nacional por uma nova constituição, que assegurasse direitos políticos, melhorias sociais e de condições de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Oligarquia; Crise de 1929; Constituição.

1. INTRODUÇÃO

Do ponto de vista político econômico, o período inicial do regime republicano implantado no Brasil em novembro de 1889, caracterizou-se pelo predomínio incontestado dos grupos agrários, sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas.

Artífices do regime republicano em sua crítica à centralização monárquica acabariam por implementar, na prática, um regime político coerente com seus desígnios, consubstanciado na federação e baseado na maximização do poder das oligarquias estaduais, viabilizada a partir da política dos governadores.

Aliados com os militares e com os partidários republicanos, os oligarcas do café deram o golpe e destituíram a monarquia. Passaram deste modo a figurarem no cenário político como os verdadeiros donos do poder.

Sem atender aos interesses econômicos dos cafeicultores, os militares foram retirados do poder e substituídos por governantes civis que estivessem alinhados com os interesses dessa referida classe.

Toda política econômica implementada nos primeiros governos republicanos foi pautada em proteger e expandir o modelo de monocultura agroexportadora, baseada no café.

Até mesmo quando o cenário externo dava sinais de colapso, que culminou com a crise de 1929, a política econômica brasileira estava toda voltada para proteger os interesses dos oligarcas do café.

Com a situação econômica insustentável apresentada durante toda a década de 1920, e com o cisma da 'política do café com leite' efetivada pelo presidente Washington Luís durante a escolha sucessória de seu governo, novas classes passaram a questionar a política econômica adotada e passaram a reivindicar maior participação política no cenário nacional.

Toda essa disputa pelo poder culminou com o golpe militar, que ficou conhecido como Revolução de 1930, onde os oligarcas do café foram substituídos por jovens militares (os tenentistas) e membros de outros grupos políticos regionais, sob o comando de Getúlio Vargas.

²⁹ Graduado em Ciências Econômicas pela UNICENTRO (1999), especialista em Gestão Financeira e Controladoria pela UNICENTRO (2002), mestre em Integração Latino-americana pela UFSM (2008) e professor assistente no curso de Ciências Econômicas da UEPG desde 2013.

³⁰ Graduada em História pela UNICENTRO (2001); especialista em Formação de Professores para Docência no Ensino Superior pela UNICENTRO (2004) e mestre em História, Cultura e Identidades, pela UEPG (2016).

Mesmo com essa troca de políticos no poder, a política econômica brasileira continuou nesse primeiro momento em que atuou o Governo Provisório voltada ao café.

As tensões geradas por opositores ao novo governo; conflitos entre aliados revolucionários e antigos oligarcas, principalmente, os paulistas; a crescente manifestação popular por mudanças institucionais e por melhorias em suas condições sociais e trabalhistas; aliada a suspensão da Constituição e de direitos políticos, fizeram com que Vargas tomasse medidas para tentar contornar as crises a ele impostas, uma delas foi a convocação da Assembleia Constituinte que culminou promulgação da Constituição de 1934 e sua eleição indireta para assumir a presidência da República por mais quatro anos.

2. A POLÍTICA CAFEIRA NOS BASTIDORES DA CONSOLIDAÇÃO DO REGIME REPÚBLICANO

Como a República surgiu de uma composição de forças e grupos que estavam longe de serem homogêneos, isso foi motivo para que os seus primeiros tempos fossem marcados por uma série de conflitos na sua consolidação. (NADAI & NEVES, 1995, p. 267)

Além disso, as questões que haviam abalado a monarquia, como a abolição, disparidades regionais, descontentamento de alguns setores da sociedade como o exército, não haviam sido resolvidas, e nem seriam automaticamente com a simples mudança de regime.

Para solucionar a série de conflitos gerados após a proclamação da República e consolidar o regime, era preciso dotar o mesmo de condições financeiras e políticas para que funcionasse correspondendo aos interesses internos e externos, com os quais estava comprometido.

O primeiro passo nesse sentido foi o afastamento dos militares do poder e a consequente retomada deste pelos civis. (NADAI & NEVES, 1995, p. 272)

O terceiro presidente da República, que governou de 1894 a 1898, escolhido para assumir essa missão, foi o paulista Prudente de Moraes. Republicano histórico era um legítimo representante dos fazendeiros de café.

Seu governo decorreu o tempo todo em estado de sítio e assinalou a ascensão ao poder do grupo que foi o primeiro articulador do movimento republicano.

Segundo Nadai & Neves (1995, p. 272) esse grupo, que se manteve à frente do país até o final da Primeira República, era constituído, predominantemente, pelos cafeicultores de São Paulo e pelos criadores de gado de Minas Gerais. Foram os seus interesses que, praticamente, passaram a nortear e controlar a política brasileira.

Ainda segundo as autoras, a ordem civil estabelecida por Prudente de Moraes só foi consolidada de fato no governo de Campos Sales (1898-1902), seu predecessor, cujo governo foi marcado pela organização da vida financeira e política do Brasil, conturbada desde a implantação do governo provisório do Marechal Deodoro.

Campos Sales ao ser empossado quarto presidente da República, encontrou um país praticamente falido e sem recursos para atender aos compromissos da dívida externa, pois a política financeira colocada em prática pelo governo provisório (o Encilhamento), provocou uma inflação desenfreada e, apesar de possíveis efeitos positivos no tocante à industrialização, teve como resultado principal o total desequilíbrio da vida financeira do país.

Para tentar solucionar os problemas financeiros em que se encontrava o Brasil, Campos Sales, procurou contrair mais empréstimos no exterior. Contudo, segundo Nadai & Neves (1995, p. 273), os principais credores estrangeiros não confiavam

ainda no novo regime implantado no país e, por isso, obter um novo empréstimo seria algo impossível de acontecer.

A solução encontrada pelo novo presidente foi então decretar a moratória (não pagamento da dívida) e o *funding loan*, que consistia na compra da dívida do país por um único credor em troca da renovação dos serviços da dívida e da concessão de garantias seguras.

Ainda conforme as autoras, para obter o referido acordo, o Brasil empenhou, entre outros recursos, as rendas alfandegárias e as receitas da maior estrada de ferro do país. E, com isso, a situação financeira, no tocante aos compromissos externos, ficou regularizada, e o país pode obter o novo empréstimo.

Mas a política interna implantada pelo governo não foi muito popular, pois implicava numa rigorosa contenção financeira, que aludia na diminuição dos gastos públicos, prejudicando principalmente os setores que dependiam ou que se beneficiavam das obras públicas, afetando sobretudo o incipiente processo de industrialização. Contudo, essa forma de política dava segurança às classes rurais, principalmente os cafeicultores.

Campos Sales também foi o autor da Política dos Governadores (por ele chamada de política dos estados), que foi responsável pela solução dos impasses criados pelas contradições entre os poderes executivo e legislativo.

Dessa política resultaram o predomínio do poder executivo (nas três esferas - federal, estadual e municipal) e a consolidação do poder das oligarquias, que consubstanciadas nos partidos republicanos estaduais (principalmente o paulista e o mineiro), nos grupos familiares (sobretudo no Nordeste), ou na projeção de “caciques”, como Pinheiro Machado (Rio Grande do Sul), mantiveram o controle político e do governo federal até o fim da chamada Primeira República ou República Velha. (NADAI & NEVES, 1995, p. 274)

Com relação a política dos governadores, as autoras afirmam ainda que esta possibilitou ao regime republicano uma forma específica de estabilidade política, através de um controle rigoroso dos mecanismos institucionais (por exemplo, do processo eleitoral), sendo possível ao grupo dominante manter o poder e usá-lo segundo seus interesses, sem ter que se utilizar de recursos excepcionais, a não ser em momentos de crise.

Após o término do mandato de Sales, outro paulista tomou posse como o quinto presidente da República: Rodrigues Alves (1902-1906). Seu governo foi considerado progressista, pois segundo Piletti (1992, p. 126), além de entregar ao sucessor a economia como recebera, com as finanças estabilizadas, comprou o território do Acre, modernizou o Rio de Janeiro, alargando praças, construindo avenidas, melhorando o porto. E com a colaboração do médico sanitário Osvaldo Cruz erradicou quase que completamente a febre amarela da capital federal.

Em seu governo dinheiro não faltou, pois além de ter suas finanças estabilizadas pode contar com o apogeu do ciclo da borracha. O período compreendido entre 1902 e 1918 é considerado, portanto, como a fase de apogeu da Primeira República. (NADAI & NEVES, 1995, p. 282)

Essa fase conheceu um progresso material, possibilitado principalmente pela política de saneamento financeiro do Governo Campos Sales. E tal como no Segundo Reinado, as instituições apresentaram-se estáveis pelo fato de a classe dominante ter mantido seu predomínio oligárquico sem que as demais camadas sociais tivessem condições de manifestar seus descontentamentos. Assim, durante esse período, em todos os setores da vida socioeconômica e política do país, verificou-se a vigência das características impostas pelo poder das oligarquias ao conjunto da sociedade brasileira.

3. O BRASIL E A CRISE DE 1929

Se o período compreendido entre 1902 e 1918 é considerado como a fase de apogeu da Primeira República, em contrapartida, a década de 1920 registrou uma profunda crise, que se caracterizou por manifestações contra o domínio oligárquico, acabando por afetar o regime político.

Na década de 1920, a monocultura cafeeira e a indústria nacional, os dois setores básicos da economia brasileira, enfrentaram uma crise muito séria.

O café, mais do que qualquer outro produto, deu a seus produtores além de prestígio, o poder. Nas palavras de Medeiros (1989, p. 30):

“Nunca uma classe econômica havia se organizado de tal forma, no intuito de controlar as engrenagens da política estadual e nacional (...) antes mesmo da queda definitiva do Império. E, com a subida definitiva ao poder, pode então sedimentar a ação do governo em defesa de um produto”.

Sendo, portanto, o café o principal sustentáculo da economia e os estados de São Paulo e Minas Gerais sendo seus maiores produtores e os detentores do poder político nacional, foram os principais interessados na criação e no incremento de uma política de valorização e defesa do mesmo.

Segundo Piletti (1992, p. 142), essa política de valorização do café não se iniciou na década de 1920, mas foi iniciada em 1906, no governo de Afonso Pena (1906-1909) por intermédio do Convênio de Taubaté.

Este convênio, segundo Monteiro (2000, p. 305) consistia na garantia de compra do café por preço mínimo pré-estipulado, criando-se para isso um fundo especial provido pelos Rothschilds e os Schroeder, com garantias do governo federal. Tal convênio também delibera pela tese “revolucionária” da socialização das perdas:

“O governo federal deveria contrair empréstimo externo, comprar o excedente de café e estoca-lo, à espera de uma quebra de safra qualquer, para recolocar o produto no mercado. Isto impedia que houvesse queda dos preços, tanto no mercado interno quanto no externo, motivada por excesso de produção, visto que, com a medida, controlava-se o problema da oferta e da procura. E se o país tiver dificuldade de pagar os empréstimos? Ora, aumentam-se os impostos. O povo, afinal de contas, precisa contribuir para o ‘engrandecimento’ do país(...)”. (MEDEIROS, 1989, p. 31)

Essa política implementada era baseada, portanto, na retenção de estoques e no financiamento para a produção, o que exigia constantes emissões de moeda e empréstimos externos, que acabaram por sobrecarregar a economia nacional.

Em 1926, o Brasil contava com 60% da produção mundial de café e por isso, podia regular o mercado vendendo mais ou menos café e, assim controlar os preços. Porém, o Brasil não poderia reter o café por muito tempo, pois não tinha condições de suportar a progressiva acumulação de estoques.

Por lado, segundo Piletti (1992, p. 142-143) o país dependia do mercado consumidor externo para vender o produto. Daí a crise. Em 1924, ainda no governo de Artur Bernardes (1922-1926), tentando auxiliar as oligarquias cafeeiras, o governo financiou até 50% das safras retidas. Mas, essas manobras especulativas, visando a elevação dos preços, eram revertidas em proveito dos banqueiros e dos interesses internacionais, que controlavam a comercialização do café, em detrimento da economia nacional.

Os altos preços estimulavam a produção e, conseqüentemente a superprodução e o acúmulo de estoques, o que, apesar de aparentar a prosperidade da lavoura, escondia o progressivo endividamento e a dependência externa. Os estoques, aumentando sem parar, exigiam preços altos e novos financiamentos para a produção, o que não poderia continuar indefinidamente.

Segundo Piletti (1992, p. 143), com o *crash* da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929, veio a derrocada, pois os Estados Unidos diminuíram as importações de café, com isso derrubando o preço do produto em mais de 30%.

Esse período de maior crise econômica mundial, ocorrido entre os anos de 1929 e 1933, ficou conhecido como a Grande Depressão e teve início no âmbito do sistema financeiro na chamada Quinta-feira Negra (24/10/1929), que a história registra como sendo o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova York.

Segundo Sandroni (1999, p. 270), era um momento de intensa especulação na Bolsa, e a economia norte-americana estava em plena prosperidade:

“De repente, 70 milhões de títulos foram jogados no mercado sem encontrar uma contrapartida da demanda. A desconfiança com os acontecimentos da Bolsa espalhou-se para outros ramos da atividade econômica, atingindo a produção. A queda da renda nacional levou a uma retração na demanda, ao aumento dos estoques e à vertiginosa queda dos preços. Muitas atividades econômicas foram se paralisando, e, como uma bola de neve, sucederam-se as falências e milhões de trabalhadores ficaram desempregados”.

No Brasil, o principal efeito da crise manifestou-se na queda vertical dos preços do café:

“O governo federal foi levado a comprar grande parte das safras e destruir cerca de 80 milhões de sacas do produto, para diminuir os estoques e sustentar o preço”. (SANDRONI, 1999, p. 270)

Mas o café não foi o único a enfrentar a crise de 1929. A nossa indústria também enfrentou dificuldades no mesmo período, passando por importantes transformações.

No período de 1920 a 1929, ocorreu um nítido processo de concentração industrial, no qual há um gradativo reforço das grandes indústrias em detrimento das pequenas.

A revalorização da moeda, ocorrida entre 1925-1926, acarretou a invasão do mercado interno por produtos manufaturados estrangeiros, trazendo inúmeros problemas para a indústria nacional.

A Depressão trouxe também consequências na estrutura da sociedade, particularmente nas relações do Estado com o processo produtivo: em todas as grandes economias capitalistas, coube ao Estado instituir mecanismos para controlar a crise e reativar a produção.

Ocorria assim, segundo Sandroni (1999, p. 271) o abandono dos princípios do liberalismo econômico, que entregava aos próprios mecanismos de mercado a função de saneamento dos desequilíbrios que porventura surgissem nas atividades econômicas. Deste modo, a falência da política econômica liberal aplicada até então passou a fortalecer as concepções estatizantes e intervencionistas na economia das nações a partir daquele momento.

Portanto, a crise de 1929 tem elementos e significações políticas, sociais, psicológicas e culturais... por trás do New Deal de Roosevelt, da trágica ascensão do nazismo e das Frentes Populares, só para ficarmos na política, existe a afirmação de que um certo tipo de capitalismo faliu e que uma barreira inadmissível foi transposta. O abalo foi não só material, mas também espiritual. (GAZIER, 2009, p. 4)

4. O GOVERNO WASHINGTON LUÍS E A REVOLUÇÃO DE 1930

A década de 1920 marcou também o início da crise político-administrativa brasileira que gerou uma profunda instabilidade política, a tal ponto que os governos de Epitácio Pessoa (1919-1922); Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930), enfrentaram revoltas de setores das forças armadas e de civis, sendo

que o último destes presidentes, foi derrubado um pouco antes do término do seu mandato, pelo golpe militar que ficou conhecido como “Revolução de 1930”.

Washington Luís escolheu ser presidente na década de 1920, na qual, segundo Vizeu (2019, p. 102), cobranças por mais participação política surgiram de todos os lados: jovens militares, trabalhadores e grupos políticos regionais. Além disso, havia as ideologias que ganhavam força no Brasil e no mundo: à direita, o fascismo, e à esquerda, o comunismo, ambos em contestação aberta ao modelo de democracia liberal e burguesa.

Segundo Sant’Anna (2019, p. 4), Washington Luís foi uma figura histórica um tanto injustiçada:

“Antes de ocupar a Presidência, ele foi deputado, senador, prefeito e governador em São Paulo, apesar de ter nascido na cidade de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro. Quando chegou ao Catete, em 1926, contando com amplo apoio popular e do parlamento, Washington Luís coroava mais de três décadas impecáveis de vida pública. Tinha tudo para se tornar um dos presidentes mais emblemáticos da história republicana, mas as coisas não saíram conforme o planejado...”

O autor continua:

“A euforia do início do mandato foi gradualmente sufocada pelas vozes descontentes de operários, tenentistas e lideranças estaduais fartas da ‘política do café com leite’. A crise de 1929, que provocou um tombo nas exportações brasileiras, selou de vez o destino da República”. (SANT’ANNA, 2019, p 4-5)

Com a cotação do café caindo a zero, a queda do preço e os enormes estoques acumulados em função da política de defesa do produto, fez com que a oligarquia cafeeira se desarvorasse e passasse a pressionar o governo para que se ampliassem os mecanismos de defesa do café.

As demais classes sociais, sobretudo as mais pobres também se viram em desespero, devido à carestia cada vez maior, o que provocou uma forte agitação social, com constates eclosões de greve. (NADAI & NEVES, 1995, p. 310)

O governo, por sua vez, respondia com repressão, contribuindo para a criação de um clima favorável à Revolução.

Mas, a administração de Washington Luís ficou caracterizada também pela preocupação em melhorar as finanças do país. (LACOMBE & CALMON, 1989, p. 5) O caráter modernizante de sua administração ficaria evidente com a abertura de novas estradas, possivelmente, segundo Sant’Anna (2019, p. 11) a face mais visível e duradoura do seu legado.

“Construiu as estradas Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo, reformou a estrada que fazia ligação de São Paulo a Santos, além de demarcar as fronteiras do país e inaugurar as primeiras linhas de avião comercial implantadas no Brasil”. (LACOMBE & CALMON, 1989, p. 5)

Antes mesmo de sua posse, Washington Luís empreendeu viagens pelo interior do país para ver de perto a realidade nacional e, é claro, se apresentar para oligarcas que só o conheciam pelo nome.

Segundo Sant’Anna (2019, p. 12), foi o único mandatário além de Afonso Pena (1906-1909) a realizar uma peregrinação do tipo e um dos primeiros presidentes a conhecer o sertão nordestino no início da República.

Washington Luís em alguns aspectos de sua administração buscou manter um ‘espírito conciliador’:

“Quando da montagem de seu ministério indicou líderes de bancadas estaduais para a maioria das pastas. Agradando as oligarquias de cada região, demonstrando um espírito democrático e federalista, por um lado e,

por outro, cercando-se de vários ministros incompetentes em suas respectivas áreas, garantindo com isso, que a administração pública ficasse de fato em suas mãos (cristalizando a ideia de que 'o único a governar era ele próprio')". (SANT'ANNA, 2019, p. 12)

Seu espírito conciliador beneficiou também os tenentistas:

"Após assumir a presidência, Washington Luís iniciou uma espécie de 'soltura em massa' de presos políticos: militares encarcerados; presos que estavam exilados no estado do Amapá durante o estado de sítio no governo Arthur Bernardes; políticos exilados no exterior puderam regressar; soltou jornalistas condenados pela Lei de Imprensa de outubro de 1923; afrouxou a censura; cancelou o estado de sítio nas regiões onde ainda estava vigente, legalizou o Partido Comunista, criado em 1922. Pouco a pouco, foi restaurando a ordem constitucional". (SANT'ANNA, 2019, p. 13-15)

No âmbito internacional, reaproximou o Brasil da Liga das Nações, após Arthur Bernardes, em 1926, ter retirado o país do Conselho Executivo da Liga, após a Alemanha ter ingressado no órgão. Deste modo, além de garantir que o Brasil iria continuar participando das principais conferências, manteve a vaga brasileira na Corte de Justiça Internacional, firmando o laço com as potências europeias.

Seu destino era auspicioso afirma Sant'Anna (2019, p. 16), até que chegou a hora de escolher o seu sucessor na presidência.

No 'espírito da República do Café com Leite', o próximo presidente na sucessão de 1930 deveria ser necessariamente um mineiro, mas São Paulo lançou a candidatura de Júlio Prestes num sinal inequívoco de ruptura com Minas Gerais e visando defender – num período de crise e escassez – os interesses de São Paulo. Segundo Costa (2016, p. 109), "era o salve-se quem puder!!!"

Pela regra, Washington Luís e o Partido Republicano Paulista (PRP) deveriam apoiar o governador mineiro Antonio Carlos de Andrada. Mas, segundo Sant'Anna (2019, p. 23), desde 1927, entretanto, o nome preferido era o de Júlio Prestes, afilhado político e amigo do presidente.

Washington Luís, ao que tudo indica, era antipático ao governador mineiro e além disso, confiava muito mais que Júlio Prestes iria dar continuidade as tarefas administrativas e financeiras iniciadas em seu mandato.

Uma vez desarticulado o principal grupo oligárquico, buscou-se então a composição de um novo arranjo:

"Organizou-se então a Aliança Liberal, que reuniu forças políticas situacionistas dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e alguns grupos de oposição de outros estados, como o Partido Democrático de São Paulo (PD), fundado em 1926 quebrando o exclusivismo político do PRP". (NADAI & NEVES, 1995, p. 310)

Havia muito tempo a oligarquia gaúcha era uma das mais poderosas e cujo crescimento econômico era notável desde o final da década de 1920. Além do mais, a administração federal vinha prejudicando financeiramente estados exportadores como Minas Gerais, portanto, a união entre esses estados desequilibrava o arranjo de forças da Primeira República. (SANT'ANNA, 2019, p. 25)

Das negociações Minas-Rio Grande ficou resolvido que o Sul se uniria principalmente em torno de uma candidatura gaúcha com chances e, caso não fosse possível, em torno de um nome mineiro.

Com astúcia e perspicácia, o governador mineiro percebeu que a unidade dessa nova aliança só seria possível se se desse ao estado gaúcho o que São Paulo procurava negar: a primazia do nome. E, o nome escolhido foi o de Getúlio Vargas, que governava o estado gaúcho. (MEDEIROS, 1989, p. 26)

Em 12 de setembro de 1929 ocorreu o anúncio da candidatura oficial de Júlio Prestes à presidência da República. E, uma semana após tal anúncio, foi apresentada

a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal, tendo como vice, o governador da Paraíba, João Pessoa.

As candidaturas aliancistas receberam também o apoio dos tenentistas, que viam na vitória de um candidato de oposição um instrumento para a realização das reformas que julgavam necessárias para a 'salvação' do país. (NADAI & NEVES, 1995, p. 310)

De novo, e agora pela última vez, as engrenagens da Primeira República funcionaram. Cada oligarquia estadual fez das suas ao recorrer a fraudes, mas o voto de cabresto de 'Seu Julinho' (como era conhecido Júlio Prestes pela população), com a força de São Paulo e do Catete, falou mais alto.

Segundo Vizeu (2019, p. 104), em março de 1930, o paulista foi eleito com mais de 1 milhão de votos contra 740 mil do gaúcho. A reação dos derrotados foi de aceitação, embora tivessem denunciado as costumeiras fraudes. Não foi essa, porém, a posição do setor tenentista:

"Desde a campanha eleitoral, os tenentes, sob a orientação de João Neves da Fontoura (do Rio Grande do Sul) e de Juarez Távora (do Ceará, com atuação em todo Nordeste), cogitavam da saída revolucionária, caso fracassasse a solução política. Ao próprio Getúlio Vargas atribuía-se uma certa propensão para a solução revolucionária. A frase de Antonio Carlos, 'façamos a revolução antes que o povo a faça', demonstra que os ânimos populares estavam exaltados, exigindo providências mais drásticas". (NADAI & NEVES, 1995, p. 310)

Porém, enquanto Vargas aceitou o resultado das eleições, entre os tenentes e outros setores revolucionários havia um grande descontentamento. Alguns líderes tenentistas e políticos passaram a articular a revolução, procurando convencer o candidato derrotado a aceitar sua liderança.

O clima político estava cada vez mais propenso à exaltação:

"No dia 26 de outubro de 1930, numa confeitaria em Recife, João Pessoa foi assassinado por um inimigo político e pessoal, João Dantas". Com a sua morte desencadeou-se um verdadeiro clamor revolucionário, propício às articulações tenentistas". (NADAI & NEVES, 1995, p. 311)

O crime ocorreu por questões locais, sem ligação com a eleição presidencial, mas, como afirma Vizeu (2019, p. 104), quem se importa com detalhes quando há tanta gente à espera de um rastilho de pólvora capaz de derrubar a República?

Políticos e lideranças militares se lançaram à conspiração, até que, no dia 3 de outubro, explodiu no Rio Grande do Sul um levante contra o governo federal. À frente do movimento estava o candidato derrotado Getúlio Vargas.

Os rebeldes derrubaram governos fiéis ao Catete pelo país e avançaram firmemente do Sul em direção ao Rio de Janeiro. Rapidamente a agitação tomou conta do país:

"O povo saiu às ruas, embora não se possa atribuir sua agitação à consciência claramente revolucionária, pois não saiu às ruas propriamente para aplaudir os revolucionários, que ele desconhecia e que sempre se haviam mantido longe deles. Saiu às ruas – agora que não havia polícia – para deitar fogo nos chalés de bicho, depredar clubes de jogo e escritórios de políticos, que apenas haviam feito, até então advocacia administrativa". (NADAI & NEVES, 1995, p. 311)

Ainda segundo as autoras, de qualquer forma, a agitação popular somou a favor dos revolucionários. As tropas do sul marcharam sobre o Rio de Janeiro, mas não houve combates.

No Rio de Janeiro, uma junta militar, a 24 de outubro, exigiu a renúncia de Washington Luís, que estava a menos de um mês do final do seu mandato.

“Com o Palácio do Catete cercado, Washington Luís recebeu uma ordem para deixar o governo e se tornou, oficialmente prisioneiro, sendo colocado em um carro e levado para a carceragem do Forte de Copacabana. E, em menos de um mês o agora ex-presidente da República embarcava para o exílio, de onde só retornaria dezessete anos mais tarde”. (SANT’ANNA, 2019, p. 29)

A junta assumiu, provisoriamente, o governo. Os revolucionários, porém, não aceitaram esse governo e, a 3 de novembro, a Junta o entregou a Vargas, que havia, enfim, aceito o encargo de chefiar a Revolução.

Abria-se então, uma nova fase da vida republicana brasileira iniciada com a Revolução de 1930: a Era Vargas ou o Período Getulista.

5. A ERA VARGAS E A CONSTITUIÇÃO DE 1934

O período histórico iniciado com a Revolução de 1930 pode ser denominado de Era Vargas ou Período Getulista, uma vez que o líder gaúcho o marcou com uma atuação política própria e pessoal.

A Era Vargas se estendeu até outubro de 1945 e pode ser dividida em três fases distintas:

- 1930 a 1934 – fase revolucionária
- 1934 a 1937 – o período constitucional
- 1937 a 1945 – a fase ditatorial, o Estado Novo

Nesse tópico analisaremos a fase revolucionária da Era Vargas, abordando sua evolução e desdobramentos do Governo Provisório e os episódios políticos que culminaram com a promulgação da Constituição de 1934 e a escolha do próximo presidente da República.

Como citado no item anterior, alguns líderes tenentistas e políticos passaram a articular a revolução, procurando convencer o candidato derrotado a aceitar sua liderança.

Vargas sempre cauteloso, demorou a aderir explicitamente aos revoltosos. Segundo Lira Neto (2019, p. 18):

“Ora acenava para acordos sub-reptícios com o Catete, ora incitava os articuladores gaúchos da insurreição, que tinham à frente o trio João Neves de Fontoura, Oswaldo Aranha e Flores da Cunha. Entre investidas e recuos, só declarou sua real posição às vésperas da eclosão do levante, quando se certificara de que havia uma arregimentação de forças capaz de se sobrepor às tropas federais”.

Deste modo, em 3 de outubro de 1930, com a concordância de Vargas, a revolução foi desencadeada simultaneamente na cidade de Porto Alegre e nos Estados do Nordeste e em Minas Gerais. (D’ARAUJO, 2011, p. 28)

Em poucos dias o movimento estava vitorioso em quase todo o país, com a adesão de grande parte da população, dos militares e das polícias estaduais.

Ao assumir o papel de comandante em chefe do movimento, Vargas envergado em um uniforme militar, dirigiu-se então ao Rio de Janeiro a bordo de comboio ferroviário, com o intuito de produzir grande impacto junto à opinião pública:

“Ao meio do caminho, a cada cidade em que o trem passava, Vargas era saudado por multidões, que entoavam cânticos e palavras de ordem em seu louvor. Enquanto isso, a comitiva era abastecida pelo telégrafo de informações sobre os desdobramentos do movimento em todo o país”. (LIRA NETO, 2019, p. 18)

Constatada a derrota, em 24 de outubro, Washington Luís renunciou e, uma junta militar composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha assumiu o poder.

Segundo Lira Neto (2019, p. 19), quando Getúlio Vargas desembarcou na capital federal, em 31 de outubro, as tropas leais ao governo federal já estavam subjugadas. Foi alvo de recepção apoteótica, marcada por imensa concentração pública.

Em 3 de novembro, Vargas foi reconhecido pela Junta Governativa como Chefe do Governo Provisório da República. Até então, segundo D'Araujo (2011, p. 29), a atuação de Vargas na política se pautara pela defesa dos princípios federativos, da autonomia dos governadores e do Congresso Nacional. Mas com seu ingresso na política nacional, esse padrão se alterou drasticamente.

“Ao assumir a Presidência, coerente com as matrizes de sua iniciação política, Vargas dissolveu o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais, por meio de decreto assinado a 11 de novembro. Em simultâneo, exonerou todos os governantes estaduais, com exceção do mineiro Olegário Mariano, que havia apoiado a Revolução. Nomeou em seus lugares interventores federais, a maioria oficiais tenentistas”. (LIRA NETO, 2019, p. 19)

Ainda segundo o autor, Vargas aposentou compulsoriamente, ministros do Supremo Tribunal Federal que lhe pudessem ser hostis e suspendeu a Constituição da República, sob o compromisso de convocar, no ‘tempo adequado’, uma Assembleia Constituinte para dotar o país de Carta Magna mais justa e moderna.

Autointitulado “Governo Provisório”, o novo regime amplificou os poderes do Executivo e postergou o processo de reconstitucionalização sob o argumento de que seria necessário, antes de tudo, regenerar os métodos e as práticas administrativas nacionais, para recuperar a economia e modernizar o aparelho do Estado. Embora fosse político de carreira, Vargas adotou o discurso antissistêmico de que a política seria o grande mal a ser combatido para a moralização da máquina pública:

“A demonização dos políticos e do Legislativo – tema recorrente dos primeiros pronunciamentos presidenciais – foi utilizada como justificativa para sustentar, enquanto se fez possível, o estado de exceção”. (LIRA NETO, 2019, p. 20)

Mas a conjunção de forças antagônicas que havia garantido a vitória do movimento revolucionário mostrou-se inviável como base de sustentação do governo:

“Enquanto os tenentes, abrigados em torno da radical Legião de 3 Outubro, pregavam a necessidade da manutenção indefinida do período ditatorial, os antigos oligarcas e os liberais mais autênticos exigiam a submissão imediata do Executivo às regras do jogo político”. (LIRA NETO, 2019, p. 20)

Pressionado por ambos os lados, Vargas executava um equilibrismo cada vez mais precário, outorgando-se árbitro supremo das forças em conflito e, a despeito de seu agnosticismo, construindo aproximações estratégicas com a Igreja Católica. Deste modo, em contraposição ao modelo descentralizador e federalista da Primeira República, no Governo Provisório foi introduzido um modelo centralizador e intervencionista.

O apoio popular permitia ao governo ousar em suas iniciativas contrárias aos interesses políticos das oligarquias derrotadas. Mas Vargas, segundo D'Araujo (2011, p. 29) também soube acomodar interesses, em especial os econômicos:

“Praticou uma política de compromisso, a qual lhe permitiu levar a cabo importantes mudanças no país. Moveu-se articulando interesses da burguesia industrial, das oligarquias rurais, dos militares e dos trabalhadores.”

A centralização administrativa obrigou o governo à construção de novas instituições do Estado, fundamentais para planejar e dar vida às mudanças que o país viria a experimentar:

“O programa de ‘reconstrução nacional’ que Vargas se propunha realizar foi exposto resumidamente já em seu discurso de posse, perante a Junta Governativa. Para pô-lo em prática, em 11 de novembro assinou o Decreto nº 19.398, dando configuração legal ao Governo Provisório”. (D’ARAUJO, 2011, p. 29-30)

Nos dias seguintes, de acordo com o programa da Aliança Liberal, e em conformidade com o prometido no discurso de posse, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (14 de novembro de 1930) e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (28 de novembro de 1930).

Ainda segundo D’Araujo (2011, p. 29-30), em discurso pronunciado dois meses após o início do governo revolucionário, em banquete que lhe foi oferecido pelas classes armadas, Vargas agradeceu o apoio militar e voltou a expor resumidamente o programa que seu governo pretendia levar a efeito: aumento da produção nacional; organização do trabalho, representação por classe; saneamento e educação.

Ao lado da defesa do café, explicitada com a criação do Conselho do Café em maio de 1931, o controle e amparo dos trabalhadores e a modernização do ensino tornaram-se suas preocupações imediatas:

“Assim em 19 de março de 1931, por meio do Decreto nº 19.770, que ficou conhecido como ‘Lei de Sindicalização’, foi regulamentada a sindicalização das classes patronais e operárias; os sindicatos – sempre um para cada ramo de atividade – foram definidos como órgãos consultivos e de colaboração do poder público, devendo por isso mesmo serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. E, em 12 de agosto de 1931, por intermédio do Decreto nº 20.291, chamado de ‘Lei dos 2/3’, foi garantida a presença mínima de 2/3 de empregados nacionais em quaisquer estabelecimentos industriais e comerciais”. (D’ARAUJO, 2011, p. 30)

No campo da educação, decretos assinados também no ano de 1931 estabeleceram o estatuto das universidades brasileiras, a organização da Universidade do Rio de Janeiro (11 de abril) e ainda a reforma do ensino secundário (18 de abril).

Ainda segundo a autora, ao longo de 1932, o governo procurou fazer cumprir a legislação social anterior a 1930 e sancionou novas leis, concedendo novos benefícios aos trabalhadores vinculados às caixas de aposentadoria e pensões, fixando o limite de oito horas para a jornada de trabalho; introduzindo novas regulamentações para o trabalho de mulheres e de menores e instituindo a carteira profissional.

Mas, a atuação de Vargas não transcorreu livre de tensões.

Ao assumir o Governo Provisório, Vargas nomeou interventores para os estados, e em quase todos nomeou ‘tenentes’, em outros foram nomeados civis ou foram confirmados aqueles que tinham tomado posse. Mas, em São Paulo as forças revolucionárias entraram em conflito:

“O Partido Democrático (PD), constituído em fevereiro de 1926 por adversários do presidente Washington Luís, chegou a integrar-se à Aliança Liberal nas eleições de 1930 e a preparar a revolução em São Paulo. Com a vitória do movimento, os democráticos esperavam que o interventor do estado viesse do seu partido, e ainda mais, esperavam desempenhar um papel de destaque na administração estadual em cooperação com outras correntes reformistas. Mas, os líderes revolucionários, principalmente os tenentes, pensavam diferente: alegavam que a ação do PD, durante o movimento revolucionário ficara apenas no terreno das palavras e, por esse motivo opunham-se a entregar o poder estadual aos democráticos ou a qualquer político paulista”. (PEREIRA, 1989, p. 14)

Para acirrar mais os ânimos dos paulistas com relação ao Governo Provisório, Vargas nomeia primeiramente para o cargo de delegado militar da revolução, e posteriormente como interventor federal do Estado de São Paulo, um homem de

prestígio entre os 'tenentes', o pernambucano, João Alberto Lins de Barros, visando consolidar com sua nomeação as posições militares no estado. Mas a escolha desse nome, demonstrava a real intenção de Vargas, que era a de não entregar o governo de São Paulo aos paulistas.

Segundo Pereira (1989, p. 15), mesmo antes de Vargas ser empossado presidente provisório e de João Alberto ser nomeado interventor, a polarização das forças revolucionárias paulistas já se configurava como uma realidade política: "pouco a pouco, São Paulo, tornou-se o palco do confronto entre os 'tenentes', as oligarquias alijadas do poder pelo movimento de 1930 e o PD".

Nos primeiros meses de 1931, o PD procurou entrar em entendimento com Vargas quanto a questão do governo estadual, mas nada obteve. A situação deteriorava-se a cada momento:

"Em manifesto divulgado em abril, os democráticos criticavam as atitudes do governo central para com o Estado de São Paulo. Queixavam-se da 'preterição sistemática dos filhos de São Paulo e de outros grandes vultos da terra por elementos de fora'. A contestação ia além do caráter político da questão, enveredava pelo caminho da luta armada. No final do mês, houve uma tentativa de golpe por parte dos democráticos, que foi facilmente debelada pela Força Pública de São Paulo". (PEREIRA, 1989, p. 17)

Excluídos do poder e não podendo recorrer ao governo central, que apoiava o interventor, só restava uma saída para os democráticos: organizar uma nova forma de combate aos 'tenentes':

"São Paulo foi declarada 'terra ocupada' e surgiu uma intensa campanha pela imprensa favorável aos grupos depostos, pleiteando um interventor civil e paulista. São Paulo queria ser governado por civil e paulista e que se chamasse de preferência Plínio Barreto. Na realidade, a luta dos democráticos estava centrada no binômio autonomia de São Paulo e convocação da Assembleia Nacional Constituinte". (PEREIRA, 1989, p. 17)

Cientes de que qualquer movimento contra o Governo Provisório teria de ter o apoio da emergente classe média, os paulistas iniciaram, em meados de 1931, uma intensa campanha pela reconstitucionalização do país. Desta forma, um movimento puramente regional ganhou conotação nacional:

"A convocação da Assembleia Constituinte permitiria a elaboração de uma nova Carta Magna para o país, e a oportunidade de se definir as esferas de ação tanto do governo federal como do estadual e, consequentemente, dos grupos políticos regionais. E, ao empunhar a bandeira da reconstitucionalização do país o PD angariava o apoio de diversos segmentos da sociedade, dando, desta forma, uma conotação nacional ao movimento". (PEREIRA, 1989, p. 17)

Mas Vargas não podia desprezar os 'tenentes', uma força militar, em virtude de sua proximidade com as tropas, e política, pois, se não impunham reformas na estrutura socioeconômica, neutralizavam o poder político das oligarquias.

Contudo, a continuidade do interventor João Alberto no governo de São Paulo tornara-se um risco à estabilidade do Governo Provisório e a campanha pela reconstitucionalização do país e pela autonomia do estado de São Paulo, que repercutia junto às classes médias, principalmente a paulista, ganhou o apoio das velhas oligarquias, que passaram a reivindicar o retorno à normalidade constitucional. A solução então encontrada foi o afastamento do interventor João Alberto e a nomeação de um civil paulista.

Longe de solucionar a crise política paulista, a nomeação de Plínio Barreto levou a uma cisão ainda maior dentro das fileiras revolucionárias e, a única medida segura capaz de devolver a São Paulo a autonomia que tanto almejavam seria com a reconstitucionalização do Estado Nacional.

A oposição a Vargas cresceu na mesma proporção em que crescia o número de simpatizantes da causa paulista: todos os grupos que se opunham a Vargas, na realidade se opunham ao avanço que o tenentismo vinha tendo no governo, com o apoio do próprio presidente provisório.

Diante do quadro político que se configurava, enveredando para um movimento armado, Vargas decide promover uma liberalização do regime: em fevereiro de 1931, o presidente formou uma comissão, que ficou encarregada de rever as leis eleitorais e em maio daquele ano, inaugurou seus trabalhos, sendo o novo Código Eleitoral promulgado por meio do Decreto nº 21.076, em 24 fevereiro de 1932.

O novo Código Eleitoral regulava as eleições em todo país e trazia em seu texto grandes inovações como voto secreto; a Justiça Eleitoral; o direito de voto às mulheres e as representações classistas nos órgãos legislativos.

Quanto à questão paulista, Vargas procurou solucionar-la com a nomeação de um interventor civil e paulista, o embaixador Pedro de Toledo, que era membro do PD e que não havia assinado o manifesto de rompimento com Vargas, já que Plínio Barreto renunciou ao cargo, antes mesmo de ser empossado. Mas segundo Pereira (1989, p. 22), as duas medidas só acirraram ainda mais o conflito entre oligarquias e tenentes, tornando ainda mais difícil o desempenho de Vargas como árbitro.

Nem mesmo a promulgação do Decreto de 14 de maio de 1932, que fixou o dia 3 de maio de 1933 como data para realização de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e a criação de uma comissão ficou encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição serviu para amenizar os ânimos mais exaltados.

A revolta armada deflagrou-se em 9 de julho de 1932 e durou cerca de três meses. Embora derrotada, a revolta paulista compeliu Vargas a legitimar o regime por meio da prometida constituição. Mas segundo Sant'Anna (2019, p. 22), ardiloso e demonstrando desenvoltura para operar pelos bastidores, Vargas conseguiu com que a Assembleia responsável pela elaboração da nova Constituição assumisse a prerrogativa de eleger, em 1934, por via indireta, o próximo presidente da República, com mandato previsto para quatro anos. O eleito foi ele próprio, Getúlio Vargas, finalizando assim o Governo Provisório.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No solo brasileiro, a classe política dominante, não estava alheia ao cenário externo, e agia para defender seus interesses expressos, na oligarquia cafeeira, ou na política do “café com leite”.

As decisões econômicas observadas ao longo de todo o período da república velha (1889 – 1930), não deixam dúvidas sobre o protagonismo da cultura do café, sendo esta atividade responsável direta pela matriz de decisões econômicas e políticas do período.

Sua extensão e influência econômica perpassa em maior ou menor grau as decisões político-administrativas, atingindo as decisões de investimento, moradia, vestuário, alimentação, instrução, trabalho e até mesmo de orientação ideológica da população dos três principais estados produtores de café, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e por encadeamento econômico, toda população nacional.

A mudança de regime político com a Proclamação da República não levou a nenhuma mudança significativa com relação a situação em que se encontrava a maioria da população brasileira no regime monárquico, sempre relegada a segundo plano.

As iniciativas de industrialização, melhoria nas condições de trabalho, fortalecimento da economia com o cumprimento dos acordos externos firmados, estavam voltados a atender única e exclusivamente o interesse da classe que

dominava o cenário político vigente, e que era cada vez mais dependente das relações e políticas econômicas externas.

As políticas implementadas para cada vez mais proteger a monocultura de exportação e os interesses oligarcas, levou ao longo do regime republicano, com as sucessivas trocas de governos, a uma situação econômica que se demonstrou insustentável, principalmente com o episódio da crise de 1929, que expôs quão frágil era nossa política econômica.

Mesmo com a Revolução de 1930, que ocorreu a partir do cisma ocorrido na chamada 'política do café com leite', no Governo Washington Luís, não se promoveu mudanças significativas na política econômica brasileira, pois o café continuava sendo o principal produto agro exportador do país.

O que diferenciou esse período do anterior, foi que ao assumir o Governo Provisório, Vargas passou a intervir na política, abolindo a constituição, retirando os oligarcas do poder e colocando em seus lugares seus aliados revolucionários, principalmente os tenentistas.

Sem uma Constituição e tendo todos os poderes alocados na esfera executiva Vargas tinha o controle sobre os destinos da nação. Mas as antigas oligarquias, as dissensões entre seus aliados e opositores, o conflito armado em São Paulo, e a mobilização em torno de uma nova Constituição fizeram com que o presidente marcasse a data para a constituição da Assembleia Nacional Constituinte, que além de promulgar a nova Constituição em 1934, acabou elegendo de forma indireta o novo presidente da República, dando fim ao Governo Provisório, cujo vencedor foi o próprio Getúlio Vargas.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COSTA, M. **A História do Brasil Para Quem Tem Pressa**: dos bastidores do descobrimento à crise de 2015 em 200 páginas. Rio de Janeiro: Valentina, 2016.

D'ARAUJO, M. C. (org.) **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições da Câmara, 2011. Série Perfis Parlamentares. Nº 62. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/7264> Acesso em 10/08/2020.

GAZIER, B. **A Crise de 1929**. L&PM, 2009. Disponível em: <https://lelivros.love/book/download-a-crise-de-1929-bernard-gazier-em-epub-mobi-e-pdf/> Acesso em: 10/09/2021.

LACOMBE, A. J. & CALMON, P. **Presidentes da República**: símbolos, hinos e canções. Brasília: CEDIL/ALHAMBRA/MEC/FAE, 1989. (Cem anos de República – Centenário da Bandeira – 1889/1989)

LIRA NETO. **Getúlio Vargas e Eurico Dutra**: Estado Novo, eleição e suicídio. São Paulo: Folha de São Paulo, 2019. Coleção Folha A República Brasileira – 130 anos; v. 12.

MEDEIROS, D. H. de. **1930 A Revolução Disfarçada**. São Paulo: Editora do Brasil, 1989. Coleção Lutas do Nosso Povo.

MONTEIRO, H. de M. **Da República Velha ao Estado Novo**. In: LINHARES, M. Y. (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 9ª ed. 31ª tiragem, 2000.

NADAI, E. & NEVES, J. **História do Brasil**. 17ª ed reformulada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 1995.

PEREIRA, M. A. **Revolução Constitucionalista**. São Paulo: Editora do Brasil, 1989. Coleção Lutas do Nosso Povo.

PILETTI, N. **História do Brasil**: da pré-história do Brasil aos dias atuais. 14ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANT'ANNA, P. **Washington Luís: o fim da Primeira República**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2019. Coleção Folha A República Brasileira – 130 anos; v. 11.

VIZEU, R. **Os Presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil. De Deodoro e Bolsonaro**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.

EXPANSÃO URBANA SOBRE ÁREAS ÚMIDAS: CONCEITOS E ALTERAÇÕES AMBIENTAIS DE ORDEM ANTROGEOFOLÓGICA

Jorge Cedrez Verneti³¹
Thiago Cedrez da Silva³²

RESUMO: Os estudos em Geomorfologia reconhecem o ser humano como um agente modelador do relevo através das atividades econômicas, sobretudo pelos processos de urbanização que se desenvolvem sobre sistemas ambientais complexos. Dentre esses sistemas ambientais, as Áreas Úmidas sofrem com intervenções urbanísticas cada vez mais intensas que comprometem sua função ambiental e influenciam em sua morfologia. Diante do exposto, esse artigo pretende apresentar as diferentes conceituações sobre Áreas úmidas, sua importância ecológica e as consequências da expansão urbana sobre estes ambientes a partir da perspectiva da Geomorfologia Antropogênica.

PALAVRAS-CHAVE: Geomorfologia Antropogênica, Áreas Úmidas, Urbanização.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar os conceitos e fenômenos referentes aos efeitos da ação antrópica na geomorfologia, enfatizando as consequências dos processos de urbanização desenvolvidos nos setores adjacentes às margens de cursos fluviais e em áreas úmidas. A proposta parte de uma apresentação do estado da arte sobre o tema, ou seja, da revisão bibliográfica sobre o mesmo.

A elaboração do artigo baseou-se na pesquisa bibliográfica em revistas científicas elencadas através de busca online nas plataformas Google Acadêmico, Scielo e Catálogos de Teses e Dissertações-Capes. Pesquisa realizada entre outubro de 2020 e janeiro de 2021. A busca pautou-se por tópicos como Geomorfologia Antropogênica, morfohidrografia, usos e ocupação do solo, ambiente urbano, áreas úmidas e depósitos tecnogênicos.

As formas encontradas na superfície terrestre originam-se da ação de um conjunto complexo de agentes estruturantes e esculpturantes tipificados como endógenos e exógenos. O relevo oriundo dessa relação é remodelado a partir de processos abióticos e bióticos. Dentre os processos bióticos destacam-se aqueles de ordem antrópica resultantes da ocupação e da diversidade de usos do solo pelas comunidades humanas (FAGUNDES; LUPINACCI, 2017). Sendo assim, pode-se aferir que “a ação antrópica atribui características artificiais à estrutura do sistema físicoambiental, atuando, conseqüentemente, na alteração dos processos naturais, entre eles a morfodinâmica” (Christofolletti, 1967 apud Simon; Cunha, 2008).

A geomorfologia de determinado ambiente impõe ao homem limitações e restrições de apropriação. Segundo Girão; Corrêa, 2004 “A apropriação do espaço pela sociedade evidencia a importância do relevo como fator de natureza antagônica,

³¹ Licenciado em Geografia – UFPEL. Mestrando em Geografia (Análise Ambiental) - PPGeo/UFPEL. E-mail: jorgevernet@gmail.com

³² Doutorando em História (UFPEL). Mestre em História (2016) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPEL (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Atualmente faz parte do quadro de professores convidados do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas-RS. E-mail: thicedrez@hotmail.com

ora favorável à ocupação, ora apresentando feições e processos que desencorajam o mecanismo de ocupação por grupos humanos.”

Sendo assim, intervenções são feitas visando adaptar o ambiente físico às demandas humanas. Tais intervenções promovem alterações na topografia da superfície terrestre e na dinâmica morfohidrográfica ao desordenar seus fluxos de matéria e energia. Corroborando com o exposto Peloggia (1998 apud FUJIMOTO, 2005):

(...) a ação humana sobre a natureza tem consequências em três níveis: na modificação do relevo, na alteração da dinâmica geomorfológica e na criação de depósitos correlativos comparáveis aos quaternários (os depósitos tecnogênicos) devido a um conjunto de ações denominada tecnogênese. (PELOGGIA, 1998 apud FUJIMOTO, 2005, p. 78)

A ação do homem deve analisada no espaço e no tempo levando em conta, também os contextos sociopolíticos e tecnológicos circunscritos. As mudanças na paisagem podem ser percebidas e/ou diagnosticada em períodos de tempo variáveis conforme o grau de interferência empregado. Drew (1986); Simon (2007) aferem:

A interferência antrópica sobre as formas e processos do relevo pode ocorrer direta ou indiretamente. O controle direto é localizado, a exemplo da construção de reservatórios, das atividades de mineração, da retificação ou canalização de cursos fluviais, construção de estradas e da irrigação das lavouras. Ação antrópica indireta possui maior dimensão areal e encontra-se atrelada à dinâmica de ocupação e uso das terras, que expõe as formas do relevo à ação mais efetiva dos processos operantes (DREW, 1986; SIMON, 2007 apud PASCHOAL, et al, 2015, p.97).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A dinâmica hídrica articula-se também como um agente na formação e modelamento das feições do relevo. Não obstante, os cursos fluviais estão inseridos em um conjunto de compartimentos geomorfológicos interconectados, contexto no qual se configuram os compartimentos de topo (interflúvios), as vertentes e os fundos de vale. Sendo os interflúvios e as vertentes fundamentais para o escoamento das águas oriundas das precipitações e também como meio de mobilização de sedimentos.

Paralelamente aos cursos fluviais consolidam-se as planícies de inundação que dentre outros conceitos podem ser definidas “como uma feição deposicional do vale do rio associada com um regime climático ou hidrológico particular da bacia de drenagem” (ROCHA, 2011). Dispostas a partir das margens dos cursos fluviais até pontos de ruptura de declive, as planícies de inundações são responsáveis por receberem a carga excessiva de água quando o canal extrapola seu volume (CHRISTOFOLLETTI, 1981).

São setores extremamente passíveis de ocupação e exploração por atividades antrópicas tanto em zonas rurais, quanto em zonas urbanas o que acarreta uma série de impactos em sua dinâmica natural. A exploração inadequada destas áreas, sobretudo, em zonas urbanas favorece a impermeabilização da superfície do solo e, conseqüentemente, dificulta ou impede a infiltração da água em seu interior. Como resultado, em períodos de elevada pluviometria são observadas enchentes nestes setores, desencadeando além dos impactos ambientais, inúmeros problemas sociais e econômicos (FUJIMOTO, 2002).

Os setores adjacentes aos cursos fluviais compreendem diversos ecossistemas distintos, dentre estes, destacam-se as áreas úmidas (AU). Também

denominadas no estado do Rio Grande do Sul como banhados, as áreas úmidas são sistemas ambientais situados sobre planícies caracterizadas por solos rasos e/ou pouco consolidados e com presença de lençol freático subsuperficial ou aflorante.

Dentre as primeiras definições de áreas úmidas ROLON; MALTCHIK (2006) apontam:

Na convenção de Ramsar as AUs foram definidas como: “Extensões de brejos, pântanos e turfeiras, ou superfícies cobertas de água, em regime natural ou artificial, permanentes ou temporárias, estancadas ou correntes, doces, salobras ou salgadas, incluídas as extensões de água marinha cuja profundidade na maré baixa não exceda os seis metros.” (ROLON; MALTCHIK, 2006, p. 67)

As áreas úmidas ocupam aproximadamente 11 % das superfícies tropicais (Mitsch; Gosselink, 2007 apud Gomes; Magalhães Junior, 2017) e cerca de 20% do território brasileiro (Junk et al., 2014; Cunha; Piedade; Junk, 2015 apud Gomes; Magalhães Junior, 2017) e embora estejam presentes em diversos pontos do planeta, as Áreas úmidas são comumente associadas às regiões de clima tropical. As Áreas Úmidas apresentam-se sobre terrenos rebaixados em relação aos demais compartimentos geomorfológicos situados em seu entorno. Devido a sua heterogeneidade, esses ecossistemas são objeto de estudo de várias áreas do conhecimento inseridas nas geociências e nas biociências, GOMES; MAGALHÃES JUNIOR (2017) exemplificam:

Dependendo da formação e do campo de atuação de cada pesquisador, há diferentes definições de áreas úmidas. Por exemplo, a concepção dos hidrólogos tende a focar o regime das águas e sua relação com a topografia, enquanto a dos pedólogos tende a centrar-se no estudo da presença de solos hidromórficos. Já a dos botânicos tende a focar na ocorrência de determinadas espécies ou comunidades. (GOMES, MAGALHÃES JUNIOR, 2017, p. 486)

Nesse cenário, há uma diversidade de conceituações sobre o tema. ESTEVES (1998), por sua vez, define:

As AUs brasileiras podem ser definidas como zonas nas quais a vegetação ocorrente é tolerante ou adaptada a solos úmidos ou a solos que são alagados diária ou sazonalmente. Esses ecossistemas brasileiros podem ser divididos em quatro grupos: 1) áreas úmidas formadas por planícies inundadas de sistemas fluviais (várzea, igapó, pantanal, etc.); 2) áreas úmidas associadas a lagoas e lagos (brejos, zonas litorâneas etc.); 3) áreas úmidas com altos níveis de saturação hídrica e/ou acúmulo de águas de córregos (brejo, pântano, campo úmido, lameiro etc.); 4) áreas úmidas artificiais (represas, açudes e barramentos). (ESTEVES, 1998 apud GOMES; MAGALHÃES JUNIOR, 2017, p. 495)

Dada a natureza pedológica e contexto climático das áreas úmidas, as mesmas são estabelecidas como importantes sistemas hidrológicos, pois são locais que propiciam o acúmulo de água em sua superfície e/ou subsuperfície de modo perene ou intermitente. Tais características possibilitam uma significativa capacidade de retenção de água. Esses ecossistemas “podem ter comunicação direta com outros corpos hídricos, desenvolvendo-se na planície de inundação, ligando-se com lagoas e rios apenas no período das cheias, ou serem isolados” (CARVALHO; OZORIO,

2007)). Assim como observado nas planícies de inundação, as áreas úmidas são responsáveis pela absorção do excedente de água proveniente dos corpos hídricos durante os períodos de cheia. Essa quantidade de água retida em sua subsuperfície é liberada para os cursos fluviais durante os períodos de estiagem.

Em suma, as áreas úmidas atuam como mecanismos naturais de regulação do volume hídrico dos corpos d'água aos quais se conectam. Abrigam espécies vegetais tolerantes ou adaptadas a ambientes aquáticos, sendo reconhecíveis pela presença de Juncos (*Juncus effusus*) (HECK et al, 2012). A importância desses ecossistemas é constatada pelas trocas bióticas com o entorno, pois "(...) apresentam inter-relação com ambientes próximos por meio de processos ecológicos, como migração de fauna, dispersão de vegetais e de trocas de sedimentos, transportados pelo vento e fluxos hídricos, tanto na superfície quanto no subsolo" (IBAMA, 2000).

Podem ser tipificadas, também, como áreas de transição/interface entre ambientes aquáticos e terrenos secos para fins de espacialização e delimitação de área. Em ambientes lagunares e lacustres estão associados à presença de planícies flúvio-lacustres, formações de superfície aplainada resultantes de processos de deposição e consolidação de sedimentos oriundos da dinâmica de lagos e lagoas. Essas formações geomorfológicas também são passíveis de acúmulo de água, como apontam SIMON; FREITAS, 2015;

As áreas definidas como planície flúvio-lacustre são superfícies bastante inconsolidadas, suscetíveis às variações no lençol freático e aos extravasamentos dos canais fluviais, onde ocorrem desde lâminas de água muito rasas em estágio final de colmatação ou então superfícies extremamente encharcadas". (SIMON, SILVA, 2015, p. 755)

A intensa expansão urbana ocorrida a partir da segunda metade do século XX promoveu a ocupação de novas áreas naturais incluindo as margens dos cursos fluviais (GIRÃO; CORRÊA, 2015). Os fatores para essa concentração envolvem a necessidade de captação de água para o abastecimento da população, a possibilidade de uso do transporte hidroviário para o escoamento da produção agrícola e industrial, bem como, a utilização dos corpos hídricos para práticas de lazer. Neste contexto, os cursos fluviais situados em zonas urbanas passam por processos de realocação e adaptação como a transposição, a retinização e a canalização.

O mesmo fenômeno é observado sobre as Áreas Úmidas, principalmente nos grandes centros urbanos. Além dos fatores geográficos e socioeconômicos supracitados, a ocupação destes setores provém também da falta de reconhecimento da importância e fragilidade destes ecossistemas por parte da população. Carvalho; Ozorio, 2007 apontam:

De maneira geral, os banhados ainda são insuficientemente conhecidos, embora seja da região sul a maioria dos estudos existentes sobre estes ecossistemas no Brasil. Tal fato pode estar relacionado à pouca atenção dada a estes sistemas mediante a sua grande importância ecológica. (CARVALHO; OZORIO, 2007, p. 2)

As áreas úmidas sofrem inúmeras intervenções com o intuito de adequar o espaço e o ambiente às demandas crescentes da cidade como, por exemplo, aterramentos para a construção ou ampliação da malha viária e a implementação de núcleos habitacionais (CARVALHO; OZORIO, 2007). Os aterros de forma geral são compostos por material argiloso e fragmentos rochosos e passam por compactação

com o objetivo de propiciar uma superfície consolidada apta a receber e sustentar edificações e aparelhos urbanos. Cabe destacar, que a argila devido a sua baixa granulometria costuma apresentar reduzida porosidade e permeabilidade, o que dificulta a absorção de água.

Logo, a concentração de material argiloso e a retirada da cobertura vegetal promovem a impermeabilização destes setores. Assim como registrado nas planícies de inundação, verifica-se a após precipitações intensas a ocorrência de enchentes no sítio urbano. Nos períodos de estiagem a contração ou a extinção das áreas úmidas podem afetar a contribuição de água para os corpos hídricos inter-relacionados. Desse modo, comprometendo o abastecimento de água para as populações locais.

A ausência de cobertura vegetal torna a superfície do solo vulnerável ao processo de encrustamento ou selamento superficial ocasionado pelo choque das gotas de chuva na superfície desnuda provocando assim a remoção de agregados e a compactação dos poros do solo. Por consequência disso, ocorrem a concentração de água na superfície e o escoamento superficial que potencializa a remoção dos agregados e propicia a instauração de processos erosivos. Além das perdas dos solos, o material erodido ao ficar em suspensão é transportado pela água e pela ação dos ventos para o leito dos cursos fluviais.

As partículas erodidas, bem como eventuais materiais de origem antrópica, se depositam no fundo dos cursos fluviais provocando o assoreamento de seus leitos. Parte desses materiais se acumula nas margens que, por vezes, já apresentam algum processo de degradação como, por exemplo, os solapamentos que se desenvolvem devido à subtração da vegetação ciliar. A relação entre processos erosivos e alterações na morfohidrografia é latente, como observam Girão, Corrêa, 2015:

Outra importante contribuição na análise dos indicadores de mudanças no canal feita por Ebisemiju (1989) é a relativa importância que autor atribui aos efeitos da erosividade dos solos tropicais, principalmente quando desnudos e, conseqüentemente, mais susceptíveis à erosão, propiciando um interessante link entre a intensidade das chuvas tropicais (erodibilidade) com o índice de erosividade dos solos que, juntamente com resíduos urbanos (principalmente lixo) e a ação das fortes lâminas de água derivadas das chuvas, produz uma quantidade considerável de carga sedimentar no canal, levando o autor a identificar índices anuais de agração e acreção lateral. (GIRÃO; CORRÊA, 2015, p. 257)

Com o estabelecimento de enchentes e os consequentes prejuízos econômicos e impactos sociais, os gestores públicos implementam medidas de contenção de danos. Dentre estas medidas, é comum a construção de diques ou barramentos destinados a conter o avanço das águas que, em determinados locais, demonstram-se ineficazes ante a dinâmica hídrica presente nestes setores. Os aterros e os diques promovem alterações na morfometria original elevando a topografia e criando desníveis no terreno. Portanto, neste cenário é possível constatar a ocorrência de uma modificação significativa, compreendida como “aquela que já implica em dimensões métricas” (Rodrigues, 2005). Além dos aterramentos supracitados, estas áreas sofrem também com o estabelecimento dos famigerados lixões, pontos de descarte irregular de resíduos sólidos e orgânicos de origem doméstica.

O produto dessas alterações propicia o surgimento de novas feições do relevo oriundas das atividades antrópicas de remoção, transporte e deposição de materiais. Nesse contexto de mudanças na paisagem natural é possível identificar a oposição entre duas ordens morfológicas, as que correspondem às morfologias originais e

aquelas que integram as morfologias antropogênicas. A morfologia original, também denominada pré-intervenção corresponde “aquela morfologia cujos atributos como extensão, declividades, rupturas e mudanças de declives, dentre outros, não sofreram alterações significativas por intervenção antrópica direta ou indireta”. (RODRIGUES, 2005). Enquanto as feições do relevo origem antropogênica possuem sua origem “quando o homem muda a estrutura da natureza, cria um novo invariante, algo que aplicado a um conjunto de transformações não se altera; esse processo é conhecido como transformação antropogênica da paisagem e o seu resultado é a formação da paisagem antrópica.” (Rodrigues et al, 2013 apud Magno; Luz, 2016).

Nessa perspectiva, as pesquisas no campo da Antropogeomorfologia propõem a análise dos períodos pré e pós-perturbação “que destaquem a necessidade de um cenário base para a avaliação das derivações antrópicas sobre as formas do relevo” (Nir, 1983 apud Paschoal et al, 2015).

A interferência da ação antrópica sobre a geomorfologia pode ser analisada também através da identificação e caracterização das estruturas sobre as quais se assentam essas novas morfologias. Nesse caso, a observância do acúmulo dos materiais erodidos e remobilizados sob a forma de depósitos tecnogênicos “resultantes da atividade humana, abrangendo depósitos construídos como os aterros, ou depósitos induzidos, oriundos de sedimentos que se depositam em virtude da erosão decorrente do uso do solo” (Suertegaray et al. 2008, p. 236 apud Miyazaki 2014). Estes depósitos são compostos por sedimentos de diferentes granulometrias e estágios de compactação distintos, acrescidos de artefatos provenientes das intervenções antrópicas no relevo. É produto das atividades agropecuárias, mineradoras, de arruamentos, construção civil, obras de saneamento e geração de energia.

Para fins de classificação os depósitos tecnogênicos são divididos em três tipologias básicas conforme proposição de Oliveira (1990). Os depósitos acumulados, aqueles que resultam do descarte de material; os depósitos naturais que sofrem transformação pela ação antrópica direta são denominados de depósitos modificados e os depósitos induzidos provenientes de processos naturais modificados.

Peloggia (1999) propôs uma adaptação a esta classificação, segmentando estes depósitos tecnogênicos com sendo de 1ª ordem e apresentando os depósitos de 2ª ordem, tipificados como os depósitos remobilizados, constituídos de material natural e cuja a alteração antrópica ocorre apenas nos processos. Estes últimos podem ser observados a partir do acúmulo de sedimentos derivados de alterações na dinâmica hídrica provocada por mecanismos de controle em canais fluviais como as, anteriormente citadas, retilinizações e o seccionamento de Áreas Úmidas.

Quanto à sua composição os depósitos tecnogênicos podem ser classificação como úrbicos, gárbicos e líticos. Os depósitos úrbicos são formados por detritos urbano-industriais e da construção civil como tijolos, concreto, metais, metais, asfalto, plásticos, dentre outros. Os materiais gárbicos são oriundos de resíduos orgânicos e lixo doméstico. Os materiais de escavações e terraplanagens constituem os materiais espólicos e, por fim, os depósitos líticos são compostos por materiais terrosos oriundos de dragagens de corpos hídricos.

Os depósitos tecnogênicos, em determinados locais, se encontram incorporados à camada superficial do solo. Dado o seu grau de consolidação se tornam elementos da paisagem urbana e intrínsecos aos processos de urbanização. Os depósitos tecnogênicos fazem parte da composição estrutural do relevo resultantes da expansão territorial, dos diferentes contextos socioeconômicos, da intensificação da produção de resíduos (orgânicos e/ou inorgânicos) e da mão de obra mecanizada (MIRANDOLA; MACEDO (2014 apud BAUMBACH et al, 2020).

Ao se verificar a espacialização e incidência de depósitos desta natureza em zonas urbanas percebe-se que as Áreas Úmidas costumam ser pontos de descarte de resíduos domésticos, propiciando a formação de lixões (CARVALHO; OZORIO, 2007). Além de consolidarem mudanças na topografia e no escoamento pluvial promovem a contaminação do solo e do lençol freático e potencializam os vetores de disseminação de doenças. São locais passíveis, também, da edificação irregular de habitações sem estruturas adequadas de saneamento básico.

CONCLUSÕES

A pesquisa para este artigo revelou uma vasta gama de trabalhos acadêmicos que abordam os desdobramentos físicoambientais da ação antrópica sobre a dinâmica geomorfológica presente em diferentes contextos geográficos e unidades morfológicas distintas. Constata-se uma diversa literatura sobre esses ecossistemas no campo das ciências biológicas e agrárias. No entanto, verificou-se há necessidade de estudos mais aprofundados sobre a dimensão da influência da urbanização em Áreas Urbanas, e seus impactos na morfogênese com enfoque maior a partir da perspectiva da Antropogeomorfologia. Torna-se imperativo ampliar o entendimento das Áreas Úmidas como sistemas hidrológicos fundamentais, não apenas a oferta hídrica, mas também para a morfohidrografia. Por fim, promover estudos de caso sobre as fragilidades destas áreas, a fim de reforçar medidas preservacionistas e um ordenamento urbano responsável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia Fluvial**. São Paulo: Edgard Blucher, 1981.
- SILVA, C. N. S. **Belém dos 400 anos: análises geográficas e impactos antropogênicos na cidade**/Christian Nunes da Silva ...[et al], organizadores Belém: GAPTA/UFPA, 2016. 314 p.
- CARVALHO, A.B.P; OZORIO, C. P. **Avaliação sobre os banhados do Rio Grande do Sul, Brasil**. REVISTA DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS, Canoas, v.1, n.2, p. 83 a 95, 2007.
- FUJIMOTO, N.V.M. **Considerações sobre o ambiente urbano: Um estudo com ênfase na Geomorfologia Urbana**. Revista do Departamento de Geografia, 16 (2005) 76-80.
- FUJIMOTO, N.V.M. **Implicações ambientais na área metropolitana de Porto Alegre-RS: Um estudo geográfico com ênfase na Geomorfologia Urbana**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 12, pp. 141 177, 2002.
- GIRÃO, O. CORRÊA, A.C.B. **A contribuição da geomorfologia para o planejamento da ocupação de novas áreas**. Revista de Geografia. Recife: UFPE DCG/NAPA, v. 21, n0 2, jul/dez. 2004.
- GIRÃO, O. Corrêa, A. C. B. **Progressos nos estudos em Geomorfologia Fluvial Urbana ao final do século XX**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 26, 2015, p. 245-269.
- GOMES, C.S. MAGALHÃES JUNIOR, A.P. **Aparato conceitual sobre áreas úmidas (wetlands) no Brasil. Desafios e opiniões de especialistas**. Bol. Goia. Geogr. (Online). Goiânia, v. 37, n. 3, p. 484-508, set./dez. 2017.
- HECK, C.R. SILVA, P.F. SIMON, A.L.H. **Expansão da área urbana de Pelotas sobre o setor da planície lagunar localizada na margem esquerda do canal São Gonçalo**. Revista Geonorte, Edição Especial, V.2, N.4, p.444 – 455, 2012.
- IBAMA. 2000. Banhados. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>> Acesso em: 28 de maio de 2021.

MARTH, J.D; MOURA, N.S.V; KOESTER, E. **Localização e mapeamento de áreas úmidas na sub-bacia hidrográfica do Arroio Santa Isabel, através do método NDWI.** Geografia (Londrina) v. 25. n. 1. p.23-41, jan/jun, 2016.

MIYAZAKI, L.C.P. **Depósitos tecnogênicos: uma nova perspectiva de leitura geográfica.** Quaternary and Environmental Geosciences (2014) 05(2):53-66.

PASCHOAL, L.G. SIMON, A.L.H. CUNHA, C.M.L. **Geomorfologia Antropogênica e sua inserção em pesquisas brasileiras.** Geographia Meridionalis v. 01, n. 01 Jun/2015 p. 95–126 Página 95.

PELOGGIA, A.U.G. **A cidade, as vertentes e as várzeas: A transformação do relevo pela ação do homem no município de São Paulo.** Revista do Departamento de Geografia, 16 (2005) 24-31.

PELOGGIA, A.U.G. **Sobre a classificação, enquadramento estratigráfico e cartografia dos solos e depósitos tecnogênicos.** Manual Técnico 3/GT-GEOTEC, Estudos de Geotécnica e Geologia Urbana. São Paulo, 1999.

ROCHA, P.C. **Sistemas rio-planície de inundação: Geomorfologia e conectividade hidrodinâmica.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.33, v.1, p.50-67, jan./jul.2011.

SIMON, A.L.H. CUNHA, C.M.L. **Alterações geomorfológicas derivadas da intervenção de atividades antrópicas: análise temporal na Bacia do Arroio Santa Bárbara – Pelotas (RS).** Revista Brasileira de Geomorfologia, v.9, n.2, p.29-38, 2008.

SIMON, A.L.H. SILVA, P.F. **Análise geomorfológica da planície lagunar sob influência do canal São Gonçalo – Rio Grande do Sul – Brasil.** São Paulo, UNESP, Geociências, v. 34, n. 4, p.749-767, 2015.

TRAVALINI, V. CUNHA, C.M.L. **Análise da dinâmica de uso da terra no município de Bertiooga/SP.** REVISTA GEONORTE, Edição Especial, V.3, N.4, p. 506-517, 2012.

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

José Arthur Sedrez³³

Resumo: O advento da Constituição Federal de 1988 significou a oitava constituição vigente na relativamente curta história do Brasil enquanto país independente. Cada um destes textos constitucionais trouxe uma abordagem própria para os Direitos Fundamentais: ao mesmo tempo que deixaram marcas características das condições políticas que culminaram em sua promulgação, podemos perceber ao longo dos textos um certo caminhar crescente de ampliação e introdução de novos Direitos Fundamentais, o que associa-se ao amadurecimento do Brasil enquanto Estado Democrático de Direito.

Palavras-Chave

Direito Constitucional; História Constitucional; Direitos Fundamentais.

Introdução

A forma como os Direitos Fundamentais são esculpidos nas Cartas Constitucionais diz muito sobre os valores que este Estado cultua enquanto ideais. Mais do que uma norma dotada de força cogente, a forma como Direitos Fundamentais são escolhidos pelo constituinte acaba por tornar-se um privilegiado documento histórico, permitindo que compreendamos a sociedade e as condições políticas que justificaram cada momento constitucional.

Ao longo deste trabalho vamos analisar os direitos fundamentais apresentados por cada uma das oito cartas constitucionais já vigentes na história brasileira, analisando quais os direitos foram alçados à situação de fundamentais e, sempre que possível, traçando paralelos com o eventual amadurecimento de tais institutos.

1. Constituição de 1824

A Constituição de 1824 precisou lidar com a dicotomia de ser um texto possível de ser adjetivado como “autoritário” e “liberal” ao mesmo tempo. Estamos diante de um texto outorgado por Dom Pedro I, mas fortemente influenciado por ideais de cunho liberal e pelo crescente movimento constitucionalista que se propagava pela Europa: É nítido um certo malabarismo para conciliar o regime monárquico com a lógica liberal, num esforço somente justificado pela crença recorrente de que, sem a monarquia, não seria possível a manutenção de um Estado-Nação independente.³⁴

Este malabarismo também se explicita no momento em que, embebidos dos ideais de Benjamin Constant, faz-se uma nada sutil glosa a um dos pilares do ideário liberal vigente, acrescentando um novo poder à teoria de Montesquieu e acrescentando aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o poder Moderador, a ser exercido pelo imperador a fim de “*velar pela independência, equilíbrio e harmonia dos outros Poderes*”, como preceituava o artigo 98 desta Constituição.

A carta representa mais uma ruptura política, do que uma ruptura social, propriamente dita. Extingue as capitanias e organiza o território em províncias, mantendo a forma unitária de estado, com grande centralização do poder político em

³³ Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas. Aluno do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas. Servidor Público junto ao Ministério Público Federal.

³⁴ GROFF, Paulo Vargas. Constitucionalismo brasileiro: uma breve análise crítica da sua evolução. *Destaque Jurídico: Revista de Estudos Jurídicos*, Porto Alegre, n. 1, 2002.

uma, nos termos de seu artigo 3º, “monarquia hereditária, constitucional e representativa”. Mais do que isso: A pessoa do imperador era Constitucionalmente adjetivada como inviolável, sagrada, não sujeito a responsabilidade alguma. Mas essa ausência de responsabilidades do imperador não tratava-se de exclusividade sua. A Constituição isentava os mandatários do poder Executivo de qualquer necessidade de prestar contas, e previa uma sistemática bastante obscura para responsabilização por “dissipação de bens públicos”.

No artigo 179 – o último da Constituição -, temos esculpido um humilde rol de direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. Mimetizando a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, afirmava que a inviolabilidade dos direitos civis e políticos tinha por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade. Omitiu, no entanto, a parte que aquela referia ao direito natural de resistência à opressão.

Dos trinta e cinco incisos do artigo 179, encontramos garantias como de respeito à legalidade, irretroatividade das leis, igualdade, liberdade de pensamento, inviolabilidade de domicílio, propriedade, sigilo de correspondência, bem como a proibição dos açoites, da tortura, a marca de ferro quente e outras penas cruéis, entre outros direitos e garantias. De forma bastante incipiente – mas ainda assim, bastante vanguardista para aquele momento -, vemos também consagrados alguns direitos sociais, como o direito aos socorros públicos e o direito à instrução primária gratuita a todos os cidadãos. A Constituição de 1824 é silente ao resguardar remédios constitucionais. É importante, no entanto, consignar que o habeas corpus já era assegurado no direito brasileiro desde 1821 – embora com a denominação de “ação de desconstrangimento” -, tendo a lei de sua instituição sido recepcionada.

Os direitos políticos eram variáveis conforme a renda e a condição social. Havia a determinação de patrimônio mínimo para votar e para poder candidatar-se. O sistema eleitoral proibia o voto dos analfabetos (que, a época, representavam mais de 80% da população)³⁵ e das mulheres. Estima-se que 1% da população participasse do processo eleitoral à época.³⁶

Não há como se falar em direitos fundamentais no período sem que se chame atenção à maior chaga social percebida e legitimada pela ordem jurídica vigente: No que pese todo discurso liberal que inspirou a Carta de 1824, ela deu legitimidade jurídica ao sistema escravocrata por mais de seis décadas, quando, em 1888, veio finalmente a abolir qualquer forma de escravidão.

2. Constituição de 1891

A Constituição de 1891 representa a ruptura institucional causada com a Proclamação da República em 1889, formalizada pelo Decreto nº. 1 de 15 de Novembro de 1889. Novamente enxergamos um texto fortemente marcado por suas contradições, travestindo um estado oligárquico da roupagem dos ideais norte-americanos de república federalista. Embora estejamos diante de uma produção mais profícua de direitos fundamentais, há muitos questionamentos acerca da eficácia dos mesmos. De forte inspiração no modelo norte-americano, temos agora uma nova

35 Em 1881 temos o advento da chamada “Lei Saraiva”, que acabou admitindo o voto dos analfabetos. Este direito durou pouco, no entanto, sendo novamente restrito com o advento da Constituição de 1891. Os analfabetos somente foram obter o direito ao voto por meio da Emenda Constitucional nº. 25 de 1985, que alterava a Constituição de 1969 e tornava o voto facultativo. Esta posição foi adotada na Constituição de 1988 e assim o é até os dias atuais.

36 FURTADO, Celso. Obstáculos políticos al crecimiento económico del Brasil. In: OBSTACULOS para la transformación de América latina. Mexico: Fondo de cultura económica, 1969

formatação de estado – seja pela supressão do poder moderador, formatando finalmente um modelo coerente à lógica liberal de tripartição de poderes -, mas pela consagração da Federação e da República como elementos centrais do Estado brasileiro.

Neste primeiro momento republicano, a forma federal de estado acabou por significar o fortalecimento das oligarquias rurais, que aproveitaram do novo momento constitucional para espalhar sua esfera de influência do poder local ao central, garantindo maior autonomia para províncias. Se a lógica do poder fora totalmente remodelada, o mesmo não pode se dizer em relação às elites políticas que, em larga medida, mantiveram – ou até mesmo ampliaram – sua influência e poder político nesta transição para a república.³⁷

Nesta nova sistemática política, o Presidente da República – chefe do Poder Executivo -, acumulava as funções de chefia de Estado e governo, devendo ser eleitos em eleições periódicas e diretas a cada quatro anos. O Legislativo, a seu turno, manteve sua composição bicameral, com três senadores eleitos por unidade federativa para mandatos de nove anos, e deputados proporcionais à população de cada estado para mandatos de três anos.

O Judiciário, talvez, tenha sido o Poder mais profundamente modificado por esta nova ordem: O novo Supremo Tribunal Federal substituiu o Supremo Tribunal de Justiça do Império, além de organizar a justiça em judiciário federal e estadual. Aqui surge também as garantias de vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos aos magistrados, que, diferentemente do vivenciado durante o período monárquico, não poderiam mais ser suspensos de suas atividades.

Encontramos no título IV uma seção reservada à declaração de direitos aos cidadãos. Seu rol de direitos, especialmente esculpido no artigo 72, não diferia em muito daqueles já apresentados na Constituição anterior. Muitas das novidades consistem justamente nas consequências da secularização do Estado brasileiro, na medida em que, diferentemente da Constituição de 1824, esta nova carta não previa a instituição de religião oficial alguma ao Estado. Acresce-se, assim, direitos como a liberdade de culto; do direito ao casamento civil e gratuito; de cemitérios seculares; do ensino leigo nos estabelecimentos públicos. Acresce-se, no entanto, direitos que representam debates ideológicos conflagrados no território nacional e representativos do modelo estadunidense, como os direitos de reunião e associação; ampla defesa; perda da propriedade em decorrência de desapropriação por necessidade e utilidade pública, mediante indenização prévia; abolição das penas de galés e do banimento judicial; abolição da pena de morte, reservadas as disposições da legislação militar em tempo de guerra; propriedade intelectual e de marcas e instituição do júri.

Temos, pela primeira vez, a constitucionalização da garantia ao Habeas Corpus, numa redação bastante peculiar e causadora de amplos debates por parte de doutrinadores e tribunais. Lê-se no artigo 72, § 22: “*Dar-se-á habeas corpus sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em eminente perigo de sofrer violência, ou coação, por ilegalidade, ou abuso de poder*”. Perceba-se que a redação dada foge ao escopo tradicionalmente previsto ao Habeas Corpus, de instrumento destinado à garantia da liberdade de locomoção (como regulamentado pelo Código de Processo Criminal de 1832, recepcionado pela Constituição de 1891), ampliando o rol de suas atribuições a qualquer perigo de violência ou coação. Este debate fora somente completamente sanado quando da revisão constitucional em 1926, que explicitou a utilização do Habeas Corpus quando diante de violação ao direito de locomoção.³⁸

37 FAORO, Raymonde. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1977.

38 Um exemplo das peculiaridades do federalismo da época é que o Habeas Corpus quase não existia, na prática, no Rio Grande do Sul, em função da existência de governos

Tímida em promover avanços sociais (talvez a única inovação em termos de direitos sociais seja ter regulamentado – embora de forma bastante prolixa – o direito de aposentadoria de servidores públicos), ainda assim verificamos uma frondosa produção de leis infraconstitucionais de caráter social, fruto da expansão dos ideários das nações vitoriosas da Primeira Guerra Mundial. Pode-se citar o advento, em 1919, da primeira Lei de Acidentes do Trabalho; em 1924, da Lei Eloy Chaves, que fora precursora ao criar o primeiro Instituto de Aposentadorias e, posteriormente, a primeira Lei de Férias para os trabalhadores, em 1926.

Diferentemente da constituição anterior, não há mais a exigência de renda para ser eleitor. Passa-se a vedar somente o voto dos mendigos, analfabetos e praças. Embora tenha se instituído um sistema de voto direto e periódico, o período é fortemente caracterizado pelo voto de cabresto, com prevalência de coronéis na indução de votos dentro da população de sua esfera de influência política.³⁹

3. Constituição de 1934

Em 11 de Novembro de 1930 temos a edição do Decreto nº. 19.398: Ápice da Revolução de 1930, que significou o estressamento máximo daquela República Oligárquica então vigente. Assinado por Getúlio Vargas, temos a concessão de amplos poderes ao governo provisório, inclusive poderes legislativos, supressão de parlamentos e indicação de governadores, até que se promulgasse numa nova carta Constitucional, o que veio a ocorrer quatro anos depois.

A Constituição de 1934, tida por muitos como marco inaugural de um Estado Populista, é consagrada como moderna para seu tempo, com forte inspiração nas vanguardistas constituições sociais como a de Weimar. Pela primeira vez temos uma consagração deflagrada e clara de direitos sociais em uma Constituição.

As principais marcas da Constituição de 1891 foram mantidos: O Brasil continuaria Republicano, presidencialista e federalista (embora, a bem dos fatos, tenha havido uma expressiva inflação das competências da União neste novo pacto federativo). Uma marca expressiva da intenção dos constituintes fora a de limitação ao poder do Presidente da República, de tal forma que consignaram a exigência de ratificação por parte do Legislativo de decisões consideradas sensíveis, como a decretação de estado de sítio e da intervenção federal nos estados (e esta lógica acaba perdurando até os dias atuais).

Apesar do valioso conteúdo social trazido pela Constituição, ela teve curta longevidade, e com o advento da “intentona comunista” de 1935 vemos a declaração de estado de sítio por Vargas, que acabou por culminar no golpe de estado em 1937.

Dentre os novos direitos individuais acrescidos pela Constituição de 1934, vemos a garantia ao direito adquirido, ato jurídico perfeito e a coisa julgada; explicitou o princípio da igualdade; permitiu a aquisição de personalidade jurídica, pelas associações religiosas, e introduziu a assistência religiosa facultativa nos estabelecimentos oficiais; instituiu a obrigatoriedade de comunicação imediata de

alicerçados nas ideias do positivismo inspirado em Augusto Comte, e que pregava uma ditadura científica. Durante o governo de Júlio de Castilhos, este promoveu processos contra juizes que ousaram conceder Habeas Corpus. (BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. História constitucional do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1991.)

³⁹ Embora constasse na Constituição uma declaração de direitos e garantias, não havia muita aplicação prática, pois a sociedade civil era fragilmente organizada. Além disso, a descentralização vinda com a Constituição de 1891, passando a magistratura ao domínio dos Estados e deixando o poder para as oligarquias, representou uma regressão do sistema de garantias das liberdades individuais que o Império havia começado a organizar. (TORRES, João Camillo de Oliveira. Estratificação social no Brasil. São Paulo: Difusão européia do livro, 1965.)

qualquer prisão; instituiu o mandado de segurança; vedou a pena de caráter perpétuo; proibiu a prisão por dívidas, multas ou custas; impediu a extradição de estrangeiros por crime político ou de opinião, e, em qualquer caso, a de brasileiros; criou a assistência judiciária para os necessitados; determinou às autoridades a expedição de certidões requeridas para defesa de direitos individuais ou para esclarecimento dos cidadãos a respeito dos negócios públicos; isentou de imposto o escritor, o jornalista e o professor; e atribuiu a todo cidadão legitimidade para pleitear a declaração de nulidade ou anulação de atos lesivos do patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios.

Grande inovação é o advento do Mandado de Segurança, destinado à proteção de direito “certo e incontestável, ameaçado ou violado por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade”. Este remédio surge justamente para responder às dúvidas doutrinárias sobre o papel do Habeas Corpus, deixando-o reservado à garantia de liberdade de locomoção e, ao novo Mandado de Segurança, a incumbência de proteger direitos líquidos e certos não amparados por Habeas Corpus.

Ainda, temos o advento da Ação Popular, o primeiro instrumento adequado à defesa da cidadania, anulando eventuais atos lesivos, bem como a limitação ao direito de propriedade, criando o gérmen da função social.

Além de expandir o rol de direitos fundamentais individuais, temos um título dedicado à introdução de direitos sociais nesta nova ordem constitucional. Enxergamos a proteção de direitos como a proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; salário mínimo capaz de satisfazer às necessidades normais do trabalhador; limitação do trabalho a oito horas diárias, só prorrogáveis nos casos previstos em lei; proibição de trabalho a menores de 14 anos, de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres a menores de 18 anos e a mulheres; repouso semanal, de preferência aos domingos; férias anuais remuneradas; indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa; assistência médica sanitária ao trabalhador; assistência médica à gestante, assegurada a ela descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego; instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte; regulamentação do exercício de todas as profissões; reconhecimento das convenções coletivas de trabalho; e obrigatoriedade de ministrarem as empresas, localizadas fora dos centros escolares, ensino primário gratuito, desde que nelas trabalhassem mais de 50 pessoas, havendo, pelo menos, 10 analfabetos. Ainda: Nesta mesma toada vemos a instituição da Justiça do Trabalho, embora num formato bastante embrionário e ainda vinculado ao Poder Executivo.

Embora o texto de 1934 previsse eleições diretas, universais e periódicas, isso não passou de mera retórica, na medida em que o primeiro presidente (bem como diversos outros cargos) fora eleito pela própria Assembleia Nacional Constituinte, e logo após há a supressão desta previsão diante do golpe de 1935. Notícia relevante é a constitucionalização do sufrágio feminino, assegurado em igualdade com o masculino, bem como a criação da Justiça Eleitoral incorporada ao Poder Judiciário.

Importante progresso desta carta é também a previsão, em seu artigo 43, de crimes de responsabilidade por parte do Presidente da República, especialmente diante de atos que atentassem contra “o gozo ou exercício legal dos direitos políticos, sociais ou individuais”.

4. Constituição de 1937

Em 1937 vemos o advento do chamado “Estado Novo”, fruto de um golpe promovido por Getúlio Vargas e militares, que, se justificavam apontando um plano de tomada do poder pelos comunistas, o chamado “plano Cohen”, que acabou por se mostrar fictício nas décadas seguintes. Este novo regime tentou angariar alguma legitimidade, apresentando uma nova carta constitucional, no entanto, diante dessa conjuntura ditatorial, os direitos fundamentais ficam sem qualquer garantia.

Como natural das constituições autoritárias, a carta de 1937 concedeu amplos poderes ao mandatário, colocando o Presidente da República como suprema autoridade estatal. Ademais, o texto restringe prerrogativas do Congresso e limita a autonomia do Poder Judiciário, centralizando temas até então de atribuição dos Estados-membros. Ilustra-se o caráter autoritário desta carta ao percebermos que dela decorre a dissolução da Câmara e Senado Federal, bem como das Assembleias Estaduais, tendo reestabelecido a pena de morte e dissolvido os partidos políticos existentes. Decorre do texto de 1937 a supressão das liberdades de imprensa.

A Constituição de 1937 fora inspirada na constituição polonesa de 1935, razão pela qual ficou conhecida como a “polaca”. Historiadores apontam um nítido viés fascista no texto, haja vista inspiração nos regimes italiano e alemão. Uma dicotomia entre a realidade polonesa e brasileira fora justamente a forma como o modelo federalista fora transposto a nossa realidade: Enquanto que no diminuto território polonês se justificava a manutenção de um poder central, um país com dimensões continentais como o Brasil apresentou resistência administrativa a por tais posições em prática. Desta situação decorre o célebre ato solene de queima das bandeiras dos Estados, simbolizando a dominação do poder central e a unidade nacional.⁴⁰

Não são poucos que chamam a constituição de 1937 de uma grande fraude política, não passando de um subterfúgio do grupo golpista para justificar juridicamente o poder tomado. No entanto, há graves críticas jurídicas acerca de sua vigência, na medida em que consigna em seu artigo 187 que a Constituição entraria em vigor e vigoraria até a realização de plebiscito nacional – o que nunca ocorreu. Não por acaso. O artigo 175 autorizava a prorrogação do mandato do Presidente da República enquanto tal plebiscito não fosse realizado.⁴¹

O Judiciário, a seu turno, embora fosse formalmente independente, sofria profunda influência do Executivo, na medida em que a Constituição permitia ao Presidente da República aposentar compulsoriamente qualquer agente, além de ter extinto todas as garantias então previstas aos magistrados. Há, neste momento, o advento do chamado Tribunal de Segurança Nacional, uma corte de exceção, destinada a processar e julgar chamados crimes contra o Estado. A Justiça Eleitoral foi extinta, a mesmo exemplo da Justiça Federal, que perdera seu sentido com a nova formatação orgânica do Estado brasileiro.

Regimes ditatoriais são incompatíveis com direitos fundamentais: Não há qualquer interesse do governante limitar seu próprio poder, na medida que vislumbra exercê-lo irrestritamente. É nítido, portanto, o retrocesso vivido quando de sua vigência. Enxergamos, por exemplo, a desconstitucionalização do Mandado de Segurança criado na Constituição anterior, passando a ser regulamentado em legislações infraconstitucionais e vedando sua aplicação contra atos do Presidente da República, Ministros, Governadores e Interventores. O Habeas Corpus, a seu turno, embora fosse previsto pela Constituição, não poderia ser aplicado enquanto perdurasse o “estado de emergência” previsto no artigo 186. Este “estado de emergência” perdurou durante toda a vigência da carta de 1937.

40 CARONE, Edgard. O estado novo (1937-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1976.

41 BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da constituição brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

Os direitos fundamentais individuais são bastante relativizados: Há a instituição de censura prévia e da pena de morte, cujo rol de hipóteses abrangia tanto a atuação em grupos tidos como revolucionários, como para homicídios considerados fúteis ou perversos. No entanto, a carta não furtou-se a apresentar um extenso rol de direitos (embora sua eficácia seja questionável), tendo inovado ao redigir a impossibilidade de penas perpétuas.

Este regime populista não furtou-se em suprimir direitos fundamentais de qualquer pessoa tida como adversária do governo, todavia, promoveu diversas ações de caráter social que garantiam sua popularidade entre a população mais desassistida, como o advento da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), principal marco social do período.

5. Constituição de 1946

O estressamento do modelo político representado pelo Estado Novo acabou abrindo espaço para um período de redemocratização. A Constituição de 1946, assim, é uma tentativa de implantação de uma democracia – ou, o quanto isso fosse possível neste período de pós-guerras, num período fortemente marcado pelas instabilidades da Guerra Fria. Em muitos aspectos, têm-se o resgate de valores esculpidos na constituição de 1934, inclusive em relação aos direitos fundamentais.

A Constituição de 1946 é frequentemente adjetivada como “retrógrada”. Isto pois não foi fruto de algum projeto de país, mas de um resgate a valores e temas que haviam sido suprimidos durante o Estado Novo. Ademais, a maior parte de seus constituintes (alguns apontam índices acima de 90% de sua composição) eram de índole conservadora, com fortes vínculos às elites agrárias e patrimonialistas.

Embora tenha-se resgatado o modelo federalista, este ainda desenvolveu-se de forma bastante tímida, com grande centralização na União, que centralizou a organização financeira e manteve profunda dependência dos Estados para consigo. Os Municípios, no entanto, tiveram um tratamento especial pelo constituinte, tendo sua autonomia resgatada.

O Senado volta a ter o papel previsto na Constituição de 1891, de casa de representação das Unidades Federativas, e no Poder Judiciário vemos um grande redesenho de sua estrutura: Reestabelece-se os tribunais eleitorais e inclui-se a justiça trabalhista sob o manto do Judiciário.

Neste contexto de redemocratização do país, vemos uma formatação aglutinadora de diversos direitos fundamentais constantes em cartas anteriores, especialmente na de 1934: Temos a consagração da total liberdade de pensamento, restringindo a censura apenas a espetáculos e diversões públicas. Ademais, vemos o advento do princípio da ubiquidade da Justiça, isto é, o chamado princípio de inafastabilidade de jurisdição. Ademais, tem-se a abolição da prisão perpétua e a pena de morte volta a ser permitida somente em casos de guerra declarada.⁴²

Em termos de garantias penais, a evolução é nítida: É estabelecida a soberania dos veredictos do júri, bem como o princípio da individualização da pena. Voltam à seara constitucional o Habeas Corpus, o Mandado de Segurança e a Ação Popular.

Vemos, também, o advento de diversos novos direitos sociais: A Constituição de 1946 prevê um “salário mínimo capaz de satisfazer conforme as condições de cada região”; a proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa; repouso semanal remunerado; proibição de

42 HERKENHOFF, João Baptista. Curso de direitos humanos: gênese dos direitos humanos. São Paulo: Acadêmica, 1994. 1 v

trabalho noturno a menores de 18 anos; fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos do comércio e da indústria; assistência aos desempregados; previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte; obrigatoriedade da instituição, pelo empregador, do seguro contra acidentes do trabalho; direito de greve (art. 158); e liberdade de associação profissional e sindical (art. 159).

Os direitos culturais foram ampliados, sendo garantida a gratuidade do ensino oficial ulterior ao primário para os que provassem insuficiência de recursos; obrigatoriedade de manterem as empresas, em que trabalhassem mais de 100 pessoas, ensino primário para os servidores e respectivos filhos; obrigatoriedade de ministrarem as empresas, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores; instituição de assistência educacional, em favor dos alunos necessitados, para lhes assegurar condições de eficiência escolar. Ademais, a Constituição de 1946 consolidou o sufrágio universal, o voto direto e secreto, o sistema eleitoral proporcional, um regime de partidos nacionais e a Justiça Eleitoral. Os partidos políticos obtiveram liberdade de organização, e, pela primeira vez no Brasil, tiveram caráter nacional. Foi também a primeira vez que surgiu no Brasil o pluripartidarismo, podendo ser contabilizado em 1964, às vésperas do golpe militar, um total de 14 partidos políticos.⁴³

6. Constituição de 1967

Sob pretexto de grave ameaça de um golpe comunista às instituições, militares promoveram um golpe de Estado em 1964. Não pode-se falar nem em República, nem em Federação durante o período, mas em um mero Estado Federado formal. O próprio regime de liberdades constitucionais acabou se mostrando muito mais um discurso, do que uma realidade aos cidadãos.

Tão logo realizado o golpe de 1964, houve o advento de diversos “Atos Institucionais” (AI), que rapidamente tomaram o protagonismo da mímese de ordenamento jurídico, bem ilustrado pelo artigo 10 do Ato Institucional nº. 5: “*no interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os chefes da revolução, que estabelecem o presente ato [...]*”. O primeiro desses atos, o Ato Institucional nº. 1, de 9 de Abril de 1964, manteve provisoriamente a Constituição de 1946, realizando algumas modificações essenciais em sua sistemática: as eleições para Presidente passariam a ocorrer pela via indireta; houve suspensão das garantias de postos vitalícios e de estabilidade; a possibilidade de demissão, licenciamento ou aposentadoria dos funcionários federais, estaduais e municipais; a possibilidade de suspensão dos direitos políticos durante dez anos e a revogação dos mandatos parlamentares federais, estaduais e municipais.⁴⁴

Fora somente com a edição do ato Institucional nº. 2, em 27 de outubro de 1965, que efetivamente se rompe a ordem firmada pela Constituição de 1946: Além de institucionalizar as disposições do AI-1, também extinguiu os partidos políticos vigentes, mantendo apenas dois em seus lugares (ARENA e MDB). Herkenhoff afirma

43 LIMA SOBRINHO, Barbosa. O direito eleitoral e a constituição de 1946. In: BALEEIRO, Aliomar; LIMA SOBRINHO, Barbosa. Constituições brasileiras: 1946. Brasília: Senado Federal, 2001.

44 Sobre esta possibilidade, o ato concedeu poderes extraordinários aos editores do Ato e ao próximo Presidente da República para, até 60 dias depois da posse, cassar mandatos eletivos populares e suspender direitos políticos.

que os Atos n. 1 e 2 não se compatibilizam com as franquias presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, pelas seguintes razões:

a) os punidos, a muitos dos quais se imputaram atos delituosos, não tiveram o direito de defesa previsto no art. 11 da Declaração; b) o direito de receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos eventualmente violadores dos direitos reconhecidos pela Constituição e pela lei – previsto no art. 8º da Declaração – também foi desrespeitado pelo artigo que revogou o princípio da ubiqüidade da Justiça e excluiu de apreciação judiciária as punições da Revolução; c) o tribunal independente e imparcial, a que todo homem tem direito, não o é aquele em que o próprio juiz está sujeito a punições discricionárias. Assim, a total supressão das garantias da magistratura viola o art. 10; d) a exclusão discricionária do grêmio político (suspensão de direitos de cidadão) contraria o art. 21, que confere a todo homem o direito de participar do governo de seu país. (HERKENHOFF, 1994, p. 81)⁴⁵

Fora somente com o AI-4, em dezembro de 1966, que temos a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte no ano seguinte, estratégia esta planejada pelo Marechal Castello Branco para que o novo regime obtivesse maior legitimidade perante seus críticos e a população em geral.

A Constituição de 1967 trocou o nome da Constituição e do Estado brasileiro. As Constituições anteriores portavam o título de “Constituição dos Estados Unidos do Brasil”; a nova Constituição passou a se chamar “Constituição do Brasil”. Naturalmente, os direitos fundamentais foram suprimidos ou ao menos profundamente relativizados. Em termos formais, temos um capítulo sobre direitos e garantias individuais (artigo 153) e um artigo (165) com um rol de direitos sociais dos trabalhadores.

Em termos de acesso a justiça, a Constituição implanta uma sistemática que confere, em última instância, o poder do governante controlar as demandas que são levadas ao Poder Judiciário, exigindo que a judicialização de demandas somente pudesse ocorrer após o exaurimento de vias administrativas, nem sempre tão fáceis de delinear e nada reguladas pela constituição ou por qualquer outra normativa. Ademais, temos a restrição da liberdade de publicação de livros e periódicos, ao afirmar que não seriam tolerados os que fossem considerados como de propaganda de subversão da ordem, bem como as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes; foi restringido o direito de reunião, facultando à Polícia o poder de designar o local para ela; criou-se a pena de suspensão dos direitos políticos, declarada pelo STF, para aquele que abusasse dos direitos políticos ou dos direitos de manifestação do pensamento, exercício do trabalho ou profissão, reunião e associação, para atentar contra a ordem democrática ou praticar a corrupção (artigo 151); e foram mantidas todas as sanções, punições e exílios decretados sob a égide dos Atos Institucionais – e que perdurariam até 1979, quando da promulgação de Anistia geral.

Em matéria de direitos sociais, a nova carta apresenta a redução para 12 anos da idade mínima de permissão de trabalho; a supressão da estabilidade, como garantia constitucional, e o estabelecimento do regime de fundo de garantia, como alternativa; as restrições ao direito de greve; e a supressão da proibição de diferença de salários, por motivo de idade e nacionalidade, a que se referia a Constituição anterior.

7. Constituição de 1969

45 HERKENHOFF, João Baptista. Curso de direitos humanos: gênese dos direitos humanos. São Paulo: Acadêmica, 1994. 1 v.

O Regime Militar protagonizou uma escalada de violência a partir de 1968, sob a justificativa de perseguição a grupos insurgentes da ordem nacional. Esta elevação de tom também deixou marcas jurídicas, com a edição do Ato Institucional nº. 5. Embora haja dificuldade teórica em percebermos normas constitucionais em regimes autoritários, a doutrina convencionou entender o AI-5 como uma norma superior, alterando os alicerces do Estado, representando efetivamente em um novo ordenamento jurídico.

Embora o AI-5 tenha mantido formalmente a Constituição de 1967, são perceptíveis mudanças que indicam o advento de uma nova ordem constitucional. Diversos doutrinadores podem ser citados para ilustrar a situação: Bonavides (1985, p. 87) afirma que o processo de centralização parecia ter chegado ao seu limite no Estado Novo: “no entanto uma repetição mais violenta ocorreu mais tarde, durante os dez anos em que durou o AI-5. Nunca tínhamos estado tão perto de institucionalizar o Leviatã de Hobbes, que nestes anos de incerteza e perplexidade”.⁴⁶

Além de restaurar os atos institucionais anteriores, o AI-5 repetiu todos os poderes discricionários conferidos ao Presidente pelo AI-2: Limitava o Habeas Corpus, concedeu arbítrio ao Presidente para instituir estado de sítio, estabeleceu o confisco de bens sem direito de defesa. Herkenhoff (1994, p. 84) lembra que: “Com a supressão do habeas corpus, com a suspensão das garantias da magistratura e com a cassação da liberdade de imprensa, a tortura e os assassinatos políticos foram largamente praticados no país, sob o regime do Ato Institucional n. 5”.⁴⁷

O cenário só arrefece a partir de 1979, quando convencionou-se uma ampla Anistia política. A partir daí é questão de tempo até que o Regime Militar não consiga sustentar mais esta forma de governo, até que em 1985 enxergamos o fim deste período ditatorial.

8. Constituição de 1988

De 1978 a 1985, o Brasil vive um período caracterizado pela “abertura democrática”: Vivenciamos a volta do multipartidarismo em 1978, e as eleições diretas para governadores, em 1982. Advém um forte clamor popular pelo voto direto nas eleições presidenciais a partir de 1984, culminando no movimento “Diretas Já!” que, embora não tenha obtido êxito em seu intento – afinal, a emenda Dante de Oliveira, que estabeleceria o voto direto fora derrotada no Congresso Nacional -, mostrou-se essencial para a derrocada do antigo regime e para a redemocratização do país.

A oposição organizada, mesmo através do voto indireto, conseguiu eleger um civil à presidência – Tancredo Neves, que, no entanto, acabaria por falecer antes de sua posse. Isso não impediu que seu vice, José Sarney assumisse e convocasse uma nova Assembleia Nacional Constituinte.

Muito traumatizada pelo período ditatorial que a antecedeu, o Constituinte de 1988 quis criar uma Carta amplamente democrática, batizada pelo Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, de “Constituição Cidadã”. Já em seu artigo primeiro deixa clara sua vocação, trazendo conteúdo inédito a todas as cartas até então vigentes no país, e afirmando o Estado brasileiro ser um “Estado Democrático de Direito”.

A Carta de 1988 é bastante organizada e sistematiza seus direitos fundamentais de forma eficiente. O Título primeiro é destinado aos princípios

46 BONAVIDES, Paulo. Política e constituição: os caminhos da democracia. Rio de Janeiro: Forense, 1985

47 HERKENHOFF, João Baptista. Curso de direitos humanos: gênese dos direitos humanos. São Paulo: Acadêmica, 1994. 1 v.

fundamentais do Estado brasileiro, e seu Título segundo, às garantias e direitos fundamentais. Os quatro primeiros artigos da Constituição Brasileira de 1988 são entendidos como dos mais democráticos e avançados do mundo, na medida em que estabelece objetivos claros à nação, elenca seus fundamentos, consigna em posição privilegiada a separação de Poderes, e ainda organiza principiologicamente a atuação internacional. A estrutura do Estado, no entanto, segue a mesma lógica já presente na Constituição de 1891: Forma de Estado federativa, forma de governo Republicana, sistema de governo presidencialista e separação dos três Poderes de forma independente e harmônica.

O Judiciário, a seu turno, passa por consideráveis modernizações: Cria-se o Superior Tribunal de Justiça, para atuar como instância superior no julgamento de normas infraconstitucionais federais, além de substituir o Tribunal Federal de Recursos por cinco Tribunais Regionais Federais, com sede nas diversas regiões do país. Ademais, cria-se os Juizados Especiais, destinados à conciliação, julgamento e execução de causas de menor complexidade, considerado uma importante evolução em termos de acesso à justiça e na concretização do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva.

O coração da Carta de 1988, no entanto, é nitidamente os direitos fundamentais que esculpe. A própria localização topográfica – no início do texto constitucional – já demonstra a vontade do Constituinte em garantir-lhe a centralidade do documento. A Constituição contempla as três gerações ou dimensões de direitos apontadas pela doutrina moderna: direitos de liberdade (1ª geração), igualdade (2ª geração) e fraternidade (3ª geração). Essa classificação realizada pela doutrina baseia-se na ordem cronológica em que esses direitos foram recepcionados em nível constitucional, e são cumulativos.

Há uma considerável expansão de direitos individuais nesta Constituição: Somente o artigo 5º, coração dos direitos fundamentais individuais, apresenta 78 incisos e 4 parágrafos, contabilizando 82 dispositivos. Comparando com a Constituição de 1969, esta possuía simplesmente 36 parágrafos. Ademais, os direitos individuais foram alçados ao status de cláusulas pétreas (art. 60, §4º), impedindo que sejam suprimidos, sendo a primeira vez que uma Constituição brasileira coloca algum direito fundamental como cláusula pétrea.

É também é significativo no que se refere ao avanço dos direitos fundamentais na Constituição de 1988 que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais sejam dotadas de aplicabilidade imediata, vinculando primeiramente os órgãos estatais, no que a doutrina denomina de eficácia vertical dos direitos fundamentais, e também os particulares, constituindo a denominada eficácia horizontal dos direitos fundamentais.⁴⁸

Outra mudança significativa é a realocação dos Direitos Sociais, que passaram a ser tratados no Título II, referente aos direitos fundamentais, e não mais na Ordem Econômica sob o Título “Ordem Econômica e Social” das Constituições anteriores, desde a Constituição de 1934. Seu cerne é o 6º artigo da Constituição, que anuncia um rol de direitos sociais, suplementados pelos artigos subsequentes que explicitam os direitos consagrados ao trabalhador (artigos 7º a 11). Somente o artigo 7º já apresenta 34 incisos, contra 20 apresentados na Constituição de 1969.

Os direitos de terceira geração são os direitos de solidariedade ou de fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, a uma saudável qualidade de vida, ao progresso, à paz, à autodeterminação dos povos e a outros direitos difusos. Embora a Constituição de 1988 não tenha sistematizado tais direitos,

48 SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

podemos encontrá-los ao longo da Constituição. O direito ao meio ambiente, no art. 225; o direito a informação prestada pelos órgãos públicos, no art. 5º, XXXIII; o direito a autodeterminação dos povos e a paz, no art. 4º, que trata das relações internacionais; os direitos dos consumidores, no art. 5º, XXXII. Ademais, ao elencar no artigo 129 as atribuições do Ministério Público, se constitucionaliza instrumentos valiosos à proteção de direitos transindividuais, como o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública.

A Constituição consagrou a progressão que ocorreu ao longo da história constitucional brasileira quanto a instituição de remédios constitucionais: O artigo quinto trata do Habeas Corpus, do Mandado de Segurança, da Ação Popular, mas também de remédios administrativos como o direito de certidão e o direito de petição, e inova ao constitucionalizar remédios judiciais o Habeas Data, o Mandado de Injunção e o Mandado de Segurança Coletivo, além da já mencionada Ação Civil Pública que, pela primeira vez, é tratada em nível constitucional.

9. Considerações finais

É possível traçar uma nítida relação entre o regime político e os direitos fundamentais. Ao longo da história constitucional brasileira, vivenciamos períodos de abertura democrática, e outros de clausura autocrática e totalitária: Durante os períodos ditatoriais, os direitos encontravam-se declarados nas Constituições, mas outros dispositivos da própria Constituição, ou até mesmo a prática pelas instituições, acabavam por afastar a aplicabilidade desses direitos. Por outro lado, durante períodos democráticos, existiam previsões de direitos, e as demais normas constitucionais estatuíam um Estado limitado, o que oferecia condições para uma prática que respeitasse os direitos fundamentais. Desse modo, no que pese as declarações de direitos nas diversas Constituições brasileiras – sejam elas democráticas ou não-, percebe-se constantes violações aos direitos fundamentais, que em alguns casos perduram até os dias de hoje, apesar de termos uma das mais modernas e celebradas declarações de direitos na Constituição atual.

O estudo da evolução dos direitos fundamentais na história constitucional brasileira permite constatar a progressão dos direitos no Brasil, em todos os níveis: A Constituição de 1988 é aquela que, de forma mais clara e indiscutível, coloca os direitos fundamentais no seu centro e representa a consolidação de todos os direitos conquistados. A posição privilegiada dos direitos fundamentais na Constituição de 1988 decorre tanto em função de uma ampliação do rol dos direitos como também pelo fortalecimento de instituições destinadas a lhes proteger, resultando em maior proteção, aplicação e eficácia desses direitos. É importante compreender essas conquistas e buscar meios que possam dar plena efetividade aos direitos e garantias, pois a simples declaração de direitos não nos torna pessoas detentoras de dignidade e não transforma a nossa sociedade em justa, livre e solidária

Referências

BALEEIRO, Aliomar. A constituinte e a constituição federal de 1946. In: _____ ; LIMA SOBRINHO, Barbosa. Constituições brasileiras: 1946. Brasília: Senado Federal, 2001a.

_____. Constituições brasileiras: 1891. Brasília: Senado Federal, 2001b.

BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da constituição brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

BONAVIDES, Paulo. Política e constituição: os caminhos da democracia. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

- BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. História constitucional do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- CARONE, Edgard. O estado novo (1937-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- CAVALCANTI, Themístocles Brandão. Introdução à análise da constituição de 1967: o esquema político da Constituição. In: _____ ; BRITO, Luiz Navarro; BALEEIRO, Aliomar. Constituições brasileiras: 1967. Brasília: Senado Federal, 2001.
- COSTA, Emilia Viotti da. O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania. São Paulo: Ijupe, 2001.
- FAORO, Raymonde. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1977
- FURTADO, Celso. Obstáculos políticos al crecimiento económico del Brasil. In: OBSTACULOS para la transformación de América latina. Mexico: Fondo de cultura económica, 1969.
- GROFF, Paulo Vargas. Constitucionalismo brasileiro: uma breve análise crítica da sua evolução. Destaque Jurídico: Revista de Estudos Jurídicos, Porto Alegre, n. 1, 2002.
- HERKENHOFF, João Baptista. Curso de direitos humanos: gênese dos direitos humanos. São Paulo: Acadêmica, 1994. 1 v.
- MIRANDA, Pontes de. História e prática do habeas corpus. Campinas: Bookseller, 1999. 1 t.
- POLETTI, Ronaldo. Constituições brasileiras: 1934. Brasília: Senado Federal, 2001.
- PORTO, Walter Costa. Constituições brasileiras: 1937. Brasília: Senado Federal, 2001.
- SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- VIEIRA, José Ribas. O autoritarismo e a ordem constitucional no Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

DA PENA À RUA: REDES DE INFORMAÇÃO NO BRASIL NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA OBRA DE CIPRIANO BARATA (1823 – 1831)

Luiz Carlos Ferraz Manini⁴⁹

RESUMO: o presente trabalho busca compreender, a partir da obra do jornalista Cipriano Barata, como a imprensa se desenvolveu no Brasil nos primeiros momentos de sua história no país. Surgidos a partir da vinda da família real portuguesa, os jornais tiveram papel fundamental na vida política do país naquele momento, embora se tratasse de uma sociedade majoritariamente analfabeta. Compreender o papel que a imprensa desenvolve neste tipo de cenário requer o entendimento de que as informações circulavam por diversos meios entre a população, e que os jornais se inseriram neste circuito de trocas culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa, Brasil, Redes de Comunicação, Cipriano Barata

Introdução

Ao se aproximarem os duzentos anos da emancipação política do Brasil, diversos estudos começam a vir a público, com o objetivo de retomar discussões e aspectos deste processo, com a necessária distância que o tempo pode proporcionar. Um dos elementos que inegavelmente teve peso em meio à emancipação brasileira foi a imprensa, que vivia então seus primeiros momentos de liberdade no país. Pode-se mesmo dizer que eram os seus primeiros anos, pois desde sua criação oficial, em 1808, até a libertação do domínio português, haviam se passado apenas 14 anos.

Analisar seu papel em meio ao fenômeno da independência já foi o escopo de diversos trabalhos, sejam monográficos, sejam de perspectiva panorâmica, e isso não constitui necessariamente uma novidade. Entretanto, ao se focalizar sua importância, deve-se compreender que a palavra impressa não agia isoladamente, mas se inseria em meio a uma profunda rede de circulação de informações, responsáveis por um alcance mais amplo do que simplesmente a leitura de um jornal. Para estabelecermos esta compreensão, fazemos aqui uma retomada da origem da imprensa, como ela se manifestou por meio do trabalho de Cipriano Barata e como, por fim, se imiscuiu na complexa teia de circulação de informações.

A origem da imprensa no Brasil

Em 10 de Maio de 1823, Cipriano Barata publicou o número 11 de seu jornal *Sentinelá da Liberdade*, que havia sido lançado pouco mais de um mês antes, e, ao discutir o “negócio da liberdade de imprensa”, apresentou o seguinte juízo:

“É, pois, o dote da palavra rigorosamente que dá distinção ao homem sobre todos os animais, que dilata a esfera de seu ser, é que faz verdadeiramente social, que lhe dá aumento nas ideias, perfeição no juízo e no raciocínio, fundamento na virtude, &c. &c.” (2008, p. 222) ⁵⁰.

⁴⁹ Professor de História da rede privada de Londrina há 15 anos. Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina. Publicou artigos e capítulos de livros no Brasil e no exterior, sobre imprensa e história, além da área de ensino.

⁵⁰ Todas as referências aos jornais de Cipriano Barata foram feitas a partir do conjunto reunido e publicado pelo professor Marco Morel, no ano de 2008. Esta obra consta das referências bibliográficas.

Cipriano propunha, a partir do excerto apresentado, a vital importância que toma a comunicação em meio à humanidade, que segundo o autor, geraria mesmo a civilização, em um argumento hiperbólico. Sem a palavra, “o homem era uma espécie de bruto, que nunca se poderia melhorar, civilizar e alcançar a verdadeira felicidade” (2008, p.222). A capacidade de expressão retirou, portanto, o homem de sua sujeição à natureza e o tornou ser social, apto a pensar e discutir a realidade que o circunda.

Pensando deste modo, Barata defendia que a liberdade de expressão, materializada na liberdade de imprensa seria, senão o principal, um dos mais importantes direitos a serem defendidos na feitura da Constituição que então se discutia em 1823, já que

“A imprensa faz dilatar o espírito por via da multiplicação dos escritos que, excitando a emulação, desenvolvem o gênio, as descobertas úteis e tudo o que diz respeito ao bem particular e público, donde se conclui que ela nos aperfeiçoa com velocidade os costumes, nos dá segurança e nos encaminha para os verdadeiros bens da vida civil” (2008, p. 223).

Nesta passagem, nota-se, tal como em diversas outras ocasiões presentes nos escritos de Barata, o valor que o mesmo atribui à necessidade de serem livres as comunicações de pensamento por via dos papéis impressos. Somente com a imprensa livre poder-se-ia publicamente discutir, com bases em argumentos racionais, os melhores destinos possíveis para o povo e para a nação. O povo tornar-se-ia civilizado mediante o exercício público da razão através das palavras impressas. Assim, de acordo com o jornalista, o espaço público é o nascedouro das decisões que se tomam no governo, o qual deve permitir tal circulação de ideias, pois

“Prender ou reprimir a imprensa é querer obrigar os Cidadãos a não pensarem, raciocinarem, combinarem, adiantarem e comunicarem suas ideias. É promover do modo mais insolente a ignorância, é cegar a sociedade, auxiliar os erros e os enganos dos indivíduos e dos Governos” (2008, p.223).

Todavia, para que se possa prosseguir em meio a esta discussão, é necessário que, primeiramente, se situe o contexto no qual Cipriano Barata passou a defender suas ideias, por meio da *Sentinela da Liberdade*, periódico fruto da então recente criação da imprensa no Brasil.

O nascimento desta imprensa se dá em virtude da vinda da família real portuguesa e da trasladação da Corte, o que promoveu inúmeras alterações no cenário brasileiro, em particular no Rio de Janeiro. Tal como aponta José Marques de Melo, o surgimento da imprensa não se dá enquanto uma iniciativa isolada, mas junto um grande conjunto de transformações que se destinavam a transformar o Brasil em sede da Corte e em centro do poder do Império Português. Assim, a necessidade de produção de impressos oficiais, além de outros que poderiam interessar ao país, estão expressos no decreto de 13 de maio de 1808, que cria a Imprensa Régia como o local “onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papeis diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas, e quaesquer outras obras;”.

Desta forma, o surgimento e estabelecimento da imprensa no Brasil se dão por via da decisão real, uma vez que as demais tentativas anteriores haviam naufragado perante o controle estabelecido pela Coroa portuguesa.

Para além disto, é necessário também que se clarifique uma discussão que, constantemente, é retomada pela historiografia acerca deste assunto: a questão do atraso na criação das letras impressas no Brasil. Hipólito da Costa, redator do *Correio Braziliense* e contemporâneo do processo, já alertava, naquele momento mesmo, o

aspecto que mais marcaria as discussões a esse respeito no país: “Tarde, desgraçadamente tarde, mas enfim aparecem tipos no Brasil” (*apud* Molina, p. 109)

Matias Molina faz em *História dos Jornais no Brasil* (2015) uma longa discussão a respeito deste tópico, cruzando informações provenientes de diversas fontes e estudos. Para tanto, retorna ao ano de 1500 e busca traçar um histórico do desenvolvimento da palavra impressa no Brasil e em Portugal. Sua análise se centra nas discussões concernentes, em primeiro lugar, ao uso dos impressos pelos jesuítas. O autor postula, baseando-se em uma ampla discussão bibliográfica e documental, que os jesuítas, ao contrário de outras missões instaladas no mundo colonial português, não estabeleceram aqui suas tipografias, embora não apresente as razões para esta diferença de postura. Poder-se-ia sugerir, de acordo com o próprio autor, que tais prelos não fossem necessários, haja vista a própria condição deste local:

“Na verdade, o Brasil não era um terreno fértil no qual podiam germinar facilmente as artes gráficas nos primeiros tempos da colônia. O território era enorme, a população era escassa e pouco alfabetizada e tinha poucos incentivos para aprender a ler e escrever. De pouca utilidade poderia ser a impressão local de qualquer obra. A documentação a respeito é muito escassa. Mas não foi encontrado nenhum documento nos arquivos de Lisboa proibindo a instalação de tipografias no Brasil no início do período colonial. Se não foram instaladas, isso não se deveu a restrições impostas pela Coroa, mas à falta de iniciativa ou, talvez, necessidade” (2015, p. 36).

Assim, a tese do atraso ou da carência no que diz respeito à instalação dos prelos para a produção de material impresso poderia ser pensada pela própria apropriação, por parte dos jesuítas, da cultura oral indígena, o que dispensou a utilização de grandes quantidades de impressos que justificassem a instalação de uma imprensa. Isto não quer dizer, entretanto, que a Coroa não estivesse vigilante no que se refere a esta circulação e produção de impressos. Em 1747, uma carta régia chamava de volta a Portugal o impressor António Isidoro da Fonseca com todo o seu aparato material, desmantelando assim a possível primeira iniciativa de impressão que ocorrera no país. Esta atitude poderia ser motivada tanto pela concorrência com a indústria gráfica que se desenvolvia em Portugal quanto pela necessidade de um controle mais próximo do governo português no que diz respeito aos elementos da censura.

Em sua obra clássica sobre a imprensa no Brasil, Nelson Werneck Sodré também aponta, de acordo com a sua perspectiva, a razão para o atraso na criação da imprensa no Brasil. O autor estabelece, neste momento, uma comparação entre o caso da América portuguesa e aquelas outras porções dominadas pelos espanhóis. Partindo deste parâmetro, Sodré postula que a relação se dá em virtude dos níveis de complexidade dos povos anteriormente presentes nas duas porções da América. Segundo Sodré,

“Onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanente em seguida, de substituir por ela a cultura encontrada. Essa necessidade não ocorreu no Brasil, que não conheceu, por isso, nem a Universidade nem a imprensa, no período colonial. Na zona espanhola, uma e outra surgiram logo: tinham larga tarefa a desempenhar, e fundamental. A dualidade de culturas, nela, representava sérios riscos ao domínio. Aqui, não tinha existência prática, não representava risco algum” (1999, p. 11)

De acordo com este autor, a necessidade prática, decorrente do avanço colonial, combinado ao estágio de desenvolvimento de uma e outra civilização, teria

colaborado para a não instalação da imprensa. Os poucos livros existentes na colônia não estavam nas mãos de particulares, mas apenas nos mosteiros, tornando sua circulação restrita ao corpo eclesiástico, o qual inclusive era, em Portugal, responsável pela censura, controlando assim quais obras poderiam vir a público. Também reforça o autor que, em última instância, a demora na implantação da imprensa poderia ser explicada pelo viés econômico: “ausência de capitalismo, ausência de burguesia” (1999, p. 28.), construindo um argumento que ligou o surgimento das letras impressas ao desenvolvimento da burguesia e de suas necessidades e capacidades materiais.

Estabelecendo um diálogo com outras publicações de sua época, José Marques de Melo fez um estudo de suma importância na época de sua elaboração, em 1973, buscando conhecer quais teriam sido os fatores socioculturais que retardaram o aparecimento da imprensa no país. Em sua obra, o autor busca de forma bastante intensa dialogar com a *História da Imprensa no Brasil* de Nelson Werneck Sodré, reforçando alguns dos argumentos do mesmo, embora também rebata e critique algumas das análises que Sodré estabeleceu.

De acordo com Marques de Melo, a natureza feitorial da colonização, o “atraso” das populações indígenas, a predominância do analfabetismo, a ausência de urbanização, a precariedade da burocracia estatal, a incipiência das atividades comerciais e industriais, junto à censura e ao obscurantismo metropolitanos, seriam os fatores que teriam inviabilizado e tornado desnecessária a presença da imprensa no território brasileiro. Conquanto muitos dos aspectos que arrola como suporte para sua ideia estejam em clara defasagem após quase cinquenta anos de elaboração de sua obra, há de se perceber que a tese central que busca defender se alinha com vários outros autores do mesmo tema

Há, assim, com relação a este ponto, certo consenso entre os estudiosos com relação ao atraso da instalação da imprensa no Brasil, não tanto em comparação ao cenário europeu, mas em particular quando se observam as demais colônias do continente, as quais já possuíam mesmo centros universitários no século XVI (ANDERSON, 2008, p. 102). Entretanto, mais do que se focar nos possíveis motivos que conduziram a esta demora, interessa-nos perceber quais transformações a imprensa causou, mesmo que, durante seus primeiros anos de existência, pouco se tenha produzido dentro da oficina tipográfica instalada pela Corte quando de sua chegada ao país e tenha havido sobre tais escritos uma pesada censura.

Marco Morel, em parceria com Mariana Barros, afirma que, a partir da circulação de impressos permitida com a instalação da imprensa, a principal modificação ocorrida no país foi a criação de uma opinião pública, um espaço de críticas e discussões políticas que começa a se descolar do governo e das falas oficiais. Esta alteração criou uma “fonte de crítica ao poder e de consolidação de uma nova legitimidade política” (2003, p. 22), que seria dada por meio da discussão e do consentimento. Esta discussão crítica e pública das novas ideias políticas deu origem ao que se chamou de “opinião pública”, que foi chamada, naquele momento, de a “rainha da mundo”, tal como expõe o próprio Cipriano Barata em 2 de julho de 1823:

“Quem fez tudo foi a boa vontade do povo, a disposição geral ou a opinião pública, essa Rainha do Mundo, que tudo [ilegível], que estabeleceu muitos Reinos sobre as ruínas de Roma, que tem destruído as pretensões dos Papas, que tem combatido o despotismo e feito as revoluções das Américas do Norte e do Sul, que derrubou Bonaparte, que salvou Espanha e Portugal por meio de Novas Constituições, que fez a Independência do Brasil e que criou o seu novo Império” (2008, p. 302)

Para Cipriano, a opinião pública apresenta-se com uma importância imensa, capaz de preservar ou mesmo destruir governos. A opinião seria a expressão da força

pública, da construção de críticas e discussões em muito distantes da antiga prática política absolutista, que encapsulava as questões políticas ao âmbito da discussão privada. A opinião pública teria a força para expressar a soberania popular, sinal dos novos tempos de liberalismo questionador da antiga ordem.

Para tanto, seria necessário instruir e educar o povo, o que se tornou o papel primordialmente assumido pelos jornalistas que surgiam neste período. Como afirma Isabel Lustosa,

“nesse contexto, cabia ao jornalista o importante papel de suprir as deficiências que a carência de livros e de informações especializadas acarretava. Quase todo jornal começava com uma carta de intenções. Os redatores estavam conscientes da importância de seu papel naquele momento” (LUSTOSA, 2001, p. 30)

Se conscientes de sua importância ou se criadores de tal importância, o fato concreto a que se refere a autora é a ideia, disseminada entre os diversos jornais, da necessidade de se educar o povo para a sua atuação enquanto participantes do agora aberto espaço público de discussão política. Era a construção desta nova legitimidade que se daria por meio da discussão, da construção de “leis morais, abstratas e gerais”, para a qual os jornais colaborariam de forma significativa.

Cipriano Barata, de maneira sintonizada com as necessidades de seu tempo, publicou, no primeiro número de seu jornal, uma carta de intenções, na qual dizia que

“Têm aparecido em público dúzias de gazeteiros no Brasil e eu já estou cansado de ler coisas que pouco ou nada podem concorrer para a ilustração dos povos livres e bem da Pátria. Persuado-me que um gazeteiro é escritor que pode ensinar, edificar e fixar a opinião pública e até moralizar os homens: meus desejos são estes” (2008, p. 161)

Barata apresentou também esta imposição do conhecimento quando, em agosto de 1823, publica carta de seus leitores na Paraíba, que agradeciam por suas discussões e notícias, pois as mesmas

“seriam capazes de levantar do deplorável estado de ignorância e lamentável abatimento em que pouco antes jazia a maior parte dos habitantes desta Província à falta do conhecimento dos seus invioláveis direitos, que no coração humano gravara o Autor da Natureza” (2008, p. 404).

Tomava para si, desta forma, a missão de iluminar e esclarecer as mentes de seus compatriotas, no sentido de levá-los ao conhecimento de seus direitos dados por “invioláveis”. Era, também, reconhecido por seus leitores enquanto alguém que se colocava na dianteira de tais problemáticas e que, por isso, ganhava uma notoriedade que passaria a marcar os homens de letras daquele momento, tal como apontado por Isabel Lustosa: “O jornalismo, como gênero, e os jornalistas, como escritores, informa Maria Lúcia Pallares-Burke, adquiriam, durante o século XVIII, ‘uma dignidade que havia sido prerrogativa dos livros e de seus autores’” (2001, p. 28)

Estes escritores tornaram-se famosos pelos epítetos característicos pelos quais ficaram conhecidos: redatores ou gazeteiros. Em geral, eram estes homens que, sozinhos, elaboravam toda a estrutura do jornal. Mais do que informar, pretendiam trazer a público suas opiniões e ideias a respeito dos rumos que tomava o país naquele momento. Segundo Morel, no princípio do século XIX,

“surgia este homem de letras, em geral visto como portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica. É o tipo de escritor patriota, difusor

de ideias e pelejador de embates, que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações” (2003., p. 15).

Estes gazeteiros, via de regra, compunham seus jornais sozinhos, enviando-os às tipografias que, além de imprimir-los, também serviam como ponto de venda dos mesmos. Em suas publicações, os redatores apresentavam uma estrutura que em muito se diferencia do que se conhece hoje enquanto jornalismo. Sodré apresenta estes periódicos sob a denominação de pasquins, uma vez que se voltavam à discussão e não à informação. Em uma época de grande fermentação política, a imprensa “privilegiava o *doutrinário*, o propagandístico, em detrimento do *factual* e descritivo” (MOREL e BARROS, 2003, p. 49).

Outro fator que também poderia pesar no privilégio dado ao aspecto formativo dos jornais em detrimento ao seu caráter informativo seria a grande demora na publicação das notícias, seja pela dificuldade de comunicação entre as províncias, seja pela própria composição e impressão dos jornais. Em um caso específico, pode-se citar a deposição do ministério formado pelos irmãos Andrada, que ocorre em 17 de julho de 1823, e que acaba sendo noticiado por Barata em sua edição de número 38, a qual circulou no dia 13 de Agosto, ou seja, quase um mês de diferença separa o acontecimento de seu relato. Entretanto, deve-se notar que a posição de Barata, tal como a dos demais jornalistas de seu tempo, não se resume apenas a noticiar o fato, mas apresentar suas ponderações a respeito dos mesmos, uma vez que relata: “A mudança do Ministério no Rio de Janeiro oferece à nossa pena humana encadeação de reflexões tão sérias como importantes” (2008, p. 379)

Junto a isto, deve-se compreender que o próprio conceito de notícia existente no princípio do século XIX difere fundamentalmente do que se pode compreender na atualidade. Inserindo-se em um mundo de comunicação predominantemente oral e com práticas comunicacionais oriundas do Antigo Regime, tal como proclamações lida em voz alta nas ruas ou troca de manuscritos (MOREL e BARROS, 2003, p. 24), os jornais tiveram de se apropriar de tais elementos como fontes de suas notícias. Como ensina Marialva Barbosa, “as notícias impressas no início do século XIX são, quase sempre, de quarta ou quinta natureza” (2010, p. 29).

Em vários momentos, é possível identificar essas fontes variadas de notícias nos escritos de Cipriano Barata, tal como na sua edição de 21 de maio de 1823, quando afirma que “Têm chegado notícias da Bahia que, apesar de não serem oficiais, merecem algum crédito” (2008, p. 239). Prática comum na difusão de ideias no Antigo Regime, o boato acabou sendo incorporado pela imprensa nos seus primórdios no Brasil como fonte de informação em especial pela possibilidade que aventam, ou seja, a de se tecerem comentários a respeito das mesmas.

Outra passagem, de setembro de 1823, deixa claro esta absorção das vozes públicas pelos periódicos quando publica Barata: “Não faltam novidades neste Recife. Umas boas e outras más. Entre elas há diversos rumores sobre objetos de que não temos certeza, mas que oferecem alguma probabilidade” (2008, p. 432). Assim, mesmo que o fato não possuísse a certificação de veracidade, era utilizado enquanto mote para a discussão que vinha a seguir. Esta, inclusive, reforça a ideia da circularidade de informações quando escreve o jornalista que “Dizem que certas pessoas pouco patriotas andam raivosas por não ter ficado na terra essa Marinheirada do Madeira manchada com o nosso sangue, que esteve aqui prisioneira” (2008, p. 432).

O dizer das pessoas, os rumores das ruas, os boatos, vão se constituindo enquanto fontes de informação, embora não sejam as únicas. Os próprios jornais servem, uns aos outros, enquanto instrumentos para a confecção de matérias, seja no sentido de corroborá-las e marcar uma posição de aliança política, seja no sentido

de contradizê-las e combatê-las. Assim, compreende-se a escrita de Cipriano Barata quando afirma, em junho de 1823, que “têm chegado do Rio de Janeiro o *Diário do Governo* e o *Espelho*, cada qual pior. O primeiro é papel ministerial, e o segundo, indiretamente, também o é.” (2008, p. 287). Desta forma, fica evidente a crítica de Barata ao ministério e suas ações, assim como àqueles que os apoiam. Esta autorreferenciação da imprensa, na qual os jornalistas escrevem também para seus iguais, vai criando posições políticas e blocos de aliança, mesmo que muitas vezes o adversário seja alvejado por adjetivos e qualificações muito pouco educadas. Mas é necessário compreender que o sentido de tais insultos vai para além da ofensa.

“Evidentemente que esses xingamentos, chacotas, bravatas e outras formas textuais que inundavam as publicações devem ser percebidos como parte de um mundo particular, cujos significados tinham sentido naquele mundo. Assim, podiam não apenas insultar, como também entreter e divertir” (BARBOSA, 2010, p. 50)

Este foi, inclusive, um recurso bastante utilizado por Barata em seus escritos, o que, somado à possível intenção do jornalista de que seu jornal fosse lido em voz alta e em público, traz a ideia do divertimento e da chacota enquanto possibilidade de se conquistar a adesão de parcelas da população, ao mesmo tempo em que se desqualificava o adversário.

Vê-se tal intenção quando, ao se dirigir a um de seus maiores opositores, o ministro José Bonifácio, Cipriano Barata afirma que o mesmo havia sido criado “em uma pequena Chácara ou Sítio de terras plantando café e abóboras” e, em pouco tempo, havia dado “o salto mortal para Primeiro-ministro da Nação Brasileira” (2008, p. 295). Assim, procura desqualificar as atitudes e ideias do ministro, pois o mesmo possuía uma origem de “Naturalista roceiro”. Em outra ocasião, seria ainda mais incisivo ao afirmar que os irmãos Andrada “têm as mãos banhadas em sangue humano” (2008, p. 368), ao se referir ao ataque desferido contra o redator do jornal *Malagueta*, Luís Augusto May.

Desta forma, absorvendo as vozes públicas, inserindo-se no circuito de comunicação perpassado pela oralidade e pelos manuscritos, provocando discussões políticas nas quais os xingamentos e insultos faziam parte do cotidiano dos impressos, surge a imprensa brasileira. Ela é carregada pelas marcas de seu tempo e é necessário vinculá-la ao seu contexto de surgimento, para que se possa ter o entendimento dos escritos que a partir dela surgem.

Os primeiros jornais e a Sentinela da Liberdade

Toda discussão sobre o surgimento da imprensa no Brasil sempre traz dois títulos que são considerados os primeiros jornais brasileiros: o do *Correio Braziliense*, editado em Londres por Hipólito da Costa, a partir de junho de 1808, o a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que surge no país em setembro do mesmo ano. Em um cenário marcado por inúmeras restrições oriundas da censura estabelecida pelo governo português, esses dois periódicos foram interpretados, muitas vezes, enquanto opositores, embora uma análise mais cuidadosa demonstre que as publicações tinham vários pontos de contato:

“Tanto a *Gazeta* quanto o *Correio* defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração” (2011, p. 31)

Porém, em meio às dificuldades criadas pelo controle português, a imprensa somente pode se desenvolver livremente após 1821, quando a Revolução do Porto lançou as bases para a liberdade de imprensa. Neste contexto, inúmeros periódicos passaram a existir, marcando posições políticas as mais diversas.

Cipriano Barata inaugurou-se enquanto jornalista logo após seu retorno clandestino de Portugal, o qual fora motivado pelas inúmeras desavenças que cultivara durante sua atuação enquanto deputado nas Cortes de Lisboa. Nas discussões ali originadas, colocou-se enquanto defensor da causa brasileira, embora tenha, ainda que a princípio, defendido a ideia de um Reino Unido, pois afirmava que “nós não somos franceses, somos portugueses; por isso devemos procurar o bem da Nação” (2008, p. 76). Esta sua fala na Assembleia, em 13 de fevereiro de 1822, mostra uma posição ainda conciliadora, que atrela a Nação à manutenção do Império Português, já que todos são portugueses, não demonstrando claramente uma cisão entre europeus e americanos.

Esta visão persiste durante certo período de sua permanência na capital portuguesa, pois ainda em julho de 1822, reclamando a respeito do fato de a representação brasileira não estar plenamente constituída, afirmava que não se podia tratar “aquela parte da nação como passiva” (2008, p. 85), deixando que os deputados portugueses tomassem todas as decisões a respeito da Constituição, o que encaminhava a situação do Brasil para o retorno à sua antiga situação de colônia de fato. No entanto, vemos em sua última fala, de 20 de setembro de 1822, um vaticínio que, em termos de fato, de acordo com o que foi consagrado pela história e pela historiografia, já havia se consumado: a separação entre Brasil e Portugal. Tal dito fica claro quando afirma o então deputado que o Congresso nada mais fazia, com suas medidas, do que “acelerar uma fatal independência para o Brasil” (2008, p. 116).

Em virtude destas desavenças é que Cipriano, acompanhado de um grupo de outros deputados, parte de Lisboa clandestinamente rumo ao Brasil, passando em primeiro lugar pela Inglaterra. Em sua chegada ao Brasil, não pode o agora ex-deputado desembarcar na Bahia, que se encontrava em conflito contra o general Madeira de Melo em virtude da adesão da província ao comando do Rio de Janeiro, no processo de independência que se desenrolava. Desta forma, Barata acaba por se estabelecer em Recife, local a partir do qual inicia a nova fase de sua biografia, a de jornalista, também chamado naquele momento de redator ou gazeteiro.

Sua primeira aparição enquanto membro da imprensa se dá em sua colaboração para a Gazeta Pernambucana, a qual teve alguns de seus números também reunidos por Marco Morel na coletânea de obras escritas por Cipriano Barata e que veio a público no ano de 2008. Neste periódico, no qual o autor colabora ainda durante o ano de 1823, Barata já começava a mostrar o estilo de escrita que iria caracterizar todas as suas publicações: uma mistura de sarcasmo com críticas ferinas, partindo para as agressões verbais diretas quando os seus adversários no campo das ideias lhe criticavam ou discordavam de suas posições. Ao mesmo tempo, era profundamente amável com seus admiradores e parceiros de contenda na defesa do liberalismo no Brasil. Tal como escreveu Morel, estes jornais de Barata, em meio às duras discussões políticas, “narram também o cotidiano da vida urbana e trazem estilo humorístico em alguns trechos e com frequência a escrita amplia-se para a transmissão oral, seja recebendo e registrando ‘vozes públicas’ seja buscando propagar-se por estilo próximo ao da oralidade” (2008, p. 15).

O lançamento de seu jornal, a Sentinela da Liberdade, se dá em 9 de abril de 1823, inserindo-se esta publicação em meio a uma enorme miríade de periódicos que discutiam os rumos da nação e a maneira como o Brasil, construindo ainda a sua independência, deveria organizar-se política, econômica e mesmo socialmente.

O jornal tinha um formato que hoje se poderia considerar pequeno, produzido in-quarto, com dimensões de 19 centímetros de altura por 13 centímetros de largura, o que tornava sua posse e transporte bastante ágeis, em comparação ao formato dos periódicos atuais. Era publicado às quartas-feiras e sábados, e ordinariamente custava 40 réis. Podia vir acompanhado, dependendo da necessidade de mais páginas para publicação, de um suplemento, o qual acrescia 20 réis a seu preço. Para efeito de comparação, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves aponta, em artigo publicado em 1995, que, na mesma época do lançamento do jornal de Barata “uma empada de recheio de ave custava 100 réis; um arrátel de linguiça, 280; a aguardente de cana, 80 réis a garrafa; um sabão inglês, 120 réis a libra” (p. 131).

Tal comparação torna-se valiosa quando se busca conhecer quem poderia ser o leitor de Cipriano Barata, e esta indicação mostra um possível acesso de camadas mais populares à publicação. Para efeito de comparação, Matías Molina cita que o jornal *Correio Braziliense* custava, no Rio de Janeiro, cerca de 1280 réis quando de seu lançamento, em outubro de 1808 (MOLINA, 2015, p. 123). Em que se pese a sua própria periodicidade mensal, além do próprio volume do jornal, que possuía entre 80 e 150 páginas, não foi “um jornal lido pelas massas, em sua enorme maioria analfabetas e sem recursos para pagar o elevado preço do exemplar, mas era lido com atenção na Corte e entre a pequena elite culta e os comerciantes” (2015, p. 132).

Já no caso da *Sentinela da Liberdade*, pode-se assim inferir que o público ao qual se destinava e entre o qual de fato circulava era de extração mais popular. Mas outro fator que ainda pesava contrariamente à sua disseminação entre as classes mais populares é o apontado por Molina, o analfabetismo. No entanto, a questão da grande presença de pessoas sem capacidade de ler e escrever não é impeditivo de acesso ao texto do jornal, se se pensa que a prática de leitura existente naquele momento divergia bastante do que hoje se entende por este hábito. A esse respeito, Andrea Slemian, postula que

“Não se deve ignorar a tradição da comunicação oral como outro fator importante para a difusão de informações e ideias contidas nos periódicos. Segundo um folheto da época, que informava o governo sobre a agitação dos povos no Rio de Janeiro, muitas obras eram lidas ‘diante de um auditório já predisposto’ a ‘passagens mais infestadas do espírito revolucionário das obras francesas’, não apenas em reuniões secretas, mas ‘no salão dourado, na humilde loja e mesmo na praça pública’” (2006, p. 141)

Imagina-se, por este caminho, que as tiragens do jornal não representariam a realidade acerca do alcance das palavras ali colocadas, uma vez que um leitor poderia atender a diversos ouvintes, nos diversos locais que, mediante esta prática, tornam-se espaços de uma nova sociabilidade, marcada pela comunhão das ideias presentes em cada texto lido.

Outra marca que pode indicar a quem se dirigia o jornal de Cipriano Barata está na grande presença de um vocabulário que se alterna entre o erudito e o popular. Pode-se encontrar a presença deste vocabulário popular na utilização que faz o jornalista de expressões de linguagem informal, tal como “quando todos os Frades andam gordos e corados, benza-os Deus” (2008, p. 226). Também, ao discutir sobre a instalação de lampiões nas ruas de Pernambuco, reflete a respeito de seu funcionamento ao dizer que “é preciso acautelar que os atidores não tenham Moura encantada que lhes apague os lampiões” (2008, p. 228). Utilizando uma antiga figura das tradições portuguesas, apela o escritor ao imaginário popular para discutir uma questão de utilidade pública, qual seja, a iluminação das ruas. Também traz metáforas do conhecimento popular ao dizer que “quem não quer ser lobo não lhe veste a pele” (2008, p. 229), discorrendo a respeito de disputas judiciais que tomavam lugar em

Pernambuco. Por fim, utiliza-se de provérbios portugueses, ao dizer que se o trabalho de feitura da Constituição não obtivesse efeitos práticos, “lá vai tudo quanto Marta fiou” (2008, p. 285), o que remete diretamente a um vocabulário de domínio popular, o que auxiliaria na compreensão dos debates fomentados pelo periódico.

Elemento também bastante marcante, a repetição de assuntos ao longo das páginas da *Sentinela da Liberdade* foi elemento inclusive notado pelos contemporâneos e leitores de Cipriano Barata. Desta maneira, quando o redator cita que “Amigos dos meus leitores têm reparado que eu repito às vezes as mesmas matérias de que já tenha falado” (2008, p. 247), pode-se inferir que a ideia da repetição de matérias ou de discussões nas páginas dos jornais traz a tona outra característica fundamental dos periódicos daquele momento no Brasil: mais do que informativos, pode-se afirmar que tais publicações tinham caráter formativo, no sentido de moldar a opinião pública a respeito dos acontecimentos e das disputas políticas que tomavam lugar no Brasil. É o que frisa Cipriano na própria continuação de sua explicação ao dizer: “Eu repiso algumas as matérias mais essenciais e faço isso e propósito, para as fazer recordar. Este é o melhor meio de obrigar a conservar as ideias das coisas importantes” (2008, p. 247).

Sendo um jornal de custo acessível, com uma linguagem voltada para um público amplo, discutindo e sempre reatualizando os assuntos mais essenciais, a *Sentinela da Liberdade* tornou-se um jornal de grande alcance, sendo o “jornal de província que mais repercussão teve no Rio de Janeiro daquele período” (LUSTOSA, 2001, p. 317). De tal forma promoveu polêmicas, ao discutir os mais variados assuntos, como a questão do trabalho, da construção da nacionalidade, os abusos dos ministérios, que Cipriano acabou por ser o civil que mais tempo passou em prisões militares, ao despender cerca de onze anos por detrás das grades. É significativo, nestes momentos, que o jornalista baiano não tenha deixado de escrever, mas sempre alertando a seus leitores onde se encontrava. Assim, o título original de seu periódico, *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, vai se alterar conforme suas prisões ou transferências: *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Atacada e Presa na Fortaleza do Brum por Ordem da Força Armada Reunida* (1823); *Sentinela da Liberdade Hoje na Guarita do Quartel-general de Pirajá, na Bahia de Todos os Santos* (1831); até chegar ao seu paroxismo em janeiro de 1834, quando escreve a *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel-general de Pirajá, Mudada Despoticamente para o Rio de Janeiro e, de lá, para o Forte do Mar da Bahia, Depois para a Presiganga, e Logo para o Forte do Barbalho e de Novo para o Forte do Mar, Segunda Vez para a Presiganga, por Fim para o Hospital, donde bradou Alerta, Agora Rendida e Substituída por um Camarada que Vigia na Cidade, e Corajosamente Brada: Alerta!*

Utilizando-se deste artifício, Barata desejava deixar seus leitores alertas para o fato de estar preso e ser transferido inúmeras vezes, com o objetivo de que não fosse calada sua voz pelas prisões que considerava arbitrárias e despóticas. Pretendia que suas lições continuassem a circular por meio da população, reanimando e realimentando as redes de comunicação que existiam naquela época no Brasil.

Os jornais e as redes de comunicação

Pensar a comunicação no Brasil no princípio do século XIX é tarefa árdua, em especial pelas diversas formas de transmissão de informações cujos registros são poucos ou mesmo inexistentes, tal como a comunicação oral. Há, na bibliografia que se dedica ao tema, uma grande relevância atribuída ao surgimento da imprensa e de seu possível impacto sobre a sociedade daquela época. Encerrava-se, neste ponto de vista, um período de obscurantismo e atraso cultural, que na visão de José

Marques de Melo caracterizava a cultura portuguesa (2003, pp. 138 – 141) e abria-se um novo tempo, uma era na qual a informação passava a circular e era publicamente discutida.

É necessário compreender, entretanto, que o estudo da imprensa no Brasil daquele momento não pode ser fechado apenas em si mesmo, ou seja, buscando-o compreender a partir de sua autorreferenciação, ou mesmo, em uma perspectiva mais frankfurtiana, a partir da ideia de uma emissão de informações que perpassaria as mentes e o imaginário da população leitora. É preciso, neste estudo, partir de uma compreensão a respeito das redes de comunicação existentes no Brasil naquele ínterim, percebendo-se que, mais do que tomar um lugar privilegiado ou determinante neste cenário comunicacional, a imprensa vai, paulatinamente, integrar-se a um conjunto já pré-existente de trocas informacionais.

Robert Darnton, em seu livro *Poesia e Política* (2014), realiza um estudo aprofundado do tema, ao se centrar no Caso dos Catorze, episódio de prisões ocorrido na França em 1747 e que ilustra de maneira exemplar o que se propõe a analisar aqui. Este episódio, trabalhado já em uma obra anterior do autor (*Os Dentes Falsos de George Washington*, 2005), mostra uma saga de prisões e investigações, que se inicia com a descoberta de um poema contra o rei, o que já constituía em si um crime. Seguindo uma ordem do governo, a notícia se espalha por entre uma rede de espíões, que leva a prisão de François Bonis, estudante de medicina, que em seu interrogatório aponta já para uma importante questão: havia copiado o poema em um encontro com dois padres, os quais discutiam notícias políticas encontradas nos jornais. Uma série de delações levou a prisão de mais treze culpados do crime de disseminar poemas infames, mas jamais se chegou ao autor do poema. Como supõe o próprio historiador, talvez nem houvesse um autor original, uma vez que a circulação não apenas transmitia, mas também criava novas informações, uma vez que os receptores recriavam e acrescentavam novos dados a tudo o que ouviam e copiavam antes de repassar estes conteúdos adiante.

O que pretende mostrar o autor é que, mesmo em uma época na qual o controle da política e das discussões sobre as mesmas estivesse nas mãos do rei e da cúpula mais próxima ao mesmo, as informações circulavam, não dependendo de meios impressos e/ou oficiais para chegarem ao conhecimento do público. Este, por sua vez, reinterpreta e repassava as informações entre si, compondo uma rede de informações que se tornava pública em alguns lugares, mas que se disseminava de forma capilar, sendo impossível o seu controle por partes das autoridades. Portanto, a ideia de “a comunicação se tornou a atividade mais importante da vida moderna” (2014, p. 7) e que se vive em uma “sociedade da informação” é derrubada pela análise das formas de comunicação presentes em outras sociedades e em outras épocas, pois cada sociedade foi, a seu modo, uma “sociedade da informação”. O que diferencia o estudo do Caso dos Catorze, e que pode ser aplicado em grande medida ao Brasil do início do século XIX, é que “podemos descobrir uma complexa rede de comunicação e estudar a maneira como a informação circulava numa sociedade semianalfabeta” (2014, p. 9)

Voltando-se para o caso do Brasil em particular, Marialva Barbosa aponta para a presença desta rede ao pontuar que

“A teia de notícias é construída, sobretudo, pela rede de informações verbais, que pode ter origem nas letras impressas, as quais são retransmitidas oralmente a outros ou diretamente pela conversa oriunda dos ambientes privados. Ao mesmo tempo, as letras impressas passam a se nutrir do jogo das práticas orais” (2010, p. 21)

Ou seja, não se pode pensar em uma preeminência da letra impressa sobre as demais formas de comunicação, uma vez que estes impressos eram alimentados pelas vozes das ruas, tomavam materialidade nas páginas dos periódicos, eram lidos em ambientes públicos e esta leitura fazia voltar ao mundo da oralidade as ideias que dali haviam se originado, mas agora com novas informações e interpretações.

Percebe-se esta circulação de informações em vários momentos na *Sentinela da Liberdade* quando, por exemplo, em setembro de 1823, Cipriano faz a seguinte análise: “Nas duas gazetas n. 40 e 42, analisei tão-somente as instruções dos Governadores das armas que vêm no *Diário do Rio* de 1 de abril, e nesta vou analisar ligeiramente as que vêm no *Diário* de 24 do dito mês” (2008, p. 419). Esta pode ser considerada uma primeira etapa ou primeiro momento no que se refere ao pensamento sobre as redes de comunicação: os comentários nas páginas de um jornal sobre o que se publicava ou comentava em outros jornais. A esta prática de escreverem os jornalistas uns para os outros é que se nomeia de autorreferenciação, ou seja, a imprensa tomando como referência de análise aquilo que a mesma produz.

Isto diz pouco, entretanto, sobre os níveis de ligação deste veículo de comunicação com a sociedade na qual está inserido. Outra instância desta ligação em meio às redes de comunicação diz respeito ao que escrevem os leitores para os redatores. Esta manifestação se dá por meio de cartas, as quais vinham de regiões diversas, como a própria província de Pernambuco, da Bahia, da Paraíba, entre outras. Da Paraíba, toma-se um exemplo, publicado em 23 de agosto de 1823, na qual dizem os leitores “contemplamos em Vossa Excelência (o Protótipo do mais liberal Patriotismo) o nosso libertador, o nosso Apóstolo ou Missionário Celeste, encarregado de nos dizer as verdades” (2008, p. 404).

Esta resposta dos leitores da Paraíba apresenta, mesmo que parcialmente, a forma como estes compreendiam o que dizia o jornalista: são capazes de compreender que as ideias veiculadas pelo jornal vão ao encontro do ideário liberal e do patriotismo, com os quais, muito provavelmente, se identificam os leitores. Participam, portanto, os leitores da construção de um sentido para o que é veiculado pelo periódico.

Ao teorizar sobre este tema, da circulação dos textos, Roger Chartier coloca que não se deve pensá-los enquanto fim em si, ou como idênticos a si próprios em qualquer momento, mas lembrar que, para estas obras, “as formas como são lidas, ouvidas ou vistas também participam da construção de seu significado” (2010, p. 36).

Também aponta o autor para a necessidade de se historicizar o leitor, uma vez que simplesmente pensar sobre a “recepção” ou “resposta” aos textos pode fazer com que se generalize esta categoria, lembrando que “o significado dos textos depende das capacidades, das convenções e das práticas de leitura próprias das comunidades que constituem, na sincronia ou na diacronia, seus diferentes públicos” (p. 37). Ou seja, ao analisarmos o conteúdo da carta enviada pelos leitores ao jornalista, percebemos que o periódico ganha espaço no circuito de comunicação ao ser o seu discurso apropriado pelo público.

Outro nível de comunicação se refere à interrelação entre o jornal impresso e o mundo da oralidade, patamar de análise de mais difícil compreensão, em especial pela carência de fontes a este respeito. Pode-se, porém, fazer algumas inferências sobre esta ligação a partir de elementos presentes nos próprios impressos. É possível imaginar que o texto de Cipriano Barata fosse voltado a uma leitura pública, uma vez que alguns signos de seu texto permitem tal suposição. O próprio cabeçalho do jornal já traz a inscrição “Alerta!”, que, acompanhada de outros sujeitos, também figura no final de cada edição.

Tal forma imperativa supõe que a leitura pública possa terminar com a invocação do cuidado, com o estímulo ao público para que se tenha atenção e que se

vigie a ação dos governantes em particular. Tal se vê em expressões como “Ó do Governo, alerta!” (2008, p. 270), “Ó das Províncias, alerta!” (p. 383, chegando mesmo o jornalista a se referir a D. Pedro I invocando “Ó do Imperador, alerta!”.

Ao lado da expressão mais característica de seu jornal, outras construções permitem que se infira a inserção do jornal no mundo da oralidade, quando, buscando dar ênfase, pode-se imaginar o leitor na praça dizendo em tom de ordem “Morra o governo absoluto, morra, morra!” (p. 383). Mais do que defender o fim e o esquecimento de práticas políticas que não mais teriam lugar em seu tempo, Cipriano parece incitar a população à discussão e à ação contra tal política.

Desta maneira, a interpretação de Barbosa sobre a leitura dos textos deixa ainda mais claro que a leitura dos mesmos não era um fim em si, fechado na privacidade e no silêncio, mas ia ainda além:

“Em princípio, o texto impresso é dotado de uma imobilidade e de uma estabilidade. Esse mesmo texto, em um jornal, evidentemente foi produzido para um leitor que pode lê-lo de várias formas: silenciosamente na biblioteca, ruidosamente no momento de descanso no lar, para alguém que tem dificuldades com as letras impressas, nos lugares públicos, entre uma enorme gama e possibilidades. Mas a leitura é sempre um trabalho que pressupõe a interpretação, a procura de sentido, enfim, a busca de significados” (2010, p. 45)

Os periódicos impressos inseriam-se, pois, em meio a outras formas de comunicação em um processo comunicacional que, para a atualidade, talvez seja pouco usual. Trazia em suas páginas as vozes das ruas, ao reproduzir o que “dizem por aí”. Apropriava-se dos conteúdos de outras fontes, como as cartas, vindas seja da localidade mesmo onde circulava o jornal, seja de locais bastante afastados, tal como Lisboa. Reproduziam e atacavam ideias presentes em outros periódicos, tanto para conseguir ou mostrar-lhes adesão no plano das ideias, quanto para demonstrar sua oposição e, assim, marcar seu lugar em meio à discussão política. Eram lidos em altas vozes, nas praças, nos cafés, nas tipografias e todo o universo que lhes havia servido de base era reinterpretado e devolvido ao mesmo, para que novas conversas, novos rumores, novos boatos circulassem e assim realimentassem a rede de informações.

Foi neste contexto que começou a ser discutir quais os rumos que o Brasil, agora independente, deveria tomar, no plano político, econômico ou social. Pensava-se no justo tamanho a possuir o poder Executivo perante o Legislativo, no desmantelamento de um sistema de repressão que não cabia mais naquele tempo, na união das províncias de forma a se organizar de fato um território nacional. Enfim, tudo o que seria necessário para que o Brasil se constituísse, afinal, como “Nação livre e poderosa; livre por seu único esforço e heroísmo com plena, absoluta, e legal posse de seus direitos naturais e políticos, inalienáveis e imprescritíveis” (2008, p. 111).

Considerações Finais

A independência brasileira e a construção da nova nação não foi apenas um fato, mas um conjunto de eventos nos quais diversos atores agiram, de formas diferenciadas. Em meio a este conjunto, a imprensa teve papel fundamental, ao disseminar ideias, reforçar ou combater posições políticas, noticiar ou mesmo criar fatos em um contexto de profunda desconstrução e reestruturação de modelos políticos e sociais.

Em uma sociedade majoritariamente analfabeta, compreender o papel da imprensa requer atenção para que não se esbarre no simplismo de entender que sua força seria limitada. É necessário visualizar que, tal como dito, toda sociedade é, a seu modo, uma “sociedade da informação”, cabendo ao pesquisador identificar os meandros pelos quais a informação circula. Da pena ao papel, do papel à voz, da voz aos ouvidos, a informação se recriava e voltava à pena do redator, para recomençar o processo e criar e recriar o mundo ao redor destes homens e mulheres.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARATA, Cipriano. *Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821 – 1835)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800 – 1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Poesia e Polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GARCIA, Paulo. *Cipriano Barata, ou a Liberdade acima de tudo*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *A História Refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*. São Paulo: Contexto, 2014.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821 – 1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, José M. de. *História Social da Imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500 – 1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

_____. *Cipriano Barata: o panfletário da independência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana M. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, Maria L. B. P. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820 – 1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

_____. *Leitura e Leitores no Brasil, 1820 – 1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder*. In *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v.8, n. 1-2, p. 123 – 150. Jan/Dez 1995.

SEGISMUNDO, Fernando. *Imprensa Brasileira: vultos e problemas*. São Paulo: Editora Alba, 1962.

SILVA, Ana R. C. *Inventando a Nação: intelectuais e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750 – 1822)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

SLEMIAN, Andrea. *Vida política em tempos de crise: Rio de Janeiro (1808 – 1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

NEGACIONISMO, REVISIONISMO HISTÓRICO E O ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.

Marcel Oliveira de Souza⁵¹
Ilisabet Pradi Krames⁵²

Resumo: Contemporaneamente, é visível a escalada dos discursos negacionistas e revisionistas que se propagam em esfera global. Tais discursos são disseminados nas mais diversas esferas sociais, políticas, econômicas e culturais. Como eles nascem e por que ganham espaço à medida que símbolos são sequestrados, a ciência é desqualificada e relegada a segundo plano? Neste capítulo, pretende-se problematizar os conceitos de negacionismo e revisionismo histórico delineando suas características contemporâneas e suas implicações para a educação brasileira, particularmente para o ensino de História.

Palavras-Chave: Negacionismo. Revisionismo Histórico. Educação.

Introdução

Nos recentes anos, a escalada dos discursos negacionistas e do revisionismo ideológico têm chamado a atenção dos historiadores profissionais. O fenômeno parece estar ligado à ascensão dos movimentos de extrema-direita pelo mundo e, por consequência, à utilização que esses movimentos fazem desse tipo de discurso na construção de argumentos falaciosos que visam a legitimação dos seus posicionamentos ideológicos e das suas pautas políticas. Através dos meios digitais pelos quais circulam, e em meio ao excesso de informação que caracteriza o nosso tempo, o negacionismo e o revisionismo ganham repercussão, influenciam a política e poluem o debate público. Com essa amplitude de difusão, os discursos negacionistas e revisionistas adentram a sala de aula e, portanto, faz-se necessário refletirmos sobre as consequências desse fenômeno neste espaço.

É possível compreender o negacionismo e o revisionismo histórico como práticas que costumam andar juntas, uma vez que ambas são parte de um tipo de estratégia que busca distorcer e assim instrumentalizar o passado com fins político-ideológicos. Em linhas gerais, o negacionismo é uma negação de algum aspecto do passado que, mesmo sendo algo de amplo conhecimento de todos, é negado utilizando para isso pura e simplesmente uma mentira, uma distorção, sem contar com nenhum tipo de evidência comprovável (NAPOLITANO, 2021). Já o revisionismo histórico, que Marcos Napolitano chama de revisionismo ideológico, pode ser entendido como a seleção de alguns aspectos do passado para lançar sobre eles uma interpretação enviesada, distorcida, que tem por finalidade construir uma narrativa simpática a um determinado posicionamento ideológico. Como se sabe, é possível contar uma grande mentira dizendo somente verdades, ou meias verdades, porque são “verdades” cuidadosamente selecionadas para dar ao que se está narrando um certo ar de legitimidade, um certo grau de verossimilhança.

O negacionismo e o revisionismo histórico surgiram como uma espécie de reação às renovações metodológicas e temáticas pelas quais a historiografia passou

⁵¹ Historiador. Doutor em artes pela Universidade de São Paulo. Docente da Universidade do Vale de Itajaí na Escola de Educação e na Escola de Ciências Jurídicas e Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa em História e Política.

⁵² Historiadora. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC. Docente da Universidade do Vale de Itajaí na Escola de Educação, na Escola de Ciências Jurídicas e Sociais e na Escola de Artes, Comunicação e Hospitalidade. Professora orientadora no Programa Residência Pedagógica.

no século XX (NAPOLITANO, 2021). Apareceram como uma reação aos novos interesses dos historiadores pelos excluídos da sociedade, pelas populações subalternizadas e pelas minorias sociais. Aqui, o sentido atribuído às minorias sociais aponta para grupos que, de alguma forma, encontram-se em situação de vulnerabilidade. Muitas vezes representam um contingente numérico significativo, mas não estão devidamente representados nos espaços e nas relações de poder. Esta ausência alimenta a invisibilidade e, por sua vez, a supressão de direitos fundamentais de dignidade e proteção à vida.

Dois pontos marcantes dessa reação dão-se sobre a historiografia do holocausto e sobre as lutas anticoloniais nos anos 1950 e 1960 (NAPOLITANO, 2021). Depois da segunda guerra mundial, a partir do que a historiografia produziu sobre o conflito e seus horrores, observou-se por parte de alguns grupos todo um movimento de negação ou de minimização dos horrores do Holocausto. As narrativas que decorreram daí buscaram afirmar que o Holocausto teria sido uma invenção dos judeus e que os relatos dos sobreviventes e as denúncias dos historiadores sobre os campos de concentração seriam coisas fantasiosas ou boatos. Como observa Vidal-Naquet, o discurso revisionista e negacionista surgiu “para destruir, não a verdade, que é irredutível, mas a tomada de consciência da verdade” (VIDAL-NAQUET, 1988, p.9).

Essas aceções, alimentadas por movimentos de extrema-direita, proliferaram-se no pós-Segunda Guerra Mundial e surge, a partir daí, uma geração de falsificadores do passado e negacionistas profissionais que se percebiam como fundadores de uma pretensa “escola revisionista” empenhada em dar credibilidade intelectual às suas falsificações e distorções (VALIN; AVELAR; BEVERNAGE, 2021). Moraes (2008) corrobora o entendimento de que estes movimentos revestiam-se de uma aparente autoridade intelectual e historiográfica, visando justificar as ações e a filosofia de líderes nazistas, isentando a responsabilidade da Alemanha diante da II Guerra Mundial e negando as atrocidades cometidas nos campos de extermínio. A prática sistemática desse negacionismo foi suficientemente eficaz na tentativa de turvar o debate público sobre o Holocausto, mas foi além, sendo capaz de desenvolver certos procedimentos empregados posteriormente pelos negacionistas que se seguiram (VALIN; AVELAR; BEVERNAGE, 2021).

Entre o movimento revisionista engendrado no Pós-Segunda Guerra Mundial e os negacionismos e revisionismos da atualidade é possível reconhecer mudanças significativas, conforme escrevem Valin, Avelar e Bevernage:

O negacionismo, neste início de novo milênio, tornou-se mais multifacetado, definindo-se não mais apenas em função dos conhecidos negadores do Holocausto, mas também a partir de uma miríade de formas de negação de outros genocídios e também de reconstruções revisionistas de passados mais ou menos sensíveis em diversos países. (VALIN; AVELAR; BEVERNAGE, 2021, p. 17).

Valin, Avelar e Bevernage destacam ainda três características que nos ajudam a compreender o negacionismo e o revisionismo da atualidade. A primeira é a dificuldade de identificação das obras e dos autores devido ao seu caráter difuso em termos de geografia e de autoria, com o surgimento das novas tecnologias digitais de comunicação, favorecendo ao mesmo tempo a proliferação dos discursos negacionistas e garantindo certo grau de anonimato. Além disso, os algoritmos das redes sociais – terrenos férteis para a disseminação desse tipo de discursos – criam espaços virtuais, “bolhas” de (des)informação, nas quais os usuários podem confirmar suas convicções junto de outras pessoas que têm o mesmo ponto de vista.

A segunda característica está relacionada ao fato de que cada vez mais o revisionismo e o negacionismo tornaram-se manifestações patrocinadas também pelos Estados. Esse “negacionismo de Estado” (VALIN; AVELAR; BEVERNAGE, 2021, p.19) parte de governos autoritários, que se proliferaram nas últimas décadas pelo mundo, e que se utilizam dele para afirmar seus projetos ideológicos por meio de iniciativas oficiais.

Por fim, a terceira característica apontada por Valin, Avelar e Bevernage (2021) diz respeito à ambiguidade entre o negacionismo e o revisionismo atuais e as chamadas políticas de “enfrentamento do passado”, políticas de reconhecimento de erros históricos, como as chamadas comissões da verdade e os pedidos de desculpas oficiais. Tal ambiguidade dá-se à medida que o negacionismo e o revisionismo representam uma reação contrária às políticas de enfrentamento do passado e ao mesmo tempo em que se apropria de certos elementos dessas políticas. Muitas vezes, o enfrentamento do passado por meio de iniciativas oficiais tem o efeito inverso do esperado e gera reações violentas por parte de certos grupos na sociedade. Por outro lado, grupos de extrema-direita têm se utilizado dos modelos de políticas de enfrentamento do passado para fabricar suas próprias “narrativas de vitimização” (VALIN; AVELAR; BEVERNAGE, 2021) que negam a sua responsabilidade, direta ou indireta, em crimes contra a humanidade no passado. É o caso, por exemplo, da legislação que proíbe, sob pena de prisão, qualquer afirmação que sugira a participação do país nos crimes do Holocausto.

Como já foi dito anteriormente, os discursos negacionistas e revisionistas contemporâneos têm como uma das suas principais características o meio em que são difundidos, bem como a sua estratégia de difusão. Ainda, a isso é preciso acrescentar que o negacionismo e o revisionismo seguem a mesma trilha do que se tem chamado contemporaneamente de *fake news*. Mas o que caracteriza uma *fake news*? Ou melhor, o que diferencia a *fake news* de uma simples mentira? Pensamos que são, sobretudo, os meios e as estratégias de produção e difusão. Com a internet, com as redes sociais e com os aplicativos de mensagem a mentira ganhou uma escala industrial. Portanto, as condições que essas mentiras encontram para se disseminar com facilidade e com muita rapidez são o que justifica chamarmos essas mentiras de *fake news*. O mesmo pode ser dito sobre o negacionismo e o revisionismo na atualidade: ambos costumam percorrer os mesmos caminhos das *fake news* e têm como objetivo comum a produção de “verdades alternativas”, para usar um termo cunhado pelo ex-presidente estadunidense Donald Trump.

A proliferação dessas práticas é parte fundamental de um fenômeno político global de ascensão das extremas-direitas impulsionado pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de comunicação. Um exemplo disso é o cenário político dos últimos anos nos Estados Unidos que presenciou uma onda de *fake news* e de teorias conspiratórias disseminadas nas redes sociais que fizeram parte das últimas eleições presidenciais em 2016 e 2021. Tais acontecimentos estão no contexto em que grupos como a *alt-right* (*alternative right*) e os supremacistas brancos ganham força política e visibilidade nos meios digitais.

Os discursos negacionistas e revisionistas têm se mostrado um risco à democracia pelo mundo, uma vez que fazem parte de um conjunto de ações combinadas e fornecem material para a legitimação de discursos de ódio e ataque às minorias sociais e a grupos políticos opositores. Essa ação leva à radicalização da sociedade e ao tensionamento das posições políticas, colocando em circulação falsos argumentos que objetivam turvar o debate público e alimentar pautas de grupos extremistas contrários à democracia. Estes grupos reivindicam para si o direito à liberdade de expressão, ainda que essa expressão negue e confronte políticas e

ações fundamentais relacionadas à equidade, à igualdade de gênero, à redução das desigualdades, à proteção do meio ambiente e demais pautas comprometidas com o bem-estar e a segurança da vida no planeta.

Acontecimentos recentes, como a invasão do Capitólio nos Estados Unidos, em janeiro de 2021, nos dão demonstrações claras sobre os efeitos nocivos da radicalização promovida pelas extremas-direitas. Pode-se dizer que “o revisionismo e o negacionismo histórico são sementes férteis em solos onde a democracia é frágil” (DOMICIANO *et al.*, 2021, p.46). No atual contexto, em meio ao cenário pandêmico, o negacionismo científico, ou a negação do conhecimento produzido com base na ciência, tem se mostrado um risco real para a saúde pública. A proliferação de desinformação e teorias conspiratórias vem gerando desconfiança e confusão entre as pessoas, o que comprometeu seriamente as estratégias de ação dos agentes públicos de saúde no combate à covid-19. O resultado disso é a promoção do caos social que, por sua vez, favorece a radicalização e a paulatina erosão da democracia.

Conforme já dito, o revisionismo histórico e o negacionismo alimentam-se mutuamente. Gandra e Jesus (2020) afirmam que ambos não se limitam à interpelação da História, mas da Ciência como um todo, uma vez que atacam fortemente as Ciências da Saúde, as Ciências Humanas e as pesquisas e pesquisadores que alertam sobre a crise ambiental que ameaça a vida no planeta Terra. A ciência é declaradamente negada e em seu lugar são oferecidas respostas superficiais, simplistas, baseadas em hipóteses de senso comum ou respaldadas em preceitos religiosos, a exemplo do criacionismo que vem ganhando força, aqui no Brasil, nos últimos anos. No lugar de tese, antítese e síntese, ganham espaço os achismos. O conhecimento, que fascina a humanidade desde a Antiguidade por evidenciar a capacidade que o ser humano tem de se apropriar de teorias, de culturas e de elementos necessários à compreensão dos fenômenos sociais e naturais que o cercam, necessita de mecanismos racionais para ser elaborado e organizado. O conhecimento de senso comum, certamente tem a sua validade, mas uma das suas características é não buscar e nem exigir nenhum tipo de validação ou método sistemático que comprove o seu sentido lógico, racional ou a sua veracidade. Portanto, usá-lo como base central para construção ou manutenção de posicionamentos políticos é por demais perigoso.

Outro exemplo atual do movimento revisionista é a negação das atrocidades cometidas durante a ditadura militar no Brasil. O movimento dissemina discursos que geralmente negam a existência da ditadura. Quando reconhece a sua existência, justifica que ela foi necessária para libertar o Brasil dos perigos eminentes do comunismo à época. Alega, ainda, que graças a instauração da ditadura foi possível coibir a corrupção, garantindo a liberdade, os valores cívicos e patrióticos, a educação de qualidade e a manutenção dos valores da família tradicional brasileira. Negam ou distorcem dados que podem ser facilmente encontrados em arquivos históricos, em jornais e dossiês governamentais. Esse movimento busca interpretar a História de maneira a justificar ações que suprimem direitos, negam a diversidade, e buscam estabelecer padrões unilaterais de moralidade centradas no patriarcado e numa leitura específica de fé cristã.

O ano de 2013 é um marco para as intensas manifestações políticas desencadeadas no Brasil. Elas impulsionaram, ou legitimaram, conforme preferem alguns analistas, mudanças no cenário político brasileiro, potencializando discursos que antes se apresentavam de modo mais comedido e que passaram a (re)conquistar espaço no cenário nacional. Segundo Domiciano (*et al.*, 2021, p.46) tais discursos, propagados por meio das redes sociais e meios de comunicação tendenciosos,

evidenciam “posicionamentos políticos e ideológicos alicerçados em informações que negam as evidências científicas e se ancoram em narrativas revisionistas e negacionistas”.

A construção de narrativas históricas falsas no Brasil tem como uma de suas características a negação/atenuação das violências contra as populações subalternizadas no processo de formação do país e suas relações com as violências e as desigualdades sociais no presente. Como escreve Napolitano, o “negacionismo histórico” é utilizado para “ocultar crimes de Estado, diluir suas responsabilidades e lutar contra a ‘justiça reparativa’ a vítimas e seus herdeiros diretos ou indiretos” (NAPOLITANO, 2021, p.97). Esses discursos apoiam-se na falácia da democracia racial para atacar direitos conquistados a duras penas, tais como as cotas raciais nas universidades e a demarcação de terras indígenas e quilombolas. Na prática, o negacionismo e o revisionismo alimentam pautas políticas e favorecem interesses econômicos de certa parcela da população e resultam na manutenção dos privilégios e iniquidades. No momento em que escrevemos este texto, o chamado Marco Temporal da demarcação de terras indígenas aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal. Essa pauta está diretamente ligada aos interesses dos grileiros de terra e do agronegócio e na expansão futura das áreas de cultivo de monocultura ao passo que visa limitar a possibilidade de demarcação de terras indígenas àquelas que eram ocupadas por esses povos antes de 1988, quando entrou em vigor a atual Constituição Brasileira.

Paulo Freire (1996) denunciava, há mais de duas décadas, que uma “ideologia fatalista, imobilizante” estava “solta no mundo”. Essa ideologia reverbera nos discursos revisionistas e negacionistas e “insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade”, que não mais é vista como histórica e cultural, mas sim como “quase natural” (FREIRE, 1996, p.19). A ideia de que as coisas são como são e não podem (ou não merecem) ser alteradas desafia o poder da ciência e das transformações sociais, e busca naturalizar para perpetuar o *status quo* de determinados grupos privilegiados que detêm o poder.

Negacionismos, revisionismos e a História na sala de aula

Na história da educação brasileira, o ensino de História vem se constituindo a partir de diferentes perspectivas, visto que ele faz parte do currículo escolar. O currículo, por sua vez, envolve muito mais do que os conteúdos a serem estudados. Ele é “uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas” (MOREIRA, 2008, p.9). Esses conhecimentos e práticas são “expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico”. Ou seja, “são orientados pela dinâmica da sociedade” (Idem). Nesse sentido, a luta contra a ideologia fatalista e imobilizante pode ser uma das perspectivas assumidas ou negadas pelo ensino de História.

A BNCC – Base Nacional Comum Curricular (2017), concorda que o conhecimento sobre o passado é um conhecimento que parte do presente e que é elaborado por diversos sujeitos. É papel da História indagar para “identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes” (BNCC, 2017, p.397). A historiografia contemporânea ajuda-nos a compreender que a pesquisa e o ensino de História partem do presente para indagar o passado, e este, por sua vez, dialoga com o tempo presente.

Esse processo não ocorre de forma automática: ele necessita do “conhecimento de referências teóricas capazes de trazer inteligibilidade aos objetos históricos selecionados” (BNCC, 2017, p.397), uma vez que “o objeto só se torna documento quando apropriado por um narrador que a ele confere sentido, tornando-o capaz de expressar a dinâmica da vida das sociedades” (BNCC, 2017, p.397). Nessa direção, o ensino da História permite-nos “perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais” (Idem). A partir dessa percepção, a naturalização dos cenários e das estruturas sociais não mais se sustenta e o fatalismo é questionado.

Quando discursos negacionistas e revisionistas ganham espaço, o olhar para o passado começa a ser direcionado muito mais para legitimar ou justificar ações do que para interpretar o presente. Perde espaço a análise crítica e cuidadosa que a história pode oferecer ao se comprometer com a resignificação e a inclusão, e ganha espaço as narrativas que atribuem a uns poucos heróis as glórias do passado. Mulheres e homens comuns voltam a ser invisibilizados e a figura do herói exaltada. A perspectiva histórica não linear é sucumbida e uma outra perspectiva de história, que insiste em sobrepor os valores que não representam as minorias, ganha espaço.

Na sala de aula isso tem implicações muito negativas, assim como na sociedade de modo geral. O mesmo tipo de tensão política que se observa na sociedade contemporânea adentra também a sala de aula. Isso é danoso principalmente porque vai minando a relação de confiança que é fundamental entre aluno e professor, entre a instituição escolar e a sociedade. Essas narrativas distorcidas, combinadas com o discurso político radicalizado e com a polarização política, criam a desconfiança e transformam o professor em um potencial doutrinador ideológico. Como temos visto de uns anos para cá, o professor vem se tornando alvo de perseguição, muitas vezes induzida por agentes políticos que deveriam zelar pela qualidade da educação, mas se põe a dificultar a vida de professores e alunos, criando ruídos de comunicação, minando a relação de confiança, bem como criando entraves para uma educação escolar de qualidade.

Além de fragilizar a relação de confiança, tão necessária para o sucesso educacional, esta tensão acaba mascarando os problemas reais que a escola enfrenta no dia a dia. Elas se sobrepõem aos problemas de infraestrutura, de distorção idade série, de políticas para a formação docente, dos planos de carreira, de acessibilidade e inclusão, de condições operacionais para a efetivação de currículos que dialoguem de fato com a realidade dos estudantes. Esse processo leva à estagnação e ao retrocesso, visto que no lugar de um enfrentamento honesto, sério e comprometido com a vida real que pulsa, dentro e fora da escola, ele culpabiliza a postura ideológica dos docentes e não identifica as causas reais dos baixos índices de desenvolvimento educacional. A postura é cômoda, porque isenta agentes políticos de identificar e assumir responsabilidades; o que faz pensar que se trata na verdade de um projeto bastante articulado.

Tais discursos e práticas impactam no currículo, no ensino de história e em todos os âmbitos da vida. Harari (2020,p.8), ao descrever como poderá ser o mundo pós pandemia, alerta que “o maior risco que enfrentamos não é o vírus, mas os demônios interiores da humanidade: o ódio, a ganância e a ignorância”. Como reagiremos é, em certa medida uma escolha. E essa escolha está intimamente relacionada com a forma como estamos educando e sendo educados, dentro e fora das escolas. Harari (2008) lembra que é possível “acreditar na ciência, e não em teorias conspiratórias, [...] cooperar uns com os outros em vez de culpabilizá-los pela epidemia [...] compartilhar o que temos em vez de apenas acumular mais para nós mesmos” (HARARI, 2020, p.8).

Buscando possibilidades de ação e reação diante do negacionismo, muitos professores/pesquisadores vêm, reiteradamente, indagando para que serve a História hoje? Para que ensinamos História hoje? Albuquerque Jr. (2012) nos ajuda a pensar possíveis respostas quando afirma que “sabemos hoje que a história terá os sentidos que nela colocarmos” (ALBUQUERQUE, 2012, p.36), e que ela serve para que seja possível “formar subjetividades mais livres, mais desejosas, preparadas e dispostas a empreender a luta permanente e diuturna em busca do ser livre, ser que só existe enquanto prática permanente afirmada e retomada” (idem). Para tanto, torna-se imprescindível refletir sobre os processos de exploração, de dominação, de escravidão entre outros tantos que são capazes de suprimir as liberdades. Inspirado na poesia de Manoel de Barros, o autor ajuda a pensar que diante dos revisionismos históricos, a história nos possibilita,

fazer defeitos nas memórias, de fazer as memórias errarem, já que a história tem uma relação diferencial e conflituosa em relação às memórias, notadamente aquelas memórias que se tornam oficiais, monumentalizadas, cristalizadas, motivo de comemorações e efemérides. (ALBUQUERQUE, 2012, p.37).

Ou seja, “fazer defeitos nas memórias” impedindo que ela sirva de instrumento para legitimação de ideologias que, sequestrando símbolos e terminologias, falem em nome da democracia, mas vislumbrem a intolerância e a discriminação. Nesse sentido, a pesquisa histórica, alicerçada no diálogo honesto e na crítica, possibilita um afastamento “das versões consagradas do passado, fazendo aparecer os defeitos, seus pontos de sutura, fazendo aparecer as costuras malfeitas, os nós forçados, os pontos de esgarçamento[...]” (ALBUQUERQUE, 2012, p.37).

Defendemos que uma resposta para os problemas que o negacionismo e o revisionismo criam na sala de aula passe pela construção de espaços de diálogo sobre como a história é construída e quais são os procedimentos metodológicos da pesquisa histórica. É consenso nos meios acadêmicos que diferentes interpretações sobre o processo histórico são possíveis e válidas, o que não significa dizer que todas as interpretações são possíveis e válidas. A escrita da história não é uma questão de mera opinião. Ela exige compromisso ético com a escuta atenta, bem como análise de fontes diversas. Ela exige um interesse genuíno que permita ver além das aparências imediatas, reconhecendo as limitações do tempo e do espaço, buscando estabelecer relações de diálogo com interlocutores distintos, sabendo que não há conhecimento permanente e tampouco verdades absolutas. Faz parte desse processo reconhecer que as fontes dialogarão com os historiadores e historiadoras a partir do olhar de quem faz a pesquisa. Nesse sentido, expor as descobertas e reflexões aos pares, para que esse conhecimento seja analisado, discutido e criticado, é um importante passo em busca de validação dos conhecimentos.

O negacionismo e o revisionismo precisam ser temas de debate em sala de aula, não como ações isoladas de uma única disciplina, mas como pauta assumida coletivamente pelo currículo escolar. É urgente investigar esses processos, compreendendo-os como objeto de pesquisa e análise. De onde parte esse fenômeno? Quais são as finalidades da produção desse tipo de discurso? Em quais cenários econômicos, políticos, religiosos e sociais eles emergem e ganham mais força? E, nesse sentido, a pesquisa e o ensino de história tem contribuições imprescindíveis a oferecer.

Fonseca (2017), ao discorrer sobre história e ensino de história, escreve que “dos historiadores espera-se que conheçam bem a historiografia, os pressupostos teóricos-metodológicos que orientam o seu trabalho, as técnicas de investigação, os procedimentos para o tratamento das fontes de pesquisa” e dos professores de

história é esperado ainda que tenham conhecimento sobre “os conteúdos, as práticas pedagógicas e procedimentos didáticos” (FONSECA, 2017, p.7). Dessa forma, o ensino de história passa a ser uma alternativa de enfrentamento ao negacionismo e ao revisionismo à medida que auxilia o estudante a analisar processos e fenômenos históricos problematizando-os a partir de diferentes linguagens.

Quando o professor de história estende as práticas de sala de aula para outros espaços como museus, acervos de preservação do patrimônio, bibliotecas comunitárias, bairros, ruas, praças, mercados públicos e outros lugares que permitam estabelecer diálogos dinâmicos entre presente e passado, ele potencializa os sentidos e significados da história. Permite que o currículo de história se aproxime, dialogue e amplie os saberes que os estudantes já têm, favorecendo o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, pautada em conhecimentos que contribuam para a integralidade e diversidade do ser humano. Todos estes são elementos importantes para o enfrentamento do negacionismo que atinge diretamente o ensino de história.

Considerações Finais

O negacionismo e o revisionismo histórico não são fenômenos novos e existem na sociedade há bastante tempo, antes mesmo do surgimento dos negacionistas profissionais do Holocausto no Pós-Segunda Guerra Mundial. No entanto, do negacionismo que coloca em risco a saúde pública no contexto da pandemia de Covid-19 ao negacionismo ideológico histórico que ameaça as democracias e as conquistas sociais pelo mundo, os níveis a que chegaram as manifestações desses discursos no presente nos dão demonstrações da urgência em se debater amplamente esse fenômeno. Diante da complexidade do negacionismo contemporâneo – seu aspecto difuso, sua proximidade com os governos de viés autoritário e sua relação ambígua com as políticas de reconhecimento de erros históricos – a situação exige de professores e pesquisadores o esforço para a compreensão mais profunda do fenômeno, assim como o comprometimento com a defesa do conhecimento histórico na sociedade, sobretudo, na sala de aula.

Não é pretensão do presente texto apontar respostas, mas ser espaço de reflexão e questionamento. Ao mesmo tempo em que o cenário aqui descrito vai se constituindo, no Brasil as escolas são desafiadas a implementar a BNCC que, apesar de inúmeras críticas que podem (e devem) ser feitas, aponta para o compromisso com uma formação ética alicerçada em ideias voltadas à justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha. Essa formação passa necessariamente pela compreensão e pelo reconhecimento das diferenças e pelo respeito aos direitos humanos, o que se torna possível à medida que o ensino de história promova situações de aprendizagem que explorem e ampliem conhecimentos próprios da área, estabelecendo diálogos e elaborando hipóteses e argumentos com fontes que, além de confiáveis, sejam sólidas.

É perceptível que as narrativas propostas pelo negacionismo e pelo revisionismo histórico estão em descompasso com a interpretação que pode ser feita das competências apontadas pela BNCC, entre elas aquelas que defendem a análise crítica dos processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos ancorados na ciência e na tecnologia.

A educação é um direito e uma conquista social que precisa ser defendida cotidianamente, e sua realização pressupõe o compromisso com a ética e com a verdade. Não se pode retroceder nenhum passo na plena realização desse direito,

porque a escola é um espaço fundamental na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Fazer defeitos nas memórias: para que servem e o ensino e a escrita da história?** In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. (org.). *Qual o valor da História hoje?* Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 21-39.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DOMICIANO, D.; KRAMES, I.; DE SOUZA, M.; CAMPOS, S. **O ensino de história diante dos discursos negacionistas e revisionistas no contexto da pandemia**. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 37, p. 45-60, 28 jul. 2021.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História&ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

GANDRA, Edgar Avila; JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. **O negacionismo renovado e o ofício do historiador**. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.3.38411>

HARARI, Yuval Noah. **Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. **O Negacionismo e as disputas de memória: reflexões sobre intelectuais de extrema-direita e a negação do holocausto**. In: *IDENTIDADES*, 2008, Rio de Janeiro. Anais do XIII Encontro de História ANPUH-Rio. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212957377_ARQUIVO_Artigo-ANPUH-2008.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação Básica, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINKSY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos combates pela história: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 85-114.

VALIN, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. **Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, 2021, p. 13-36.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre revisionismo**. Campinas: Papirus, 1988.

SOBRE OS ORGANIZADORES DA OBRA

Thiago Cedrez da Silva

Doutorando em História (UFPel). Mestre em História (2016) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Atualmente faz parte do quadro de professores convidados do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas-RS.

Edgar Avila Gandra

Graduado em História pela Fundação Universidade do Rio Grande (1995); Mestre em História Ibero-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998) e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) atuando no Departamento de História, no Programa de Pós-Graduação em História –PPGH e no Curso de Educação do Campo. Também lecionou no MBA em Gestão de Pessoas – UNICENTRO-PR. Tem experiência de pesquisa em temáticas sobre História do Trabalho, História Portuária e Movimentos Sociais. Foi Bolsista do Programa de Estágio Sênior Capes no Exterior na Universidade do Porto-PT. Professor Colaborador do CITCEM-Universidade do Porto-PT.

Elvis Silveira Simões

Doutorando em História - UFPel. Mestre em História (2018) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2014). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário. Atualmente exerce a função como professor Municipal na área de História na cidade de Pelotas

ANEXO
ANAIS DO 3º CICLO DE PALESTRAS
ONLINE SOBRE HISTÓRIA DO BRASIL



SOBRE O EVENTO

O CPOHB é um evento de caráter técnico-científico independente, não possuindo vínculo formal com qualquer Instituição de Ensino. O evento é direcionado a grupos de Educação Básica e Ensino Superior, Historiadores, Pesquisadores e Estudantes de todas as áreas que interessam aos assuntos oferecidos.

Nas edições do evento, objetivamos a divulgação do conhecimento histórico, pesquisas e estudos sobre palestras e minicursos que podem sensibilizar os ouvintes a debater e aprofundar seus estudos sobre diferentes temáticas que abrangem a História do Brasil.

O 1º evento contou com 15 palestrantes (professores, pesquisadores e historiadores) profissionais experientes e especialistas em suas áreas de atuação. Assim como a oferta de Mini Cursos, distribuída a partir das especialidades temáticas dos palestrantes.

O 1º CPOHB irá ocorrer do dia 17 a 20 de novembro de 2020. No formato online através da Plataforma Digital Online (Eduzz / Nutror) com áreas de membros restrita aos participantes.

Já a 2ª edição do CPOHB ocorreu no ano de 2021 entre os dias 24 a 28 de maio e contou com 19 palestrantes apresentando suas pesquisas e mini cursos.

Esta 3ª edição do CPOHB ocorreu no segundo semestre de 2021, entre os dias 25 a 29 de outubro e fechou com 16 palestras apresentadas e diversos minicursos

Os eventos são coordenados e organizados pelo Professor Thiago Cedrez da Silva [Doutorando em História (UFPel), Mestre e Graduado em História (UFPel), Especialista em Psicologia e Coaching (Faculdade Metropolitana-SP), Professor no Programa de Pós Graduação da FATEC / SENAC Pelotas -RS. Já participou como organizador de inúmeros eventos de História, presenciais e online, possui experiência em Gestão de Tecnologias e implementação de Marketing Digital para eventos online. CNPJ – [27.204.521 / 0001-17].

As três edições do CPOHB juntas tiveram mais de 1000 inscritos ouvintes sendo um sucesso na sua proposta de realização e audiência.

Lista dos Palestrantes da 2ª Edição do CPOHB

Thiago Cedrez da Silva

Resumo do Currículo: Doutorando em História (UFPel). Mestre em História (2016) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Atualmente faz parte do quadro de professores convidados do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Tecnologia do Senac Pelotas-RS.

Edgar Avila Gandra

Resumo do Currículo: Graduado em História pela Fundação Universidade do Rio Grande (1995); Mestre em História Ibero-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998) e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) atuando no Departamento de História, no Programa de Pós-Graduação em História –PPGH e no Curso de Educação do Campo. Também lecionou no MBA em

Gestão de Pessoas – UNICENTRO-PR. Tem experiência de pesquisa em temáticas sobre História do Trabalho, História Portuária e Movimentos Sociais. Foi Bolsista do Programa de Estágio Sênior Capes no Exterior na Universidade do Porto-PT. Professor Colaborador do CITCEM-Universidade do Porto-PT.

Elvis Silveira Simões

Resumo do Currículo: Doutorando em História – UFPel. Mestre em História (2018) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2014). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário. Atualmente exerce a função como professor Municipal na área de História na cidade de Pelotas.

Robert Wagner Castro Porto

Resumo do Currículo: Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sendo bolsista do PROSUC / CAPES. É pesquisador da Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), pesquisador associado do Núcleo de Pesquisa em História Regional Platina (UFPel) e do Grupo de Pesquisa e Estudos de História do Tempo Presente (PUCRS). Atuou como professor pesquisador no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, junto à Universidade Aberta do Brasil, vinculado à Universidade Federal de Pelotas. Possui licenciatura em História pelo Centro Universitário Augusto Motta (2006), especialização em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (2011) e mestrado em História pela Universidade Federal de Pelotas (2016). Tem experiência na área de História, com destaque em História Contemporânea e Brasil República.

Vinicius Cardoso Nunes

Resumo do Currículo: Doutorando em História (UFPel). Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pesquisa criminalidade e resistência escrava em Piratini-RS no século XIX.

Igor Vitorino da Silva

Resumo do Currículo: Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. Graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005). Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (2018). Tem experiência na área de História, com destaque em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: política pública planejamento urbano, história do Espírito Santo e história da imprensa.

Deise Beatriz Soares Melo

Resumo do Currículo: Graduada em História Licenciatura – Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Pós Graduada no Rio Grande do Sul: sociedade, política e cultura – Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Tem experiência na área de História, com destaque em História Social do Rio Grande do Sul.

Manuel Alves de Sousa Junior

Resumo do Currículo: Doutorando em Educação (UNISC), Mestre em Bioenergia (UniFTC), Licenciado em Ciências Biológicas (UCSal), Tecnólogo em Segurança do Trabalho (UNIASSELVI), Licenciado em História (UNIJORGE), Especialista em Análises Clínicas (UCSal), MBA em História da Arte (Estácio). Professor do IFBA campus Lauro de Freitas. Bolsista PROSUC/CAPES modalidade 2.

Aristides Leo Pardo

Resumo do currículo: Especialista em Geografia, História e Meio Ambiente, pela FAVENI (2017) e em Cultura, Memória e Patrimônio, pela UNESPAR, Campus de União da Vitória-PR (2014), Licenciado em História, pela mesma instituição e Graduado em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo (2007), pela Faculdade de Filosofia de Campos – FAFIC (2007), na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. Tem experiência na área de Comunicação, dedica-se a pesquisar o futebol brasileiro e como transformações da sociedade a partir do mesmo, tendo publicado diversos trabalhos sobre o tema. Tem interesse pela História do Brasil, da Imprensa Nacional, por questões de gênero e história local / regional. O professor de História da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR), possui 22 artigos publicados em periódico, 4 Livros, 7 Capítulos de livros,

Kellen Jacobsen Follador

Resumo do currículo: Pesquisadora Colaboradora no Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (2018), Doutora (2016), Mestre (2009) e Licenciada (2007) em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Foi pesquisadora visitante no Consejo Superior de Investigaciones Científicas de España (2013; 2015), na Universidad Complutense de Madrid (2013) e na Universidad Nacional de Educación a Distancia de España (2015). É membro do Laboratório de Estudos Medievais (LEME) e do Laboratório de Estudos Tardo-Antigos e Medievais Ibéricos / Sefardis (LETAMIS). Desenvolve pesquisas na área de História, com destaque em História Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: História Ibérica Medieval; História Judaica Medieval; Antijudaísmo; Grupos marginalizados no medievo; Inquisição castelhana e criptojudaísmo no século XV.

Gracineide Maria de Souza

Resumo do currículo: Doutoranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal Espírito Santo; Mestra em História pelo Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal Espírito Santo, com a pesquisa “Os Trabalhadores Portuários Avulsos (TPA’S) e os Impactos socioeconômicos da Lei Nº 8.630/93 de Modernização dos Portos”; Especialização em Gestão de Empresa pela FIJ Faculdade Integrada de Jacarepaguá – Rio de Janeiro; Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de EJA, pelo Instituto Federal do Espírito Santo – IFES; Educação Especial, pelo Instituto Superior de Educação Afonso Cláudio; Licenciada em História (2008-2012). Bacharela em História (2008-2013) e Arquivologia (2000 – 2003) ambas graduações pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Membro do Grupo de Pesquisa CNPq-UFES “Laboratório de Estudos Regionais do Espírito Santo e Conexões Atlânticas” (LACES-UFES.)

Denílson de Paula Costa

Resumo do Currículo: Superior completo em curso de História modalidade de Licenciatura Plena. (UNISAL). Especialização: pós-graduação Latu-Sensu em História Cultural. (PUC-GOIAS) Professor de antropologia e Ética faculdade Uniesp, nos cursos de administração e Ciências Contábeis, professor de pós graduação em pedagogia, psicopedagogia, políticas públicas e História da faculdade Cevap, foi Diretor da Escola Milton Ballerini sistema SENAI Lorena SP. (2011 à Março 2012), Professor Substituto Universitário da FACIC de Cruzeiro SP nos cursos de Administração, Contabilidade, Direito e Pós em Cultura Afro (Lei 10639/03) Professor Substituto Universitário da FACIC de Cruzeiro SP nos cursos de Administração, Contabilidade, Direito e Pós em Cultura Afro (Lei 10639/03) Ministério Palestra de

Ética Profissional na Primeira feira do Curso Técnico em Química do Colégio Patrocino de São José Sistema Vésper de Ensino Lorena SP, Membro Efetivo da Academia Militar de Estudos Terrestres do Brasil Exército Brasileiro . Membro efetivo do Comitê da Saúde da População Negra do Estado de São Paulo DRS4 Diretoria de Taubaté SP Publicação em vários jornais da região, ATOS, GUAYPACARÉ e VALEPARAIBANO, sobre história regional. Coautor do Livro: "Encontros com a história e cultura Africana e Afro-Brasileira", Junto a Prefeitura de Aruja-SP.

Sebastião Fortes de Oliveira Júnior

Resumo do Currículo: Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (2018), tendo atuado enquanto aluno integrante do Programa de Educação Tutorial de História-UFPI e atividades ligadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão (2015-2018). Aperfeiçoamento em Como Ensinar a Distância pela Faculdade UNIASSELVI (2020) e Tecnologias Digitais na Educação pela Universidade Federal do Ceará (2021) e especializações em andamento em História e Cultura Afro-brasileira pela Faculdade UNIASSELVI (2020) e MBA em Gestão Estratégica de Pessoas, Liderança e Coaching pela Faculdade Descomplica (2020). Experiências em pesquisas nas áreas de: História, Educação, Memória e Cultura Afro-brasileira.

Gustavo Henrique Apoloni Aguera

Resumo do Currículo: possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) (2018), com experiência na área de Estética e Filosofia Contemporânea. Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2020), tendo experiência na área de História da Igreja. É graduando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde possui projeto de pesquisa na área de Literatura e Teologia. Participante do grupo de estudos "Filosofia e Literatura" pela UEM e do grupo de pesquisa "Narrativas Bíblicas" pela PUCPR.

Franciele Luchetti

Resumo do Currículo: Bacharel em Serviço Social pelas Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente/SP (2010). Licenciada em História pelo Centro Universitário Internacional Uninter, Presidente Prudente (2020). Especialista em Docência e Gestão na Educação Superior pela Universidade do Oeste Paulista Unoeste, Presidente Prudente/SP (2016). Atualmente, Assistente Social da Saúde de Marabá Paulista/SP.

Lucas Bitencourt Fortes

Resumo do Currículo: Mestrando em Educação (ULBRA); Especialista em Sociologia e Ensino de Sociologia (CLARETIANO); Especialista em Orientação Educacional (UNIASSELVI); Especialista em MBA em Coaching (UNIASSELVI); Graduado em Licenciatura em História (UNIASSELVI); Graduado em Licenciatura em Artes Visuais (UNIASSELVI) e Graduado em Bacharelado em Administração (UNOPAR).

Dayane Cristina Guarnieri

Resumo Currículo: Licenciada e Mestra em História pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em História Social na Universidade Estadual de Londrina, Especialista em Humanidades pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente

professora de História do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná e tutora da especialização na Platos EdServ Platform.

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues

Resumo Currículo: Licenciada em Letras – Português e Inglês e Respectivas Literaturas pela URI. Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Tem estudo focado na análise de representações na Literatura pós-moderna, estudos entre Literatura e História. Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo (2020).

SUMÁRIO DOS RESUMOS APRESENTADOS

A SAGA DE OSVALDO ORLANDO DA COSTA – OSVALDÃO REDESCOBRINDO O MITICO HERÓI DO ARAGUAIA	
Aloisio Souza Castro Junior	147
A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM ALEMANHA E EUA (1942-1945).	
André da Silva Panza	147
O CONCEITO DE PROPRIEDADE PRIVADA EM HOBBS, LOCKE E ROUSSEAU	
Arlean Chaves Marinho	148
A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA ENQUANTO INSTRUMENTO DE COMBATE AO RACISMO	
Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade	148
TRABALHO, MILITÂNCIA E RESISTÊNCIA: A TRANSFORMAÇÃO DE UM JOVEM AGRICULTOR EM SINDICALISTA ENTRE OS ANOS DE 1957 A 1964	
Elvis Silveira Simões.....	149
FLÁVIO DE CARVALHO: O PRECURSOR DA PERFORMANCE ART NO BRASIL	
Francisco de Paulo D'Avila Junior	150
CORONEL DULCIDIO E O CERCO DA LAPA	
Gerson de Jesus Monteiro Junior	150
ASPECTOS TEOLÓGICOS PRESENTES NA OBRA “A HORA DA ESTRELA” DE CLARICE LISPECTOR À LUZ DOS “LIVROS DE MACABEUS”	
Gustavo Henrique Apoloni Aguera	151
TRABALHADORES PORTUÁRIOS: MUDANÇAS ORIUNDAS DAS MODERNIZAÇÕES PORTUÁRIAS A PARTIR DE 1993	
Gracineide Maria de Souza.....	151
A EVOLUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE DA PROIBIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA	
José Arthur Sedrez	152
A HISTÓRIA PÚBLICA COMO MEIO DE DISCUSSÃO SOBRE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL: UMBANDISTAS EM FOCO	
Paula Roberta Libanori Haenisch	152
EDUCAÇÃO EM ENSINO: COMO CONVERSAR MELHOR COM OS SEUS ALUNOS	
Thiago Cedrez da Silva.....	153

A SAGA DE OSVALDO ORLANDO DA COSTA – OSVALDÃO REDESCOBRINDO O MITICO HERÓI DO ARAGUAIA

Aloisio Souza Castro Junior⁵³

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM ALEMANHA E EUA (1942-1945).

André da Silva Panza

Resumo: A ditadura militar é um dos capítulos mais tristes do recente passado brasileiro, ao observarmos através de novos olhares, podemos compreender como foi conturbado esse momento político brasileiro, onde a repressão, a censura e autoritarismo nortearam as decisões e o destino do país. No campo popular, o ativismo e os movimentos sociais, impulsionaram o surgimento de movimentos revolucionários. Esse grupo passou a enxergar o terrorismo e a perversidade do Estado sobre a população afro-brasileira, durante o período ditatorial, atitudes essas herdadas do Brasil Colonial, e que não findou após a retomada redemocratização. O Brasil ainda conhece muito pouco a resistência heroica dos combatentes da Guerrilha do Araguaia, as histórias de homens e mulheres que lutaram contra a ditadura se mantêm vivas, por mais que os militares as tentem ocultar. Na região, encontram-se relatos de camponeses que conviveram com guerrilheiros, quando fazemos o recorte racial pouco se relatam sobre as vítimas negras da ditadura e sobre os dirigentes e guerrilheiros negros, porém entre os diversos nomes que mantiveram no limbo, destaca-se o bravo e mítico homem negro do Araguaia, Osvaldo Orlando da Costa, conhecido por Osvaldão (1938-1974), tido como herói de poderes sobrenaturais, contudo sequer aparece nos livros didáticos de história. Desta maneira objetiva se trazer à borda a trajetória do comandante do Araguaia de resistência ao Regime Militar (1964-1985). O Brasil com uma população majoritariamente afrodescendente registrou poucos heróis negros brasileiros, tais como: Zumbi dos Palmares (1655-1695), Luiz Gama (1830-1882) e João Cândido (1880-1969) e não pode ocultar a saga do líder Osvaldo Orlando da Costa que resistiu bravamente à opressão da ditadura militar.

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM ALEMANHA E EUA (1942-1945).

André da Silva Panza⁵⁴

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo fazer um levantamento bibliográfico sobre como ocorreu à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas obras de autores especializados sobre o tema, além dos Jornais de época. É importante ressaltar que o processo diplomático de destaque, ocorreu entre o Brasil e os dois principais parceiros econômicos ao longo da década de 1930 e 1940, representados pela Alemanha e os Estados Unidos. Pendendo para o lado Alemão, além da questão dos marcos de compensação, que facilitavam a aquisição de equipamentos bélicos para o Exército, havia a questão de que vários componentes dos ministérios, em seus diversos escalões, eram favoráveis a continuidade das relações políticas e econômicas com o governo Alemão. Do lado oposto, havia a figura solitária do Ministro das Relações

⁵³ E-mail: aloisio29emarcia17@gmail.com

⁵⁴ Pós-graduando em História do Brasil (Universidade Cândido Mendes). Graduado em História (Uniro);

Exteriores, Sr. Osvaldo Aranha, defensor do programa pan-americano para defesa do Continente Americano, conseqüentemente, contrário à política de associação ao capital Alemão. O início da guerra, em setembro de 1939, acabou afastando a Alemanha do Brasil, favorecendo a política externa de Osvaldo Aranha junto aos Estados Unidos, levando o Brasil adiante em sua política pan-americana com o rompimento das relações com Alemanha e Itália, em janeiro de 1942 e a declaração de Guerra, em agosto do mesmo ano. Assim a aproximação com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, teve desdobramentos importantes ao longo da segunda metade do século XX, no período da guerra fria, o que interferiu diretamente na política interna nacional, tendo como ápice o golpe civil - militar de 1964.

Palavras-chave: Diplomacia; Brasil; Estados Unidos; Alemanha; Segunda Guerra Mundial;

O CONCEITO DE PROPRIEDADE PRIVADA EM HOBBS, LOCKE E ROUSSEAU

Arlean Chaves Marinho⁵⁵

Resumo: Este trabalho nasce da busca de entender a origem do conceito de propriedade privada nos contratualistas, que foram os primeiros a tentar definir o que é propriedade privada. Três dos principais contratualistas, Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, são o embasamento teórico desta pesquisa. A busca do entendimento e amadurecimento do conceito de propriedade privada, durante os quase dois séculos que sucederam de Hobbes até Rousseau. Hobbes aponta que a propriedade privada só existe no momento que o indivíduo se encontra em sociedade, num estado que tudo pertence a ele, e esta propriedade tem que ser fruto deste estado leviatã. Locke, coloca a propriedade privada como um direito natural, retirado da natureza, pois ele acredita que o indivíduo vivia num comunismo primitivo, e que ninguém era proprietário de nada. Mas, para Locke devemos trabalhar na terra, para nos tornarmos merecedores desta terra. Rousseau, cita que a propriedade privada nasce a partir do momento que o homem cerca uma terra, e fala que a ele pertence, e essa mesma propriedade é um dos motivos das desigualdades entre os homens, e que todos os males decorrem dessa propriedade privada. Neste sentido, esta pesquisa busca expor os três conceitos e suas diferenças, claro que esse conceito de propriedade privada sofre mudanças, incorporações e adaptações no decorrer dos séculos, principalmente após o surgimento do capitalismo industrial. Esta pesquisa vem para buscar e expor esses conceitos novamente, para nos entendermos como herdeiros desses conceitos de propriedade privada.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA ENQUANTO INSTRUMENTO DE COMBATE AO RACISMO

Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade⁵⁶

Resumo: Neste trabalho discute-se a educação escolar quilombola enquanto pauta extremamente relevante, levando em consideração que somente em 2012 foi divulgada a CNE/CEB 8/2012, que apresenta as diretrizes para educação escolar quilombola, é notório que o âmbito acadêmico ainda é carente de trabalhos que

⁵⁵ Licenciado em Letras Português, e suas literaturas, pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Metodologia do ensino da Língua Portuguesa, pela Faculdade Liberdade, Mestrando em Educação, no programa de pós-graduação, da Universidade Federal De Goiás. Email:arleanchaves@hotmail.com.

⁵⁶ Graduada em História pelo Centro Universitário AGES, graduada em Pedagogia pela UNICESUMAR, Mestranda em Políticas Públicas pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO.

discutam essa nova modalidade da educação básica. Discutir esta temática é sobretudo falar sobre o processo histórico de construção da sociedade brasileira, neste sentido, a educação escolar quilombola assume um caráter que vai além da ideia simplista de mais uma modalidade da educação básica. Falar desta modalidade é rememorar os caminhos de resistência, a diáspora africana e a escravidão no Brasil, e para além disso é pensar a luta histórica para aquisição e afirmação de direitos historicamente negligenciados e negados. Os processos formativos do Brasil em suas diferentes nuances influenciam de forma direta nas formas de organização da educação formal, durante muitos séculos a escola serviu enquanto instrumento de segregação, visto que seu acesso só foi universalizado a partir da constituição federal de 1988, neste sentido a população negra ao longo dos séculos vem sendo atravessada pela falta de acesso à educação o que reverbera em práticas latentes de exclusão.

TRABALHO, MILITÂNCIA E RESISTÊNCIA: A TRANSFORMAÇÃO DE UM JOVEM AGRICULTOR EM SINDICALISTA ENTRE OS ANOS DE 1957 A 1964

Elvis Silveira Simões⁵⁷

Resumo: Este trabalho apresenta a trajetória de vida de Antônio Nailem Espíndola, evidenciando sua atuação política e sindical entre os anos de 1957 e 1985, na cidade de Rio Grande (RS). A partir de sua vida, objetivamos observar um horizonte mais complexo da sociedade, ou seja, de como um sujeito “comum” influenciou e foi influenciado pelo meio sócio-histórico em que viveu. Aos 19 anos de idade, Espíndola parte de Arroio Grande, em direção ao município de Rio Grande, no dia 6 de julho de 1957. Suas esperanças eram de obter uma melhor qualidade de vida, uma vez que as condições no campo eram difíceis naquele período. Todavia, sua chegada à urbe daria início a um novo processo em sua trajetória, a qual seria marcada por importantes conquistas no meio político e sindical, assim como, pela perseguição e prisão, nos anos de 1964. Espíndola contou com familiares – primo e tios – para obter moradia. Assim, não demorou muito para obter seu primeiro serviço, o qual foi na Fábrica Torquato Pontes. Durante muito tempo, Espíndola conciliou este trabalho com a prestação de serviços como avulso no Porto. Foi somente no dia 28 de setembro de 1958 que se tornou um trabalhador portuário de capatazia. Decisão importante para a categoria, pois formar um sindicato possibilitaria aos trabalhadores ter o controle sobre o processo de trabalho e lutar por direitos. O processo de fundação do sindicato também aprofundou sua relação de militância político-sindical com os demais trabalhadores. Em sua trajetória destacamos a participação na Campanha da Legalidade, em 1961. Todavia, esta ação, gerou consequências posteriormente. Em 1964, muitos líderes sindicais foram presos na cidade, e Nailem foi um deles. O processo de perseguição, persistiu mesmo após ser solto, pois, foi expulso do Porto e até a década de 70 fica impedido de obter um emprego formal.

Palavras-Chave: História do Trabalho. Porto. Biografia.

⁵⁷ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas e professor de História no município de Pelotas. Contato: elvis.simões@gmail.com

FLÁVIO DE CARVALHO: O PRECURSOR DA PERFORMANCE ART NO BRASIL

Francisco de Paulo D'Avila Junior⁵⁸

Resumo: O presente texto busca investigar as experiências do artista brasileiro Flávio de Carvalho (1899-1973), considerado o precursor da performance art no país. A performance, linguagem artística que passou a ser reconhecida a partir da década de 60, questionou os valores já estabelecidos na arte, rompeu com as fronteiras dos campos de conhecimento, e propôs outras formas de se produzir e compartilhar a arte. Além de lidar com o risco, a performance pode se utilizar da improvisação e da imprevisibilidade, sendo uma de suas principais características o corpo do artista ser o suporte para a criação. Em alguns casos os performers assumem riscos e colocam seus corpos em situação extrema. No Brasil, antes mesmo da linguagem da performance ser reconhecida e estar presente no circuito das artes, na década de 30, Flávio já experimentava algumas proposições, como a vez que caminhou contra uma procissão católica vestindo um boné, o que quase resultou em reações violentas (experiência n. 2). Elementos de cunho radical e provocativo eram encontrados nos trabalhos do artista, como na “Experiência n. 3”, de 1956, onde nas ruas de São Paulo, caminhou com uma vestimenta criada por ele mesmo, numa perspectiva tropical (new look). Com estudos em Universidades da França e Inglaterra, se formou em Engenharia Civil, e no Brasil participou de diversos concursos de arquitetura. Com produções em várias áreas, pintor, desenhista, arquiteto, cenógrafo, decorador, escritor, teatrólogo e engenheiro, sempre se destacou e é amplamente reconhecido por projetos inovadores. Contemporâneo dos Modernistas, Flávio se manteve como um nome central da vanguarda brasileira da primeira metade do século XX, muito em função de sua produção multidisciplinar, rompendo de forma objetiva e provocativa as fronteiras ainda muito marcadas entre os campos e linguagens.

CORONEL DULCIDIO E O CERCO DA LAPA

Gerson de Jesus Monteiro Junior¹

Resumo: A revolução consistia no descontentamento com a forma em que o presidente da então república governavam, Marechal Deodoro, e seu sucessor Marechal Floriano, atuavam de forma soberana sobre todos os estados brasileiros, e os federalistas defendiam uma maior descentralização do poder presidencial, afim de garantir maior autonomia aos estados de governar separadamente sem a interferência ou com menor interferência da união. Júlio de Castilhos foi eleito Presidente (governador), do rio grande do sul, os federalistas não aceitavam a forma com que ele fora eleito em 1883, devido esse descontentamento os federalistas liderados por Gaspar Silveira Martins, se rebelaram contra o governo. Agora já exposto alguns aspectos fundamentais para entender o motivo O cerco da lapa foi a tentativa de guarnecer a cidade, os federalistas estavam acampados próximos a Rio Negro, e a cidade foi sitiada por quase 30 dias, foi uma das mais sangrentas batalhas da revolução federalista, que teve por vencedores os Maragatos, diversos militares oriundos da Polícia militar do Paraná perderam suas vidas no cerco da lapa. Um desses militares hoje é homenageado ao nomear o Regimento de Polícia Montada, no estado do paraná, ganhou a denomina o histórica de REGIMENTO CORONEL DULCÍDIO” em homenagem ao Coronel Cândido Dulcídio Pereira, que faleceu as 10

⁵⁸ Professor-artista-pesquisador licenciado em Teatro pela Universidade Federal de Pelotas/BR com mobilidade acadêmica no curso Estudos Artísticos da Universidade de Coimbra/PT. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB).

horas do Dia 08 de fevereiro de 1894, devido complicações de um disparo que teria levado, no Cerco da Lapa. O fim da revolução federalista, deu-se no estado do Rio Grande do Sul quando as tropas do Governo federal dizimaram os federalistas que aproximadamente 400 homens, comandado pelo Almirante Saldanha da Gama, lutaram contra as tropas do governo até a morte.

ASPECTOS TEOLÓGICOS PRESENTES NA OBRA “A HORA DA ESTRELA” DE CLARICE LISPECTOR À LUZ DOS “LIVROS DE MACABEUS”

Gustavo Henrique Apoloni Aguera⁵⁹

RESUMO: Teologia e Literatura estão amplamente ligadas e é possível encontrar diversas conexões teológicas nos grandes clássicos literários. Assim, o objetivo desta pesquisa é evidenciar os aspectos teológicos que se encontram na obra de Clarice Lispector, *A Hora da Estrela*, e que se relacionam com o dos *Livros dos Macabeus*, do Antigo Testamento, buscando compreender a estrutura da obra de Clarice Lispector e sua relação com a teologia, para assim, analisarmos a influência teológica na composição literária da autora. Para isso, destacaremos a obra “*A Hora da Estrela*”, de Clarice Lispector, que fora escrito no ano de 1977 e buscaremos apresentar os principais motivos, relatados por Clarice Lispector, que levaram à composição da obra, após, buscaremos, de modo mais claro, abordar os conceitos contidos nos *Livros dos Macabeus* que se atrelam com os de Clarice Lispector e, por fim, analisaremos a relação entre a obra de Clarice Lispector e os *Livros dos Macabeus*, buscando estabelecer conexões e relações estruturais. Assim sendo, para a realização de nossa pesquisa, utilizaremos um referencial teórico que condiz com a relação entre Teologia e Literatura e a obra *A Hora da Estrela* e os *Livros dos Macabeus*, e que possuem um aparato crítico condizente. Os resultados obtidos referem-se as relações entre a vida pessoal de Clarice Lispector com a forma e o contexto geral dos *Livros dos Macabeus*, além do mais, da percepção entre o contexto social e a crítica feita à sociedade ao qual os personagens se encontravam. Por fim, a pesquisa instigou para uma melhor compreensão da relação entre Teologia e Literatura e, de um modo especial, para a compreensão dos aspectos teológicos presente na obra de Clarice Lispector à luz dos *Livros dos Macabeus*.

Palavras-chave: Teologia. Literatura. Clarice Lispector. *A Hora da Estrela*. Livro dos Macabeus.

TRABALHADORES PORTUÁRIOS: Mudanças oriundas das modernizações portuárias a partir de 1993

Gracineide Maria de Souza⁶⁰

Resumo: Com a modernização dos portos ocorrida a partir da Lei nº 8.630/93, vários setores portuários passaram por alguma mudança. Um dos que mais sofreu com as

⁵⁹ Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) (2018), com experiência na área de Estética e Filosofia Contemporânea. Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2020), tendo experiência na área de História da Igreja. É graduando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pós graduado em "Política social, Ética Governança e Transparência" e em "História do Brasil", pela INTERVALE. Mestrando em Educação na linha de pesquisa "Cultura, Filosofia e História da Educação", pela Universidade de São Paulo (USP). Docente titular do Colégio Marista.

⁶⁰ Bacharela em Arquivologia e História, Licenciada em História - ambas graduações pela Universidade Federal do Espírito Santo; Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas e Doutoranda no mesmo programa - UFES. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq-UFES "Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES/UFES).

transições oriunda dessa lei foi a categoria dos trabalhadores portuários avulsos (TPA's). até a promulgação da lei, essa categoria tinha seus trabalhos administrados pelos sindicatos, com a lei veio a institucionalização do Ogmo (Órgão gestor de mão-de-obra), com ele as transformações laborais. Esse trabalho é resultado de uma pesquisa realizada com TPA's dos portos capixabas em 2016, com a finalidade de entender como ocorreu as mudanças e a visão desses trabalhadores em relação a nova administração. Como fontes, foram utilizadas a análise dos questionários e estudos relacionados a modernização dos portos.

PALAVRAS-CHAVE: Modernização. Ogmo. Sindicato. TPA's.

A EVOLUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE DA PROBIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

José Arthur Sedrez⁶¹

Resumo: O presente trabalho visa analisar a forma como o combate à corrupção fora tratado ao longo da história constitucional brasileira. Em alguma medida, o controle da probidade administrativa se apresenta em todas as cartas constitucionais brasileiras, ainda que de modos distintos. A Constituição Imperial de 1824 isentava o Imperador de responsabilidade por atos de probidade, no entanto, impunha obrigações e responsabilidades aos Ministros de Estado. Com o advento da República e da Constituição de 1891, passamos a enxergar a figura do crime de responsabilidade, imputável ao Presidente da República caso atentasse contra a probidade da administração e a guarda e emprego dos dinheiros públicos. Tratamento análogo fora mantido nas cartas seguintes, em 1934, 1937, 1946 e 1967. Embora houvesse a previsão de responsabilização de agentes improbos, a verdade é que tais ações raramente foram levadas a cabo, de tal forma que acabou por criar-se na população em geral uma opinião generalizada de que a impunidade seria regra em nosso ordenamento jurídico. Vemos uma evolução nestes instrumentos de controle da probidade somente com o advento da Constituição de 1988: Não somente evoluiu-se ao elevar o combate à corrupção ao status de matéria constitucional, como mune-se de princípios que incentivarão o legislador a formar, nas décadas que sucederam sua promulgação, um verdadeiro arcabouço jurídico de combate à corrupção, podendo se destacar instrumentos como a Ação Civil Pública, a Ação Popular e uma consolidação de instrumentos de responsabilização política dos agentes improbos.

A HISTÓRIA PÚBLICA COMO MEIO DE DISCUSSÃO SOBRE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL: UMBANDISTAS EM FOCO

Paula Roberta Libanori Haenisch⁶²

Resumo: Nos últimos anos têm crescido os debates sobre o campo da História Pública no Brasil, sobretudo a partir de 2011 quando, de forma mais pontual, esse termo passou a ser utilizado entre os historiadores, embora as práticas de uma história ao estilo público já fossem praticadas desde antes (SANTHIAGO, 2016). O campo em questão trata das diversas possibilidades interativas e de trocas entre públicos e ambientes acadêmicos e não acadêmicos, de forma não hierárquica, logo, colaborativa. Mais do que isso, traz a tona questões e demandas socialmente vivas,

⁶¹Ministério Público Federal. E-mail: josesedrez@mpf.mp.br

⁶² Mestranda em História Pública pela UNESPAR, graduada em História e Especialista em História da África e Cultura Afro-Brasileira, Práticas Docentes, Relações Raciais e Aplicação da Lei 10639/03 também pela UEM e Especialista em Docência no Ensino Superior pela PUC-PR. Professora atuante na Educação Básica há dez anos.

pressupondo a pluralidade de recursos como um princípio norteador (ALMEIDA; ROVAL, 2013). Deste modo, pensar no campo da História Pública como um ambiente no qual existe espaço e recursos para se discutir e refletir sobre a Intolerância Religiosa no Brasil é uma oportuna utilização do dito campo. A Intolerância Religiosa é praticada aqui há desde o início da colonização com o cristianismo se sobrepondo às demais manifestações religiosas (NOGUEIRA, 2020). Essa realidade reflete nos dias atuais com a Umbanda – e os seus adeptos, os umbandistas – sendo, constantemente, vítimas de ataques variados que se constituem como atos intolerantes relacionados às crenças religiosas alheias. Deste modo, este resumo apresenta possibilidades de pesquisas e construções dialógicas do conhecimento histórico ao propor a interação e a prática da escuta atenta aos historiadores em uma relação honesta e harmoniosa com públicos não acadêmicos constituídos por Filhos de Santo adeptos da Umbanda.

EDUCAÇÃO E ENSINO: COMO CONVERSAR MELHOR COM OS SEUS ALUNOS

Thiago Cedrez da Silva⁶³

Resumo: Após o término da graduação em licenciatura, muitos professores vão para a sala de aula capacitados tecnicamente em relação ao conhecimento da sua área de formação. No entanto, poucos professores são capacitados para serem excelentes facilitadores do conhecimento de modo a fomentar com o aluno aprenda mais em sala de aula a partir da sua forma de comunicação. Neste sentido, este trabalho visa discutir os pilares de uma comunicação profissional assertiva no âmbito da carreira docente.

⁶³ Doutorando em História (UFPel). Mestre em História (2016) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPel (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Atualmente faz parte do quadro de professores convidados do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas-RS.

HISTÓRIA DO BRASIL EM FOCO

COLETÂNEA DE
ARTIGOS ACADÊMICOS

Olá, caro leitor. Sejam bem-vindo(as) a obra História do Brasil em Foco. Ela, constitui-se de um compilado de artigos de diferentes autores, oriundos de áreas do conhecimento distintas, que se dedicaram e contribuíram para lançar interpretações acerca do Brasil, através de seus estudos.

O livro História do Brasil em Foco tem como importante objetivo apresentar diversas pesquisas que discutam, revisem e problematizem as diferentes temáticas, contextos e momentos históricos da história nacional. Assim, a obra traz como perspectiva ampliar e dar visibilidade aos diferentes olhares históricos e sociais que permitem lançar luzes sobre a compreensão mais aprofundada do passado brasileiro.

Este e-book possui
licença de distribuição



casalettras.com/academico



9 786589 147522 4

ISBN: 978-65-89475-22-4